



**Escola Superior de Gestão e Tecnologia
Instituto Politécnico de Santarém**

Elisabete Maria do Nascimento Santos

**Os desafios à organização e gestão das Mutualidades durante a
vigência do I Código das Associações Mutualistas (1990-2018)**

Dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social,
apresentada à Escola Superior de Gestão e Tecnologia
do Instituto Politécnico de Santarém.

Orientador:
Professor Doutor Pedro Oliveira
Coorientador:
Mestre José Alberto Pitacas

Santarém, Junho de 2020

“Os valores do mutualismo têm qualquer coisa de eterno porque se fundamentam nos conceitos de humanismo, solidariedade e responsabilidade. Atravessam todas as épocas e respondem à preocupação permanente da dignidade humana. O que varia é a aplicação dos valores e princípios, através de modalidades de protecção social e de outras actividades que devem responder às necessidades, aos problemas e às exigências de cada tempo.”

José Alberto Pitacas

... “uma parte significativa destas Associações vai desaparecer, porque não tem já capacidade de rejuvenescer. Naturalmente que estas Associações ou encontram outras alternativas para corresponder a novas preocupações ou vão desaparecer inevitavelmente. Outras há contudo que irão continuar a viver e até a dinamizarem-se e aqui não são muitas, serão uma três dezenas, quatro dezenas”.

António Maldonado Gonelha

“...As mutualidades são as menos conhecidas porque são um movimento que é mais dirigido à respectiva massa associativa. Essa massa associativa vive com a preocupação de fazer e de cumprir os objectivos e não de se dar a conhecer.”

Maria de Belém Roseira

Agradecimentos

Após quase 20 anos ausente do mundo académico, onde os apontamentos ainda eram feitos à mão, em folhas de papel, cujos títulos eram sublinhados a fluorescente e as apresentações eram feitas em retroprojectores com os famosos acetatos, tornou-se muito complicado o regresso à Universidade com toda a tecnologia actual.

Ultrapassada essa luta: máquina, homem; surgiram outros desafios: - Um mestrado numa área completamente nova para mim, mas que há muito me cativava.

Agradeço aos docentes do Mestrado em Gestão das Organizações de Economia Social, da Escola Superior de Gestão e Tecnologia do Politécnico de Santarém, pela paciência e disponibilidade para responder a todas as minhas questões e sempre que solicitei reunião presencial, todos os docentes mostraram total disponibilidade.

A escolha do tema, desde o início que esteve bem presente na minha mente, mas quando foi necessário optar por uma área mais específica, surgiram as dúvidas e a desistência tornou-se a opção mais viável.

Agradeço ao Professor Nuno Jorge e ao Professor e Orientador Pedro Oliveira o constante incentivo para continuar a busca e para acreditar que seria capaz.

Agradeço ao Mestre José Alberto Pitacas, por me ajudar a organizar “as ideias” e a todo o apoio bibliográfico e partilha da sua experiência pessoal mutualista, fundamental para aprofundar os meus conhecimentos na área.

Agradeço a todos os entrevistados no presente estudo, pela disponibilidade, simpatia e sinceridade com que todos me receberam.

Agradeço aos meus pais pelo apoio e por me substituírem em todos os momentos que estive ausente para realizar a presente dissertação.

À minha filha Matilde que já reclamava a falta de atenção e “colinho” que a mãe não era capaz de lhe conceder.

Agradeço ainda a uma pessoa muito especial que regressou à minha vida tantos anos depois, para me incentivar a prosseguir a cada revés nas pesquisas e a cada desejo de desistência.

E por fim, a este pequeno ser, que transporto dentro de mim e que tem acompanhado as minhas inseguranças; mas que me concedeu a força para querer continuar e terminar esta tese antes de ele chegar.

Obrigado à Matilde e ao mano Bernardo, é por vocês que encontro sempre a força necessária para a cada revés levantar a cabeça e continuar por mais difícil que possa parecer.

Resumo

O Mutualismo tem raízes em Portugal desde o século XIII, tendo como princípios: o da solidariedade/ reciprocidade, contribuição para um fundo comum que beneficiará o associado que de futuro necessitar, o da liberdade (de adesão e saída), o da democraticidade (um homem, um voto), o da responsabilidade e o da independência de qualquer poder público ou privado; este último nem sempre bem interpretado num Portugal onde o associativismo era perseguido.

Com a criação do Seguro Social Obrigatório previa-se o fim do Mutualismo, mas o I Código das Associações Mutualistas de 1990, criou grandes expectativas. À data, o mutualismo enfrentava 4 grandes desafios: o desconhecimento do mutualismo, o envelhecimento da massa associativa e gerentes, a incompreensão do poder público e os académicos pouco conhecedores do movimento mutualista.

Vinte e oito anos depois da entrada em vigor do I Código e numa altura em que se inicia a vigência do II Código das Associações Mutualistas, tornou-se importante apurar se os desafios permanecem. Para tal foram entrevistados os presidentes das duas Mutualidades representativas nacionais a União das Mutualidades Portuguesas e a Associação Portuguesa das Mutualidades, que congregam as várias mutualidades portuguesas, apresentando estes uma visão nacional mais abrangente.

Da mesma forma, estando Portugal inserido na União Europeia e tendo esta uma forte intervenção ao nível legislativo e económico foi realizada a entrevista também ao vice presidente da Associação Internacional das Mutualidades (AIM), que nos apresenta os avanços das mutualidades na União.

Afim de comparar os resultados nacionais com a realidade local foram aplicados questionários a todas as mutualidades com sede nos distritos de Santarém e Leiria. Após apurar os resultados foi possível apresentar uma análise SWOT ao mutualismo e verificou-se que apesar de terem sido adotadas medidas para fazer face a estes desafios os mesmos permanecem até à atualidade.

Palavras-Chave: Economia Social, Mutualismo, Código das Mutualidades, análise SWOT

Abstract

Mutualism has its roots in Portugal since the 13th century, distinguishing itself from other social economy entities by its principles: solidarity, contribution to a common fund that will benefit the member who in future needs, freedom from membership, democracy (one man, one vote) and the independence of any public or private power; the last was not always well interpreted in a Portugal where associativism was pursued.

With the creation of the Compulsory Social Security, the end of Mutualism was expected, but the I Mutualist Associations Code of 1990 created high expectations. At the time, mutualism faced 4 major challenges: the lack of knowledge of mutualism, the aging of the associative mass and managers, the misunderstanding of the public authorities and academics with little knowledge of the mutualist movement.

Twenty-eight years after the entry into force of the I Mutualist Associations Code and at the time when the II Code of mutual societies begins to apply, it became urgent to determine whether the challenges remain. To this end, the presidents of Mutualities of a higher degree were interviewed, Union of Portuguese Mutualities and Portuguese Association of Mutualities, which bring together the various Portuguese mutual societies, presenting them with a more comprehensive national vision.

Likewise, since Portugal is part of the European Union and has a strong intervention at the legislative and economic level, the interview was also conducted with the vice president of the International Association of Mutualities (IAM), who presents us with the advances of mutual societies in the Union.

In order to compare the national results with the local reality, questionnaires were applied to all mutual societies in the districts of Santarém and Leiria. After determining the results, it was possible to present a SWOT analysis to mutualism and it was found that, despite the measures adopted to face these challenges, they remain until today.

Keywords: Social Economy, Mutualism, Mutuality Code, SWOT analysis.

Índice

Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract	IV
Índice	V
Índice de figuras	VIII
Índice de quadros	IX
Lista de siglas	X
Capítulo I- Introdução	1
1) Motivação e Objetivos	3
2) Metodologia	4
3) Estrutura da Dissertação	5
Capítulo II- Enquadramento Teórico e Histórico do Mutualismo em Portugal	7
1) Conceito de Mutualismo	7
2) Evolução do Mutualismo em Portugal até 1990	9
3) Evolução do Mutualismo de 1990 à atualidade	12
3.1- O I Código das Associações Mutualistas e as 7 linhas de orientação	12
3.2- Desafios ao mutualismo até 2000	13
3.3- Desafios ao mutualismo no século XXI	16

3.4- Legislação e evolução estatística mutualista em Portugal durante a vigência do I Código das Associações Mutualistas (1990-2018)	17
3.4.1- Legislação de 1990 a 2018	17
3.4.2- Evolução estatística mutualista entre 1990 e 2018	19
Capítulo III- Os desafios à organização e Gestão das Mutualidades em Portugal e na União Europeia do I Código Das Associações Mutualistas	26
1) Desafios à Gestão e Organização das Mutualidades em Portugal e na União Europeia	26
1.1- União das Mutualidades Portuguesas (UMP)	27
1.2- Associação Portuguesa das Mutualidades (APM)	30
1.3- Associação Internacional das Mutualidades (AIM)	32
1.4- Resultados da Entrevista	35
1.4.1 – Respostas à entrevista pela UMP, APM e AIM	35
2) Desafios à Gestão e Organização das Mutualidades do Distrito de Santarém e Leiria	38
2.1- Associação Socorros Mútuos Benaventense (ASMB)	42
2.2- Montepio Abrantino Soares Mendes (MASM)	43
2.3- Montepio Rainha D. Leonor Associação Mutualista nas Caldas da Rainha (MRDL)	45
2.4- Associação de Socorros Mútuos Montepio de Nossa Sra. da Nazaré de Torres Novas (MNSN)	47
2.5- Associação de Socorros Mútuos de Benfica do Ribatejo (Associação Cultural e Desportiva de Benfica do Ribatejo - (ACDBR)	49
2.6- Resultados do Questionário e Entrevista	51
2.6.1- Aplicação do Questionário de escolha múltipla	51

2.6.2- Aplicação da Entrevista Aberta	64
3) Síntese conclusiva da aplicação dos questionários e entrevistas	66
3.1- Resultados da aplicação do questionário às Mutualidade de Santarém e Leiria	66
3.2- Análise local versus Nacional da evolução, ameaças e objetivos do Mutualismo 1990 a 2018	68
4) Análise SWOT ao mutualismo	72
4.1-SWOT ao mutualismo (baseado nas respostas à entrevista das Mutualidades do Distrito de Santarém e Leiria e das Mutualidades Superiores representativas, UMP,APM e AIM)	73
4.2-SWOT ao mutualismo no distrito de Santarém e Leiria	75
Capítulo IV- Conclusão	76
Bibliografia	83
Anexos	87

Índice de Figuras

Figura 1	
Logótipo da União das Mutualidades Portuguesas	27
Figura 2	
Logótipo da Associação Portuguesa de Mutualidades	30
Figura 3	
Logótipo da Associação Internacional das Mutualidades	32
Figura 4	
Logótipo da Associação Socorros Mútuos Benaventense	42
Figura 5	
Logótipo da Associação de Socorros Mútuos Montepio Abrantino “Soares Mendes”	43
Figura 6	
Logótipo da Associação Mutualista Rainha D. Leonor	45
Figura 7	
Logótipo da Associação de Socorros Mútuos Montepio Nossa Senhora da Nazaré	47

Índice de Quadros

Quadro 1	Comparativo entre as contas satélite da Economia social de 2013,2016 e 2019 ...	21
Quadro 2	Números da III CSES com e sem caixas económicas (nº associados, remunerações e VAB)	22
Quadro 3	Número de Associados de 1990 a 2017	23
Quadro 4	Mutualidades por filiação nas Uniões em 2018	24
Quadro 5	Movimento de constituição e extinção de mutualidades entre 2000 e 2018	24
Quadro 6	Mutualidades por filiação nas Uniões em 2018	24
Quadro 7	Mutualidades por distrito de localização da Sede	25
Quadro 8	Mutualidades do Distrito de Santarém registadas no portal da DGSS (Setembro 2019)	40
Quadro 9	Mutualidades do Distrito de Leiria registadas no portal da DGSS (Setembro 2019)	40
Quadro 10	Quadro das respostas às 7 alíneas que compõem a pergunta 10 do questionário aplicado às mutualidades do Distrito de Santarém e Leiria	64
Quadro 11	Análise Swot ao Mutualismo (baseado nos questionários e entrevista aplicados neste estudo)	74
Quadro 12	Quadro análise SWOT ao mutualismo no Distrito de Santarém e Leiria	75

Lista de Siglas

ACDBR- Associação Cultural e Desportiva de Benfica do Ribatejo

AIM -Associação Internacional das Mutualidades

APM- Associação Portuguesa das Mutualidades

ASM- Associações de Socorros Mútuos

ASMB- Associação De Socorros Mútuos Benaventense

ASMBR- Associação de Socorros Mútuos de Benfica do Ribatejo

CASES- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CAM- Código das Associações Mutualistas

CIRIEC- Centro de Estudos de Economia Publica e Social

CISEP - Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa

CSC-ASMECL- Clínica de São Cristóvão Associação de socorros mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa.

CSES- Conta Satélite de Economia Social

DGSS- Direcção Geral da Segurança Social

FNASM- Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos

INE- Instituto Nacional de Estatística

MASM- Associação Socorros Mútuos Montepio Abrantino Soares Mendes

MNSN- Associação de Socorros Mútuos Montepio Nossa Senhora da Nazaré de Torres Novas

MRDL- Associação de Socorros Mútuos Rainha D. Leonor

SFA- Sociedade Filantrópica Abrantina

SSO- Seguro Social Obrigatório

UMP- União das Mutualidades Portuguesas

VAB- Valor Acrescentado Bruto

Capítulo I- Introdução

O Mutualismo incentiva à cidadania ativa e responsável, humanizando a proteção social e criando laços de solidariedade.

Os Associados entram de forma voluntária numa associação que pretende fazer face a eventualidades futuras como a morte, a velhice ou a doença, promovendo dessa forma a qualidade de vida dos associados e suas famílias ou em caso de morte dos beneficiários indicados pelo associado.

Como referiu Cassiano Calvão atual presidente da APM, no discurso de abertura das comemorações do dia do Mutualismo em Outubro de 2019, “o mutualismo é uma fonte geradora de movimento das pessoas para as pessoas”. (Calvão, 2019)

Em Portugal, há registo da primeira mutualidade no século XIII, e no final do século XVIII surgiram as primeiras Associações de Socorros Mútuos, tendo um papel fundamental na assistência médica e medicamentosa e na atribuição de pensões de sobrevivência.

No entanto segundo a tese de Costa Godolfim (um dos obreiros do I Congresso do Mutualismo Português realizado em 1911), o mutualismo português na sua forma associativa pós-revolução industrial remonta a 1807, com a criação do Montepio do Senhor Jesus do Bonfim. (Pitacas, 2011)

O I Congresso Mutualista, em 1911, foi fundamental num Portugal à data com 75% de população analfabeta onde mais de metade vivia da agricultura, enfrentava uma crise financeira, monetária e instabilidade política.

As relações entre o Estado e o mutualismo, institucionalizaram-se com a entrada de diversos mutualistas para dirigentes do novo Ministério do Trabalho e da previdência social.

Deram-se os primeiros passos para a criação de seguros sociais obrigatórios e para a Institucionalização do Estado Providência.

Mas o novo regime denominado Estado Novo iniciado em 1926, marcou o início de uma “era negra do mutualismo”, assistiu-se a um controlo e perseguição a muitos dirigentes o que conduziu ao encerramento de muitas mutualidades e à fusão de outras.

Das 553 Associações que existiam em 1931, restaram 160 em 1973.

Após esta “era negra” na história do mutualismo em Portugal e depois da criação do Serviço Nacional de Saúde em 1979, o Mutualismo parecia condenado ao desaparecimento.

Os anos 80 foram de completa estagnação, mas o início dos anos 90 ficaram marcados pela aprovação do I Código das Associações Mutualistas.

Tendo presente as expectativas patentes nas 7 linhas de orientação fundamentais, referidas no I código e os 4 desafios apurados no final dos anos 90, surgiu a pergunta chave que este estudo pretende responder “Os desafios à Gestão e Organização das Mutualidades anteriores à vigência do I Código mantêm-se ou foram alterados?”

Esses desafios são referidos, em vários colóquios e teses académicas, mas será que quase 30 anos depois os desafios se mantêm?

Para conhecer de forma mais profunda os desafios atuais ao mutualismo foram entrevistados os presidentes das duas Associações representativas a União de Mutualidades Portuguesas (UMP) e a Associação Portuguesa de Mutualidades (APM).

No entanto a realidade local varia de região para região, pelo que também foram aplicados questionários e entrevistas às mutualidades com sede no distrito de Santarém e Leiria.

Nestes questionários foram solicitados aos entrevistados que fizessem uma avaliação ao passado das Mutualidades (face aos quatro desafios indicados nos anos 90), ao presente da organização e gestão das Mutualidades desde 1990, (indicando pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades) e futuro (referindo os novos objetivos e formas de os alcançar).

Por fim, tanto no âmbito nacional como local os entrevistados fizeram uma avaliação geral à evolução da organização e gestão das mutualidades desde 1990.

Nesta era em completa mutação e tendo presente a influência, não só legislativa mas também económica e social das decisões adotadas no âmbito da União Europeia, tornou-se imprescindível apresentar a opinião do representante da Mutualidade vice-presidente da Associação que defende os interesses das mutualidades ao nível Europeu na Associação Internacional de Mutualidades (AIM).

Desta forma o trabalho é composto por uma parte teórica, correspondente ao capítulo II, onde será feita uma breve definição de mutualismo e um pouco da história do mutualismo português, antes da aplicação do I código e depois da aplicação do mesmo.

O presente estudo focará também a componente prática, que corresponde ao Capítulo III, nesta serão expostos os resultados da aplicação das entrevistas e questionários e apresentada uma análise SWOT

1) Motivação e Objetivos

O presente trabalho pretende estudar a evolução das mutualidades em Portugal nomeadamente em termos de organização e Gestão entre 1990 (data da publicação do I Código das Associações Mutualistas) e 2018, fim da vigência.

A autora do presente estudo, como colaboradora de uma Caixa Económica pertencente à atual maior Associação Mutualista do país em termos de número de associados, licenciada em relações Internacionais vertente europeia, não tinha qualquer conhecimento da área social, mas face às funções exercidas ainda que na área financeira, o tema do mutualismo aos poucos foi cativando, pela sua essência social e pela sua importância na preparação de um futuro (previdência social) e complemento à saúde nacional ainda que o seu papel na área da previdência seja mais expressivo.

A frequência no Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social (MGOES), aguçou ainda mais este desejo de estudo aprofundado do papel do mutualismo em Portugal.

Após a obtenção de conhecimentos na área da Gestão de Organizações adicionou a esse desejo não só o estudo do enquadramento histórico-legal mas também o organizacional desse movimento.

A opção pelo período de 1990 a 2018, prende-se com a viragem no movimento mutualista em Portugal, e a adoção do I Código das Associações Mutualistas que consagrou o “Direito Mutualista como um ramo do Direito” com autonomia legislativa, sendo considerado um desafio através do qual foram apontadas sete linhas de orientação:

1ª- A Constituição de Associações Mutualistas integrando trabalhadores de Empresas, grupo de Empresas do mesmo ramo de atividade;

2ª- A par das modalidades de benefícios individuais passou a prever-se modalidades de benefícios coletivos. (ou seja, permitiu a gestão pelas associações mutualistas, de regimes profissionais complementares de segurança social);

3ª- Reforma dos esquemas e métodos de financiamento das associações mutualistas (a quotização deixa de ser a fonte única de financiamento das associações mutualistas). Estabelecendo princípios que salvaguardem o crescimento das receitas;

4ª- As associações mutualistas mantêm a sua vocação institucional para a proteção complementar da Segurança Social e do Serviço Nacional de Saúde.

Prevendo-se ainda que desenvolvam outras atividades de proteção social e melhoria da qualidade de vida dos associados e família.

5ª- Maior flexibilização da legislação estatutária (desregulamentação) passou a respeitar-se a liberdade de autonomia da organização e funcionamento.

6ª- Desenvolvimento de regras para fundos e aplicações financeiras. (Para proteger os interesses dos Associados, possibilitando o reajustar dos benefícios e quotas).

7ª- Atenuar da tutela do Estado (introdução do dispositivo para repor o saneamento financeiro).

O I Código das Associações Mutualistas, tinha como intuito revitalizar o movimento mutualista português, e conceder suporte jurídico à modernização, e à inserção profunda no espaço da segurança Social privada sem lucro.

“O I Código veio satisfazer as aspirações dos mutualistas no IV Congresso nacional, respondendo á modernidade... os instrumentos legais agora existem... que sejam úteis ao progresso do mutualismo e portanto á defesa e promoção do Homem e dos seus direitos fundamentais” conforme refere o Padre Vítor Melícias no prefácio do I Código das Mutualista de 1990. (Melicias, 1990)

O Código criou grandes expectativas, uma vez que à data apenas a França tinha um Código das Associações Mutualistas.

No entanto nos finais dos anos 90 no discurso de encerramento do workshop “O mutualismo no virar do século: a tradição renovada”, o então presidente, da à data única mutualidade de Grau superior representativa (UMP), Maldonado Gonelha, enumerava quatro desafios que continuavam a bloquear o movimento mutualista, eram eles (Gonelha, 1998):

1º- Desconhecimento do Mutualismo;

2º- Envelhecimento da massa associativa e gerentes;

3º- Incompreensão do Poder Público;

4º- Académicos pouco conhecedores do movimento mutualista;

Actualmente este tema torna-se ainda mais pertinente e o seu estudo fundamental, uma vez que no decorrer da elaboração deste estudo, foi publicado o II Código Mutualista e foi publicada a nova Conta Satélite ainda que os dados sejam referentes a 2016.

2) Metodologia

Como tese na área da Gestão de Organizações de Economia Social, a análise referida não pretende ser um estudo legislativo aprofundado embora a evolução legal seja fundamental para compreender a evolução do Mutualismo.

Da mesma forma, nesta tese não se pretende analisar nenhuma mutualidade específica, e sim o movimento mutualista no seu conjunto.

Motivo pelo qual, se optou por aplicar as cinco perguntas da entrevista, realizada por Rui Sequeira (Sequeira, 2017), após o respectivo consentimento, aos presidentes das duas mutualidades de grau superior representativas, das várias mutualidades a nível nacional na área da saúde e previdência.

De forma a comparar as respostas dos dois presidentes (visão nacional) e como a autora do presente estudo reside, trabalha e estuda em Santarém (na Escola Superior de Gestão de Santarém, onde é ministrado o mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social, para o qual se apresenta a presente dissertação).

Optou-se por aplicar o questionário de perguntas fechadas de Rui Sequeira e a entrevista aberta às quatro mutualidades com sede no distrito de Santarém (visão local).

Aquando da consulta das Mutualidades do distrito de Santarém, na página oficial da Direcção Geral da Segurança Social (DGSS), surgiu a indicação que seriam quatro, no entanto a mutualidade de Benfica do Ribatejo, optou por se transformar numa Associação cultural, pelo que se alargou a área de análise ao distrito limítrofe, Leiria que tem apenas uma mutualidade, nas Caldas da Rainha.

As respostas do presidente da Mutualidade de Benfica do Ribatejo, não foram contabilizadas nos resultados porque a realidade desta ex-mutualidade é hoje muito diferente embora como entidade de Economia Social, continue a ter pontos comuns.

A mutualidade de Benfica do Ribatejo é hoje uma Associação Cultural e Desportiva, mas como o seu atual presidente esteve presente aquando da alteração considerou-se importante dar conhecimento do porquê desta alteração.

Conforme referido anteriormente, o objectivo principal do presente estudo é a análise da evolução das mutualidades no período de vigência do I Código das Associações Mutualistas de 1990 a 2018, no âmbito da Gestão e Organização e apurar se os desafios se mantêm.

3)- Estrutura da Dissertação

Após uma breve introdução, o primeiro capítulo, apresentará um enquadramento Teórico e Histórico do movimento mutualista, desde o conceito de Mutualismo, à sua implementação em Portugal e uma breve resenha histórica da evolução do Mutualismo de 1990 até à atualidade.

No segundo capítulo serão apresentados o I Código das Associações Mutualistas, as sete linhas de orientação e os quatro desafios apurados no final dos anos 90.

No terceiro capítulo, serão apresentados os resultados das respostas aos questionários e a conclusão das entrevistas o que permitirá apresentar a análise comparativa dos desafios no início da vigência do I Código e no final.

E por fim, no quarto capítulo será apresentada uma análise swot.

Para a realização desta tese foi fundamental uma boa pesquisa bibliográfica. A dificuldade foi o não sucumbir aos problemas de método conforme os autores Raymond Quivy e Lucvan Campenhoudt, referiram na sua obra “Manual de Investigação em Ciências Sociais” como a “gula livresca” e a “ambição desmedida” (Quivy e Campenhoudt,2008)

Esta ultima foi muito difícil de ultrapassar, porque à medida que se recolhiam mais informações tornava-se mais complicado fazer uma seleção e evitar que o estudo se torna-se demasiado disperso, razão pela qual a recolha e filtragem de dados foi fundamental.

Após a recolha de informação bibliográfica, foram realizadas entrevistas presenciais com respostas orais, aos presidentes das duas Mutualidades de Grau superior (UMP e APM) e aplicados quatro questionários mistos com perguntas abertas e perguntas fechadas (escolha múltipla) aos representantes das mutualidades do distrito de Santarém e Leiria.

Por fim também foi entrevistado o vice-presidente da AIM, por ter uma visão nacional e europeia da realidade mutualista o que enriqueceria a análise ao movimento mutualista.

Como alguns dos entrevistados não aceitaram a gravação da entrevista considerou-se fundamental, antes da publicação dos resultados no presente trabalho, enviar para cada entrevistado as respostas, estes receberam-nas e confirmaram-nas por mail.

Em suma foram utilizadas três técnicas de metodologia ao longo da elaboração deste estudo:

- A pesquisa bibliográfica (revisão de Literatura);
- A análise quantitativa, baseada nas respostas de escolha múltipla, ao questionário.
- A análise qualitativa, baseada nas respostas às entrevistas.

Capítulo II- Enquadramento Teórico e Histórico do Mutualismo em Portugal

1) Conceito de Mutualismo

O Conceito de Mutualismo não tem uma definição universal, pode ter várias abordagens.

Em termos de área científica (Biologia/ecologia), o mutualismo é apresentado como uma forma de simbiose em que dois ou mais organismos tiram proveito da ligação entre si, existe uma relação de interdependência entre espécies diferentes, na qual ambas beneficiam reciprocamente, sendo essa relação vital para o equilíbrio dos sistemas de vida animal e vegetal.

Em termos filosóficos, Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), construiu a sua doutrina baseada no princípio da mutualidade como fundamento para reciprocidade de bens e serviços. Chegou a enunciar os princípios de uma filosofia humanista baseada na reciprocidade de ação para fazer face ao individualismo.

Ao nível da economia e gestão, mutualismo, é definido como técnica de gestão e controlo de risco, usado em paralelo aos cálculos atuariais das modalidades de risco, onde a identificação de prazos aliado ao uso das bases técnicas atuariais e cálculo probabilístico, tendo presente o histórico do risco, concorre para a definição da relação custo versus benefício. Mutualizar o risco, pode ser identificado como a possibilidade de dividir por mais pessoas ou entidades diminuindo a probabilidade de risco individual.

Em termos sociológicos é definido como um sistema associativo de proteção social que pretende o apoio mútuo em casos de carência ou melhoria das condições dos associados, como forma voluntária de realização do ideal da solidariedade. Estes objetivos de proteção social solidária são promovidos por instituições mutualistas com inscrição facultativa, que se especializam em modalidades de proteção. Este sistema associativo de proteção social não pretende obter qualquer lucro. Trata-se da gestão de fundos comuns para os quais contribuíram os Associados através das quotas podendo acautelar o futuro, garantindo dessa forma o recebimento de benefícios no futuro.

Mutualismo é uma forma de ser e estar que incentiva à cidadania ativa, responsável e humaniza a proteção social, criando laços de solidariedade.

Estas associações são geridas pelos próprios associados eleitos dentro do seu Universo, onde um homem significa um voto.

Mutualismo advém da palavra “*Meum tuum*” “o meu é teu”. Trata-se de um sistema particular (associativo) baseado no auxílio mútuo entre os seus associados para fazer

face a eventualidades futuras (como morte, doença, velhice), ou para promoção da qualidade de vida dos associados e suas famílias ou beneficiários por si indicados.

O Mutualismo é formado por Organizações mutualistas e suas práticas. Reflete um conjunto de ideias materializadas em princípios, por sua vez a mutualidade, é a sua forma institucionalizada. É um grupo de associados que entram voluntariamente e as suas relações, defendem e promovem os valores e princípios mutualistas de solidariedade, democraticidade, independência e livre adesão.

Vasco Rosendo define mutualismo como “movimento associativista por excelência, pode definir-se em síntese, como um movimento de solidariedade e de previdência livre, responsável e democrático que tem por objetivo proteger o Homem na integralidade do seu desenvolvimento, como ser humano e social” (Rosendo,1990)

O Mutualismo é uma opção viável, credível e necessária, fundamenta uma alternativa complementar ao sistema público de segurança social, onde o indivíduo é parte ativa e responsável. É uma resposta coletiva a necessidades individuais de proteção social. É um complemento de bem-estar, instrumento de afirmação e desenvolvimento da cidadania.

Os princípios do Mutualismo são:

- 1- A Solidariedade/não lucrativida; O Comportamento que deve caracterizar-se pela total ausência do princípio mercantil (lucro), são Instituições sem fins lucrativos, podem gerar excedentes, mas não se destinam à apropriação individual e sim à redução de quotas ou melhoria dos serviços prestados aos associados. A preocupação principal é maximizar o bem-estar dos seus associados.
Baseia-se na entreaajuda voluntária, através da contribuição de quotas para um fundo comum, que beneficiará quem de futuro mais necessitar.
- 2- A Liberdade de adesão; O direito de adesão ou de demissão, valoriza-se a adesão voluntária, consciente e aberta.
- 3- A Democraticidade; O princípio fundamental do mutualismo, um homem um voto, expresso através de várias estruturas, principalmente no seu órgão supremo de decisão, cujas votações são aprovadas ou rejeitadas por associados.
- 4- Independência; A todo o poder público ou privado. As Associações podem agrupar-se em Uniões ou Federações, mas mantêm a sua personalidade.

Concluindo e nas palavras de José Pitacas “... o que caracteriza as mutualidades não é tanto o seu estatuto legal, a sua realidade formal ou a sua identidade proclamada, mas a sua atividade concreta e a forma de a realizar (modo de gestão), isto é a coincidência do estar e do ser. O carácter e a utilidade social do mutualismo medem-se pelos fins em

vista e pelas atividades desenvolvidas e simultaneamente, pelo modo como são exercidas essas atividades, pelo carácter democrático do seu funcionamento, pelo nível de participação dos associados, pela atenção aos aspetos da educação e formação e pela ligação á comunidade” (Pitacas,2009).

2) Evolução do Mutualismo em Portugal até 1990

A Evolução do mutualismo em Portugal acompanha os restantes países da Europa.

Há registo nos primórdios de Portugal, há noticia de confrarias clericais ou laicas datadas de 1297. A primeira mutualidade portuguesa foi fundada em Beja, uma confraria laica que tinha como objetivos praticar a beneficência o socorro mutuo e a piedade, autorizada por carta real em 1297.

Na Idade Média, em resultado dos descobrimentos, foram criadas associações mutualistas a que se designava «compromissos», destinadas a apoiar as famílias das vítimas dos naufrágios.

A Bolsa do Comércio Marítimo de Lisboa e Porto foi fundada no reinado de D. Dinis com características de mutualismo corporativista. No reinado de D. Fernando foi criada a Companhia das Naus.

Em 1570, surgiram em Évora e Beja os «celeiros comuns», instituições de crédito agrícola que recolhiam fundos comuns dos lavradores para fazer face às dificuldades dos agricultores vitimas de crises financeiras.

As «corporações» surgiram estruturadas de forma semelhante às congéneres estrangeiras, tinham inspiração religiosa, pretendiam moralizar os costumes, prestar assistência hospitalar, auxiliar os idosos, viúvas e suportar os funerais. Também defendiam os interesses dos seus associados a nível laboral reivindicando melhores condições.

Estas perduraram ao longo dos séculos, envoltas na sua fé religiosa, seguindo os princípios da caridade cristã. No período do liberalismo sofreram grande contestação e começaram a surgir termos como filantropia e fraternidade dando origem ao aparecimento de sociedades de previdência que defendiam os princípios da liberdade individual e da democracia.

As sociedades filantrópicas, designadas por Montepios, eram constituídas por trabalhadores que procuravam através do associativismo, fazer face ás carências e à falta de previdência estatal.

Através do Decreto de 07/05/834, foram extintas as corporações e confrarias passando as misericórdias a prestar os serviços de assistência, porque foram poupadas à dissecação legislativa.

No final do Século XVIII, surgiram as primeiras Associações de Socorros Mútuos que atuavam em várias áreas, como assistência médica e medicamentosa, previdência pecuniária, atribuição de pensões de sobrevivência, reforma, invalidez e subsídios de funeral e luto.

Algumas destas Associações não resistiram, umas porque não tinham estrutura para resistir às várias vicissitudes, outras porque os seus objetivos foram ultrapassados pela Segurança Social.

Felizmente muitas resistiram até aos dias de hoje dando um contributo extraordinário na sua função de complementaridade à ação de previdência Estatal.

As Associações de Socorros Mútuos (ASM), passaram a ter um papel fundamental na assistência médica e medicamentosa, na atribuição de pensões de sobrevivência e subsídios de funeral. Só em 1891 passaram a ter legislação própria, alterada em 1896, tendo se mantido em vigor até à reforma da legislação mutualista de 1930/32.

O movimento mutualista assumiu tamanha importância que em 1911 realizou-se o I Congresso Nacional do Mutualismo, cinco anos depois o II Congresso, já com a Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos (FNASM).

A FNASM, tinha como objetivo representar e defender os interesses comuns, apoiar a expansão e aperfeiçoamento das atividades das Associações. Mas face ao desinteresse e abandono das próprias Associações a FNASM foi extinta oficialmente em 1944.

O ano de 1931 marca o início da “era mais “negra” das Associações de Socorros Mútuos. O decreto 1982 de 19/01/31, juntamente com o decreto 20944 de 27/02/32 reconhece-as como Instituições de Previdência e na Lei 1844 de 16/03/35 são reguladas as bases gerais da organização da Previdência.

Após estas alterações legislativas que condicionavam a atuação das Associações, foram desaparecendo muitas Associações (umas por encerramento puro, outras por fusão). De 1943 a 1948, desapareceram no Norte do País, 23 associações.

Das 553 Associações de Socorros Mútuos que existiam em 1931, restarão 185 em 1965, 172 em 1968, 160 em 1973, 120 em 1985. Em 1990 mantinham se as 120 Associações.

Em 1975, foi criada a Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos (FNASM), e teve a adesão de 50 associações em 1984. Por disposição oficial passou a ter a designação da atual União das Mutualidades Portuguesas (UMP).

A UMP é herdeira da extinta FNASM em 1944 e dos organismos que lhe sucederam (Secretariado Nacional e FNASM). Estas duas organizações participaram na legislação que regularizou a atividade das mutualidades de que é exemplo o Decreto Lei nº 347/81 de 22 de dezembro e o Decreto Regulamentar nº 58/81, de 30 de dezembro, que clarificou a ação das Associações de Socorros Mútuos.

Com a criação do Serviço Nacional de Saúde, em 1979, muitas mutualidades perderam o seu campo de atuação e precisaram de reverter os seus objetivos e estruturas.

Depois do 25 de Abril, o movimento mutualista reorganizou-se mas ficou longe de obter os resultados anteriores à Revolução, em termos de número de associações.

A publicação do Estatuto das IPSS, em 1979 e 1983, clarificou o curso das coisas.

No Decreto 347/81, de 22 de dezembro, reafirmou-se o papel das Associações de Socorros Mútuos como complemento e melhoria dos esquemas da Segurança Social.

Este Decreto definia o campo de ação social que o Estado reservava ao associativismo mutualista:

- A proteção à família (garantindo pensões de sobrevivência, subsídios em caso de morte e funeral);
- Proteção às pessoas impossibilitadas de trabalhar;
- Proteção aos idosos e a pessoas com deficiência;
- Atividades de assistência como assistência médica e farmacêutica.

Apesar da importância do Estatuto das IPSS, as mutualidades perderam o papel fundamental na ação social direta.

Os anos 80 foram de estagnação, o Código das Associações Mutualistas de 1990, atribuiu o estatuto de IPSS a todas as mutualidades e regulamentou a actuação financeira das mutualidades na partilha dos riscos, segundo uma lógica de garantia.

“A aprovação e entrada em vigor do Código das Associações Mutualistas, em 1990, foi um estímulo importante para o revigoramento das mutualidades, na medida em que funcionou como orientador de princípios e de práticas” (Álvaro Garrido e David Pereira, 2018).

3) Evolução do Mutualismo de 1990 à atualidade

3.1- O I Código das Associações Mutualistas e as 7 linhas de orientação

Até 1990, existia um quadro normativo imperfeito e desconexo. O regime jurídico das Associações mutualistas estava fragmentado em 3 diplomas: o decreto lei nº 347/81 de 20 de Dezembro, o decreto lei regulamentar nº 58/81 de 30 de Dezembro; e o decreto lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro de 1983 (estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social).

Na sua atuação no dia-a-dia, foram surgindo novas ideias sobre os objetivos das Associações Mutualistas. Estas foram-se demarcando das demais Instituições voltadas para a proteção não coletiva.

Percebendo-se que o Regime jurídico das Mutualidades em 1990 estava desajustado, face à evolução dos novos conceitos de complementaridade da Proteção Social, era urgente criar um Acordo que sistematizasse e reformulasse o enquadramento normativo global, modernizado das Associações Mutualistas. Um Acordo que se adaptasse ao atual contexto social de modo a responder de forma mais eficaz às novas necessidades de Proteção Social.

Ansiava-se por melhorar as condições e assim dinamizar o movimento mutualista, “renovando e expandindo as associações existentes e promovendo a criação de novas Instituições agora com a perspectiva de a solidariedade poder ser exercida no âmbito de atividades, de empresas e de grupos socioeconómicos” (CASES, Introdução ao Código das Associações Mutualistas, 1990, p.1)

Foi então criado o I Código das Associações Mutualistas (Decreto Lei nº 72/90 de 3 de março de 1990) que vigorou de 1990 a 2018. O I Código surgiu para satisfazer as aspirações dos mutualistas no IV congresso nacional, para poderem responder à modernidade.

Seguiram-se as 7 linhas Fundamentais de Orientação:

1ª- Previa-se a constituição de Associações Mutualistas integrando trabalhadores de Empresas, grupo de Empresas ou do mesmo ramo de atividades.

2ª- A par das modalidades de benefícios individuais previam-se modalidades de benefícios coletivos. (Gestão pelas Mutualidades, dos Regimes profissionais complementares de Segurança Social).

3ª- Reforma dos esquemas e métodos de financiamento das Associações Mutualistas. A quotização deixava de ser a fonte exclusiva (única) do financiamento das Associações Mutualistas. Estabeleceram-se princípios que salvaguardavam o crescimento das receitas.

4ª- As Associações Mutualistas, mantêm a sua vocação Institucional para proteção complementar da segurança Social e da Saúde. Previa-se que desenvolvessem outras atividades de proteção social e melhoria da qualidade de vida dos Associados e família.

5ª- Maior flexibilização da legislação estatutária. Fomentou-se o respeito, liberdade e autonomia da Organização e funcionamento.

6ª- Desenvolveram-se as regras para fundos e aplicações financeiras de forma a proteger os interesses dos Associados, possibilitando, reajustar benefícios e quotas.

7ª- Atenuou-se a tutela do Estado. Introduziu-se o dispositivo para repor o saneamento financeiro.

O I Código das Associações Mutualistas revitalizou o movimento mutualista Português, dando um suporte jurídico à modernização, e à inserção profunda no espaço da segurança social privada.

Reforçou a ideia, de necessidade de criação na área específica para a intervenção organizada dos cidadãos na sua própria proteção, mesmo porque os sistemas oficiais de Segurança Social por motivos financeiros, demográficos e natural gigantismo têm limitações.

A expansão do movimento mutualista depende do “Reforço do espírito de Solidariedade Social, pedra das Associações Mutualistas, 1990,p.1).

Coube à União das Mutualidades Portuguesas editar e divulgar o I código que consagrou o direito mutualista como um ramo de direito com autonomia legislativa. Foi um desafio ao aproveitamento das potencialidades e novos horizontes.

Portugal foi pioneiro em matéria de códigos mutualistas. porque apenas a França tem um código da Mutualidade. Nos restantes países, existem os Diplomas reguladores ou integram corpos legislativos sobre seguros, proteção social e similares.

3.2- Desafios ao Mutualismo até 2000

Entre 4 e 5 de maio de 1998, foi realizado um workshop sobre o tema “O Mutualismo Português: Solidariedade e Progresso Social”, organizado conjuntamente pelo CISEP - Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, pela Associação Portuguesa de Segurança Social e pela União das Mutualidades Portuguesas.

Neste workshop foram focados temas fundamentais, entre eles: a economia do Mutualismo, a sociologia económica do mutualismo, mutualidades, seguros e mercado, a evolução do mutualismo no Portugal contemporâneo, o quadro Jurídico do

Mutualismo em Portugal, o Mutualismo e a Política de Proteção Social em Portugal, a Gestão Financeira das Associações Mutualistas, a fiscalidade do Mutualismo português e a contabilidade das organizações sem finalidade lucrativa.

O discurso de encerramento foi realizado por Maldonado Gonelha e teve como tema “o Mutualismo no virar do século: A tradição renovada”.

O Principal objetivo era o de dar visibilidade ao movimento assim como, dinamizá-lo e modernizá-lo.

Mas já em 1998 eram referidos 4 desafios ao Mutualismo:

- O Desconhecimento do que é o mutualismo, infelizmente o “comum das pessoas”, desconhece o que é o mutualismo, considera-o uma coisa ultrapassada e de velinhos;
- O Envelhecimento da massa associativa e dos gerentes;
- A Incompreensão dos poderes públicos para o fenómeno. “o movimento não vive de subsídios! (Gonelha Maldonado, 1998) A garantia da sua independência é viver com os seus próprios meios” nas palavras de Maldonado Gonelha.

O Mutualismo sempre seguiu o ideal de independência, mas as discriminações negativas sistemáticas sobre o mutualismo sempre dificultaram a atuação do mutualismo. Sempre houve a tentação de comparar o mutualismo em Portugal com o movimento em França e na Bélgica, onde sempre houve uma maior expansão do mutualismo, mas são comparações dispare porque os poderes públicos destes dois países entregaram parcialmente a gestão da saúde pública e da segurança social às mutualidades.

Em Portugal, pelo contrário, o movimento mutualista enfrentou 50 anos de atrofia do movimento (Estado Novo) que ainda hoje marca o pensamento português de uma certa resistência ao associativismo. E desde o 25 de Abril de 1974, assiste-se a algumas discriminações negativas.

Para além destes 3 desafios, neste *workshop* foi referido um quarto desafio:

A falta de conhecimento do mutualismo por parte dos académicos: estes não têm fontes de informação e não conhecem o mutualismo.

Perante estes quatro desafios, foram apresentadas formas de resposta: Primeiro atraindo os associados com respostas aos seus interesses, e depois de cativados e inseridos, reeducando e cultivando o ideal mutualista através de *workshops*, revistas, reuniões com sócios, encontros mutualistas, congressos, conferências, promovendo o mutualismo nas

escolas, patrocinando mestrados de mutualismo ou economia social e cativando professores do 1º ciclo e os professores de desenvolvimento pessoal e cívico.

Depois, fazendo propaganda, mas infelizmente pouca, porque como afirma Maldonado Gonelha no seu discurso de encerramento “sempre que pomos a cabeça fora do buraco levamos cacetada”(Gonelha,1998) enquanto velhinhos são vistos como desprezíveis, se mostram ter força são atacados porque entram em competição com sectores muito fechados.

No seu discurso, Maldonado Gonelha conclui que o estado do mutualismo não resulta exclusivamente das forças e fraquezas do movimento. O atrofio durante o estado novo e as discriminações negativas fazem com que seja difícil sobreviver com este passado e neste condicionalismo.

O futuro passará por atrair as associações já existentes e fazer novas associações indo ao encontro das pessoas por sector profissional ou socioprofissional.

Porque as pessoas têm que ter algo que as aproxime, necessidades semelhantes, para haver uma maior coesão podendo mais facilmente desenvolver a pedagogia mutualista, no seio dessas associações. O mutualismo vai ao encontro das preocupações individuais levando-as a associarem-se por um outro valor o da solidariedade humana, mas esses valores não são vendáveis.

O mutualismo pressupõe capacidade de poupança. Daí que o seu público-alvo seja a classe média e média baixa, não pretende ser alternativa à segurança social e sim ser lhe complementar apresentando modalidades que complementam a segurança social como a modalidade para jovens em que é feita uma poupança para o jovem receber um valor aos 18 anos de idade; assim como pensões de reforma e viuvez que não pretendem substituir as pensões da Segurança Social e sim complementá-las.

O final dos anos 90 ficaram, assim, marcados pela frase de Maldonado Gonelha (à altura Presidente da União das Mutualidades), que afirmou que “se não conseguirem ultrapassar os 4 desafios referidos anteriormente, “uma parte significativa destas Associações vai desaparecer, porque não têm capacidade de rejuvenescer naturalmente; que estas Associações ou encontram outras alternativas para corresponder a novas preocupações ou vão desaparecer inevitavelmente...outras há contudo que irão continuar a viver e até a dinamizarem-se e aqui não são muitas, serão uma três dezenas ou quatro dezenas” (Gonelha,1998).

3.3- Desafios ao mutualismo no século XXI

“Apesar da dinâmica geral de ressurgimento e renovação do movimento mutualista, existem associações estagnadas e fechadas em si próprias, com poucas perspectivas de desenvolvimento e até de sobrevivência” (*Pitacas, 2009,*).

“A história das mutualidades é em grande medida, a história da procura da sua identidade” (*Pitacas, 2009*).

Estas frases marcam o mutualismo depois de 2000 até à atualidade.

Depois de 2000, várias foram as teses académicas, desenvolvidas sobre o mutualismo a sua utilidade social e eficiência, aspetos prospetivos, estudo histórico e descritivo, práticas de gestão entre outros estudos em várias universidades de norte a sul do país. Tal como referido no ponto anterior o 4º desafio ao mutualismo, no final do século passado, era a falta de conhecimento do mutualismo por parte dos Académicos, a criação de novas pós graduações e mestrados na área da Economia social e o divulgar da história, valores e princípios do Mutualismo tem sido fundamental para a divulgação do movimento mutualista, mas os resultados ainda têm ficado aquém do desejado.

No entanto, analisando essas teses conclui-se que os primeiros dois desafios se mantêm até aos dias de hoje.

O ano de 2008 agravou a situação com a crise económica, social, financeira e de valores. Tal poderia ser uma oportunidade para as Mutualidades face á demissão lenta do Estado do seu papel de protetor. “Mas o desconhecimento do mutualismo e sua atuação levou a uma adesão residual e a um mutualismo solidário com consequências sociais pouco visíveis e promovidas” (Sequeira, 2017).

O mutualismo português tem problemas específicos que continuam a limitar o seu potencial de crescimento e afirmação. A fragmentação do sector e a resistência a iniciativas de cooperação continuam a condicionar o desenvolvimento das Mutualidades Portuguesas. Razão pela qual as mutualidades mais pequenas têm vindo a extinguir-se por falta de dimensão.

Muitas das mutualidades têm vindo a abdicar das suas características específicas, tendo feito acordos com os poderes públicos, vindo a resistir às dificuldades mas a perder a sua essência e a tornar-se semelhantes a outras associações de solidariedade social, perdendo um dos seus princípios, o da independência.

As Mutualidades, continuam a ser desconhecidas, ou como Maria de Belém Roseira afirmou em entrevista em 2008 (à data presidente da União das Mutualidades Portuguesas), são as entidades sociais “ menos conhecidas porque são um movimento que é mais dirigido à respetiva massa associativa... que vive com a preocupação de fazer cumprir os objetivos e não de se dar a conhecer...há associações mutualistas que

podem não ser conhecidas a nível nacional, mas que são estimadas pelas comunidades onde se inserem”(Roseira, 2008).

Em 2017, o à data ministro da Segurança Social, Vieira da Silva, afirmou que o papel, a dimensão e o futuro do sector da Economia Social, e em particular do Mutualismo vão depender muito da sua capacidade de rejuvenescer. (*Mut, revista nº 10-III série Outubro 2017*).

Afirmou, ainda, que era um grande desafio numa sociedade onde os órgãos de comunicação apresentam os estereótipos de sucesso e popularidade centrados em êxito individual, protagonismo individual e competitividade como valor único.

3.4- Legislação e evolução estatística mutualista em Portugal durante a vigência do I Código das Associações Mutualistas (1990-2018)

3.4.1- Legislação de 1975 a 2018

Não seria possível referir o Código das Associações Mutualistas datado de 1990 sem referir os decretos-lei que surgiram pós 25 de Abril e que conduziram ao I Código.

Conforme foi referido nos pontos anteriores de 1932 a 1974, o movimento mutualista sofre o seu período mais “negro” com perseguições a dirigentes, encerramento de várias mutualidades.

“Depois do 25 de Abril de 1974, o movimento mutualista não deixou de se reorganizar, mas ficou longe da vitalidade do movimento cooperativo e da cultura operária urbana a que estivera ligado nas suas origens” (Pereira e Garrido, 2018,)

Em 1975, foi realizado um plenário de todas as mutualidades para debater formas de aplicar a liberdade de associação e discutir problemas comuns. Em outubro, foi criado o Secretariado Nacional das Associações de Socorros Mútuos (SNASM)

Em 28 de Julho e 8 de novembro de 1976, são publicados os decretos lei número 636 e 807, que surgiram como uma necessidade de ajustar o sector mutualista à realidade político-social que havia surgido após a revolução.

O decreto lei nº 519 G2, promulgado em 24 de Dezembro de 1979, serviu de preâmbulo ao Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), estabelecendo-se que “a organização do sistema de Segurança social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas, que são permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas a fiscalização do Estado”.

O decreto nº 347/81 no seu preâmbulo referia que se pretendia “proceder a um amplo reordenamento da legislação sobre Associações de Socorros Mútuos”, Um dos pilares

fundamentais dessa política é o reconhecimento do papel a desempenhar pela iniciativa privada, expressa por diferentes formas organizativas de associativismo e de voluntariado social”.

O decreto-lei nº 347 e o decreto-lei nº 58 de 1981 salvaguardavam os fins que constituíam prática normal no associativismo mutualista: os da Proteção à família, Proteção aos idosos e deficiente e conceder benefícios de natureza não pecuniária.

Da mesma forma que se assegurava a continuidade das Caixas Económicas, também se acentuava a cooperação entre Associações de Socorros Mútuos, procedendo à manutenção de “acordos de cooperação com outras Instituições privadas de solidariedade social, assim como com os centros regionais de segurança social e os serviços oficiais de saúde.

Em suma estes Decretos-lei vieram valorizar a complementaridade e dinamizar o contributo das mutualidades para realizar fins de segurança social.

Desta forma em 1990, existia um quadro normativo imperfeito e desconexo, o regime jurídico das Associações mutualistas estava fragmentado em 3 diplomas, o decreto lei nº 347/81 de 20 de dezembro, o decreto lei regulamentar nº 58/81 de 30 de Dezembro e o decreto lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro de 1983 (estatuto das Instituições particulares de solidariedade social).

Pelo que se “almejava” a elaboração e aprovação do **I Código das Associações Mutualistas** que entra em vigor em 1990 (Decreto lei nº 72/90 de 3 de março), cujo objetivo principal era “sistematizar e reformular o enquadramento normativo global e modernizado das associações mutualistas que, adaptado ao atual contexto social a nível das comunidades e dos grupos socioprofissionais, permitisse proporcionar-lhes uma resposta mais eficaz às novas necessidades de proteção social.

Atualmente a Legislação Portuguesa através da **Constituição da República Portuguesa** no seu artigo 82.º, nº 4, reconhece o papel do sector cooperativo e social:

Constituição da República Portuguesa, art.º 82º, nº 4

4. O sector cooperativo e social compreende especificamente:

a) Os meios de Produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediência aos princípios cooperativos, sem prejuízo das especificidades estabelecidas na lei para as cooperativas com participação pública, justificadas pela sua especial natureza;

b) Os meios de Produção Comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais;

c)- Os meios de Produção objeto de exploração coletiva por trabalhadores;

d)- Os meios de Produção possuídos e geridos por pessoas coletivas sem carácter lucrativo, que tenham como principal objetivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista.

A-A Lei de bases da Economia social (lei nº 30/2013, 8 de maio), no art.º 4 são mencionadas as Entidades de Economia social, na alínea b são referidas as Associações Mutualistas.

Art.º 4- Entidades de Economia Social

Integram a economia social as seguintes entidades desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico Português:

- a) As cooperativas;*
- b) As associações mutualistas;*
- c) AS misericórdias;*
- d) As fundações;*
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores.*

A **Base Geral do Sistema de Segurança Social (Lei nº 4/2017,16 de janeiro)** também faz referência no seu **art.º 84**, à natureza dos regimes de Iniciativa Individual.

Art.º 84- Natureza dos regimes de iniciativa individual.

Os regimes complementares de iniciativa individual são instituição facultativa, assumindo entre outras a forma de planos de poupança-reforma, de seguros de vida, de seguros de capitalização e de modalidades mutualistas.

3.4.2- Evolução estatística mutualista entre 1990 e 2018

Em 1875, foi publicado o Anuário Estatístico, segundo Vasco Rosendo “deu-se inicio no nosso país ao tratamento estatístico dos vários sectores da vida nacional e nomeadamente ao das associações mutualistas. Ficou a dever-se tal iniciativa ao Ministério das obras Públicas, Comércio e Industria; o mesmo que então tutelava as associações mutualistas (Rosendo, 1996).

No entanto, a recolha dos elementos para elaborar o Anuário Estatístico, foi sempre muito difícil.

Só em 1927 o Anuário Estatístico, passou a inserir os números de sócios inscritos, continuando a ignorar outros indicadores fundamentais como os valores de subsídios concedidos, assistência médica entre outros.

As dificuldades na recolha e tratamento estatístico dos elementos das Associações de Socorros mútuos foram uma constante. Nos anos 90 do século passado, os dados recolhidos no então Boletim Oficial do Instituto Nacional de Estatística (INE), limitava-se à indicação da população abrangida pelas 120 associações mutualistas então registadas em Portugal, e a indicar “cerca de 700 000 associados”.

Conforme a obra já referida de Vasco Rosendo, apesar das dificuldades de recolha de números, foi possível fazer algumas conclusões que passamos a citar:

“Enquanto a população mutualista do distrito de Lisboa, que chegou a ser de cerca de 30% das respetiva população residente (em 1930), foi baixando sucessivamente até atingir os 3,25%, em 1990, a população mutualista do distrito do Porto acompanhou quase sempre o ritmo de crescimento da população residente, o que a fez manter em percentagens da ordem dos 24,3% em 1940, cerca de 28%, em 1970, para se situar em 1990, nos 24,5%... esta discrepância ... nos distritos de Lisboa e do Porto, ficou a dever-se... à forte implementação, no Porto de Associações fúnebres familiares. A população mutualista concentrada naqueles dois distritos, com predominância quase sempre para o do Porto, atingiu regularmente percentagens à volta dos 80% da população mutualista nacional... Nos restantes distritos do país, especialmente nos do interior, a população mutualista foi quase sempre pouco significativa. Ainda assim, as de Aveiro, Coimbra, Braga e episodicamente Setúbal, chegaram a registar “performances” interessantes.” O ritmo de crescimento das associações mutualistas baixou drasticamente, para a partir da década de 30 inverter... o número de Associações foi baixando sensivelmente, com algumas pequenas curvas de crescimento, até atingir o número atual (1990) de 120. Ao invés, a população mutualista registou um certo aumento” (*Rosendo, 1996*)

Em 2009 o Parlamento Europeu lançou a Resolução de 19 de março de 2009, sobre a economia social, a qual apelava a todos os Estados membros da União Europeia que elaborem contas satélite e que dêem visibilidades estatísticas à economia social.

As Contas Satélite da Economia Social (CSES) resultam de um protocolo entre o INE e a CASES.

Atualmente, as CSES portuguesas (2013,2016,2019), continuam a ser originais, distinguindo-se de todas as restantes por abarcarem todas as entidades da economia social consideradas tanto no conceito americano, como no conceito europeu.

Como afirma Eduardo Graça, no artigo “A Conta Satélite da economia Social” publicado em 20 de Setembro de 2017, no Jornal de Negócios:

“Trata-se, pois, de uma conta satélite de “vasto espectro”, inovadora, comportando os riscos inerentes a uma metodologia que se confronta com a necessidade de congregar informação estatística de entidades tão próximas, pelos princípios e valores que encerram e, ao mesmo tempo, tão diversas, nos planos económico e sociológico, nunca antes estudadas de forma tão vasta e abrangente, em particular, no que respeita ao sector associativo”(Graça,2017)

Atualmente, a CSES, é o retrato “mais fiel” da área da Economia Social em Portugal, apresenta a real dimensão dos diferentes tipos de organização, o número de empregos gerados ou o valor acrescentado bruto (VAB).

A CSES, oferece um retrato detalhado da economia social como um todo, mas também das diferentes organizações do sector.

Foram publicadas três CSES em Portugal, a de 2013 com dados de 2010, a segunda Conta Satélite da Economia Social foi publicada em 2016 com dados de 2013 e no decorrer da elaboração do presente estudo foi publicada a terceira CSES em 2019 com dados de 2016.

Quadro 1- Quadro comparativo entre as Conta Satélite da Economia Social de 2013, 2016 e 2019..

	I CSES (2013)	II CSES (2016)	III CSES (2019)
Nº de Associações Mutualistas	119	111	97
Emprego remunerado (milhões de Euros)	4 357	4 896	4 842
VAB (milhões de Euros)	332 249	352.181	388 000

Tabela de elaboração própria baseada nos dados das três CSES disponíveis no site do INE

No quadro 1, apresentam-se valores, extraídos das três Contas Satélite da Economia Social.

Analisando os dados referidos verifica-se, que na primeira conta Satélite existiam em Portugal, 119 Mutualidades, na segunda Conta reduziu o número para 111 e em 2019 não chegavam às 100 (97) mutualidades.

Na conta satélite de 2013 (dados de 2010) o emprego remunerado representava 4 357 milhões de euros em, 2016 (dados de 2013) o valor aumentou para 4 896 milhões de euros e por fim na conta satélite de 2019 (com dados de 2016), reduziu para 4 842 milhões de euros.

O Quadro 1 refere ainda o VAB que é fundamental porque representa o resultado final da atividade mutualista. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio.

O VAB tem vindo a aumentar em 2013 era de 332 249 milhões de Euros em 2016 era de 352.181€ e em 2019 foi de 388 000€.

É fundamental referir que nos dados da CSES o número de Associações Mutualistas e emprego remunerado incluem as caixas económicas e seus funcionários.

Quadro 2- Números da III CSES com e sem Caixas Económicas (Numero de associados, Remuneração e VAB)

	Unidades	Remunerações	VAB
	n.º	milhões euros	milhões euros
AM (+ Cx. Económicas)	97	212,1	388,0
Cx. Económicas Anexas	3	173,6	429,5
AM (- Cx. Económicas)	94	38,5	-41,5
Total Economia Social	71.885	4.321,6	4.819,2
AM (-CE) / Total ES (%)	0,13	0,89	...

Fonte: Redmut, 2019

Nos dados da Conta Satélite da Economia Social 2019 foram consideradas as mutualidades e as suas caixas económicas anexas.

Retirando os valores relativos a estas entidades verifica-se que, em 2016, as 94 mutualidades empregavam 1.365 trabalhadores, com um total de remunerações de 38,5 milhões de euros e um VAB negativo de 41,5 milhões de euros.

Quanto ao número de associados, consultando os dados do INE de 5 de dezembro de 2019, é possível verificar que desde 1990 o numero de associados tem vindo a aumentar exceto nos últimos três anos que tem diminuído.

No período do presente estudo, vigência do I Código das Associações mutualistas, assistiu-se a um aumento do número de associados: em 1990 eram 664 277 e em 2017 eram 1.122.020.

Este aumento deveu-se em grande parte ao aumento dos associados de uma única Mutualidade a Associação Mutualista que tem atualmente mais de 600 000 associados.

Esta tendência de crescimento durou de 1990 a 2014. Desde esse ano assiste-se anualmente à redução do número de associados (quadro 3):

Quadro 3- Numero de associados de 1990 a 2017

Período de referência dos dados	Subscritores de proteção social (Regime das Associações de Socorros Mútuos) (N.º); Anual	
	Local de residência	
	Portugal	
	PT	
	N.º	
2017	1122020	
2016	1131323	
2015	1140162	
2014	1163580	
2013	1123728	
2012	1090418	
2011	1049820	
2010	1037173	
2009	1023155	
2008	1015011	
2007	993181	
2006		x
2005		x
2004	1036730	
2003	996912	
2002	920537	
2001	890514	
2000	830601	
1999	854308	
1998	905576	
1997	840317	
1996	769424	
1995	854653	
1994	868700	
1993	823668	
1992	664277	
1991	655115	
1990	606881	

Quadro extraído em 05 de Dezembro de 2019

Fonte : INE- 2019

De acordo com os dados da Conta Satélite da Economia Social 2019 (dados de 2016), o registo de constituição e extinção de mutualidades em 2017 e 2018 e dados das mutualidades, existiam no final de 2018, 96 mutualidades (associações mutualistas) em Portugal, com cerca de 1.120 mil associados.

A Associação Portuguesa de Mutualidades (APM) agrega 24 mutualidades que representam mais de 770 mil associados e a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) inclui 55 mutualidades com cerca de 390 mil associados. Sublinhe-se que existem duas mutualidades que estão em ambas as uniões, com cerca de 50 mil associados.

Quadro 4- Mutualidades por filiação nas Uniões, em 2018

	Unidades	Associados
Uniões (APM e UMP)	2	-
AM filiadas na APM	22	723.500
AM filiadas na UMP	53	342.000
AM filiadas na APM e na UMP	2	51.500
AM não filiadas em uniões	17	3.000
Total	96	1.120.000

Fonte: Redmut 2019

Quadro 5. Movimento de constituição e extinção de mutualidades entre 2000 e 2018

	2000/2009	2010/2018	2000/2018
AM constituídas	8	4	12
AM extintas*	4	1	5
Saldo	4	3	7

Fonte: Redmut2019

*Inclui a extinção da Associação Benéfica dos Empregados de Comércio no Porto e de A Previdente – ASM que se fundiram e deram origem à Benéfica e Previdente (2002).

Do total de 96 mutualidades, 91 são do primeiro grau e 5 de grau superior (duas uniões representativas, Ligas do Porto e de Gaia e Mutuália).

Quadro 6. Mutualidades por grau em 2018

	Unidades
AM 1.º grau	91
AM grau superior	5
Total	96

Fonte Redmut, 2019

Mais de metade das mutualidades está sediada nos distritos do Porto e de Lisboa.

A grande maioria das mutualidades de primeiro grau tem âmbito municipal ou regional, havendo 4 mutualidades com âmbito nacional e todas filiadas na APM (Montepio Geral, MONAF, Casa da Imprensa e Associação Mutualista dos Engenheiros).

No quadro 7 é possível verificar o número de associações por distrito e a que Mutualidade de grau superior representativa pertencem.

Quadro 7. Mutualidades por distrito de localização da sede

	APM	UMP	APM/UMP	Não filiadas	Total
Aveiro	0	3	0	0	3
Beja	0	0	0	0	0
Braga	0	3	0	0	3
Bragança	0	1	0	1	2
Castelo Branco	0	1	0	0	1
Coimbra	0	1	1	0	2
Évora	0	2	0	0	2
Faro	3	2	0	0	5
Guarda	0	0	0	0	0
Leiria	1	0	0	0	1
Lisboa	8	13	0	6	21
Portalegre	0	0	0	0	0
Porto	5	25	1	6	37
Santarém	2	1	0	0	3
Setúbal	2	6	0	0	8
Viana do Castelo	0	0	0	1	1
Vila Real	0	0	0	0	0
Viseu	0	2	0	1	3
<i>Continente</i>	<i>21</i>	<i>54</i>	<i>2</i>	<i>15</i>	<i>92</i>
R. A. Açores	1	0	0	1	2
R. A. Madeira	1	0	0	1	2
Total	23	54	2	17	96

Fonte : redmut 2019

Capítulo III- Os desafios à organização e Gestão das Mutualidades em Portugal na União Europeia no decorrer do I Código das Associações Mutualistas

1)- Desafios à Gestão e Organização das Mutualidades em Portugal e na União Europeia

Após esta breve resenha histórica e a apresentação da evolução legislativa em números das mutualidades entre 1990 e 2018, tornou-se fundamental responder à questão da presente tese, “os desafios ao mutualismo em 1990 aquando do início da vigência do I código das Associações Mutualistas mantêm-se no final da sua vigência em 2018 ou houve alguma evolução nos mesmos”.

Não se pretende analisar uma mutualidade específica e sim as Mutualidades na sua generalidade pelo que se optou por entrevistar os presidentes das duas Mutualidades representativas de Grau superior UMP e APM que representam as restantes Mutualidades e têm conhecimento dos desafios que o movimento mutualista enfrenta em Portugal.

Estando Portugal inserido na União Europeia e tendo esta uma forte influencia não só legislativa, como política, económica e social, em Portugal, aplicou-se a entrevista também ao vice-presidente da AIM que nos revela um pouco da actuação das mutualidades na UE.

Após pesquisas bibliográficas sobre teses académicas na área do mutualismo, acedeu-se a várias teses entre elas a tese do mestre Rui Sequeira com o tema “Associações Mutualistas em Portugal: aspetos históricos e prospetivos” nesta tese foram aplicados questionários mistos com 10 grupos de perguntas de escolha múltipla e 5 perguntas abertas para entrevista.

Pelo que o mestre Rui Sequeira, foi contactado e solicitou-se a permissão para utilizar o seu questionário e as entrevistas que já haviam sido testados em outras 3 mutualidades.

Optou-se por aplicar apenas as 5 questões da entrevista aos presidentes da UMP e APM e ao vice presidente da AIM e esta entrevista e o questionário às mutualidades locais cujos resultados serão apresentados no ponto 2 deste terceiro capítulo.



Figura 1- Logótipo da União das Mutualidades Portuguesas

1.1- União das Mutualidades Portuguesas (UMP)

No seu site oficial, a UMP, refere a missão, visão, objetivos e descrição do papel da UMP, que se passa a enunciar.

A UMP, União das Mutualidades Portuguesas, foi constituída em 1984, é uma associação mutualista de grau superior, que congrega as associações mutualistas nacionais, com o objetivo de as promover e representar junto das entidades públicas, privadas e sociais, definindo as orientações estratégicas e as linhas gerais de direção do movimento Mutualista, no âmbito das suas finalidades, assume-se também como parceira no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, participando em representações nacionais e internacionais.

De acordo com o disposto no art.º 11º do Decreto-lei n.º 72/90, de 3 de março, a União das Mutualidades Portuguesas, é uma mutualidade de grau superior, que nos termos do art.º 3º dos seus Estatutos tem por finalidade essencial:

- a) Promover a defesa, desenvolvimento, cultura e práticas da solidariedade mutualista;
- b) Assegurar a organização e representação do Movimento Mutualista.

A UMP, pretende posicionar o Mutualismo como uma força de referência do Setor Social e Solidário.

A sua missão é a de reforçar e desenvolver o Movimento Mutualista, promovendo o Associativismo e conquistando espaços de intervenção social, em prol das Mutualidades e dos seus Associados.

Os objetivos primários da União das Mutualidades Portuguesas são a promoção da defesa, inovação, cultura e práticas do Movimento Mutualista, assegurar o desenvolvimento e representação das Mutualidades Portuguesas no território nacional e internacional, expandir a ação das Associadas a novas áreas, bem como unificar e divulgar a Rede Mutualista na sociedade.

Assumindo uma postura ativa, democrática e credível na construção de uma sociedade mais solidária, incentivando o envolvimento dos cidadãos na sua proteção e promovendo uma maior qualidade de vida às famílias portuguesas, encontrando na

proteção da segurança social, saúde e apoio social, soluções adequadas às necessidades dos cidadãos.

Face ao papel primordial da UMP, na promoção do mutualismo em Portugal, considerou-se fundamental aplicar uma das entrevistas abertas ao seu presidente.

A entrevista no âmbito do presente estudo, foi realizada no dia 13 de setembro de 2019, O presidente Luís Alberto Silva, e o seu acessor de comunicação José Neves, tiveram a amabilidade de aceder e receber em Esmoriz, para a aplicação da entrevista aberta.

Foi explicado ao Presidente, que o objetivo principal da entrevista seria o de apurar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças do mutualismo para poder realizar uma análise SWOT ao Mutualismo.

Para tal era fundamental a entrevista à UMP e ao seu Presidente do conselho de administração, uma vez que este, teria conhecimento das dificuldades que algumas mutualidades enfrentaram, como ultrapassaram esses entraves e como enfrentam o futuro.

O Presidente da UMP, tornou a entrevista ainda mais enriquecedora, porque fez uma introdução histórica do mutualismo em Portugal, muitos dos factos que mencionou já tinham sido apurados pelas pesquisas bibliográficas que foram feitas para completar o ponto 1 e 2 desta tese, mas o Presidente, fez referência a pontos fulcrais que muitas vezes uma simples leitura de factos históricos não valoriza como alguém que os vivenciou ou sente os efeitos destes na sua função de promoção, defesa e inovação, da cultura e práticas do Movimento Mutualista.

O Presidente da UMP, referiu que atualmente a UMP tem 55 filiadas, no entanto representa todas as mutualidades o que significa cerca de 1 milhão de associados e 2 milhões e meio de beneficiários (cônjuges e filhos).

Fez referência às especificidades do Mutualismo entre eles o princípio da reciprocidade, ou seja, o associado quando poupa não o faz para si mesmo e sim para os outros, se de futuro vier a necessitar, usará, mas não do valor que poupou e sim do valor que todos pouparam num “bolo” como um todo.

O Princípio da Independência, também é uma característica do Mutualismo, o que tem pontos positivos, mas também negativos. A independência política e de religião faz com que não receba qualquer valor do Estado, sendo completamente independente. A UMP representa os interesses das mutualidades junto de vários ministérios mas essa independência permite que cada mutualidade seja independente e decida se adere ou não a determinada decisão adotada entre a UMP e o Estado.

Ao contrário de outras entidades de Economia social o Estado não tem qualquer poder de influência sobre as mutualidades, e isso tem um peso negativo aquando das negociações com o Estado.

No período do Estado Novo, essa independência foi interpretada como anti-Estado e muitos dirigentes das mutualidades foram perseguidos e torturados, por esse motivo várias mutualidades encerraram a sua atividade no período do Estado Novo.

O Mutualismo tem também o princípio da Igualdade, um Homem um voto, independentemente de sexo ou condição financeira, para além de haver uma liberdade do Associado se tornar associado quando pretender e sair quando assim entender. Terá que manter a sua quotização em dia e caso pretenda sair deverá comunicar o seu desejo à direção da Mutualidade onde pertence.

O Mutualismo em Portugal teve um papel fundamental na origem do Ministério do Trabalho e na constituição do Seguro Social Obrigatório (SSO), cujos objetivos de previdência e proteção à saúde são baseados nos princípios mutualistas.

A UMP como representante das Mutualidades “fala diretamente” com vários ministérios como o do Trabalho, o da saúde, o da educação o que por vezes dificulta a negociação.

O atual presidente exerce funções desde 2012 e refere que o seu procedimento tem passado por um maior conhecimento das mutualidades, deslocando-se pessoalmente a muitas delas, algumas, são de uma dimensão muito reduzida e funcionam fechadas sobre si mesmas, sendo avessas a abrir horizontes e receiam o desconhecido.

Tendo essa situação presente a UMP pretende aproximar as mutualidades, tendo criado um site onde as mutualidades podem ter conhecimento da evolução do mutualismo e criou o MutualIN, que permite a qualquer associado de qualquer mutualidade da UMP deslocar-se a qualquer outra mutualidade da UMP e usufruir dos serviços dessas mutualidades a custo reduzido.

Atualmente um dos objetivos da UMP é verificar se as IPSS criadas pelas Câmaras para fins sociais se poderão transformar em Mutualidades.

A Internacionalização é outro dos objetivos da UMP, tendo sido convidada para ingressar na União Internacional das Mutualidades, representando atualmente o continente europeu.

O Presidente da UMP referiu como problemas das mutualidades em Portugal, a falta de jovens como associados e como dirigentes (que estariam mais preparados para esta nova era da tecnologia). Também a falta de mulheres no mutualismo é outro dos problemas

do mutualismo em Portugal, segundo o presidente a UMP as mulheres têm uma forma diferente de enfrentar as situações e o mutualismo atual é maioritariamente gerido por Homens.

O Presidente da UMP aquando da entrevista, considerou como fundamental, as mutualidades fazerem os seus planos de ação, uma vez que as mutualidades têm vários objetivos mas medo de enfrentar o desconhecido e não tentam inovar.

A UMP atualmente tenta apoiar as mutualidades, concedendo apoio administrativo e de intercambio de experiencias entre mutualidades e defende os interesses do movimento mutualista nas suas negociações com o Estado. Apesar de não ter possibilidade de conceder apoio financeiro direto às mutualidades a UMP, apoia da melhor forma possível as mesmas.

No entanto esse espírito de medo e de horizonte fechado cabe aos dirigentes de cada mutualidade ultrapassar e para tal a jovialidade dos mesmos é fundamental.

O presidente da UMP, terminou a sua entrevista com a seguinte frase, “um associado de qualquer mutualidade terá sempre mais vantagens que um não associado, pagará muito menos que o que receberá em serviços de saúde ou os seus beneficiários receberão no caso da sua morte nas mutualidades da área da previdência”.



Figura 2- Logótipo da Associação Portuguesa de Mutualidades.

1.2- Associação Portuguesa das Mutualidades (APM)

Consultando o site oficial da APM, apurou-se que a Associação Portuguesa de Mutualidades APM – é uma federação de associações mutualistas que representa os legítimos interesses das suas filiadas junto das entidades públicas, privadas e sociais, nacionais e internacionais, definindo o rumo estratégico e as linhas gerais de orientação do mutualismo enquanto movimento associativo de solidariedade social que procura garantir aos seus associados uma proteção social eficaz, com custos mais baixos e cuja rentabilidade se distribui por todos os associados.

Atualmente, a Associação Portuguesa de Mutualidades congrega 24 das maiores associações mutualistas nacionais, representando sensivelmente 800 mil Associados Mutualistas, ou seja, cerca de 80% de todo o movimento mutualista português.

Pela dimensão atingida, pela representatividade alcançada, pela utilidade social demonstrada, a APM afirma, diariamente, o mutualismo como solução eficaz na proteção dos cidadãos, garantindo o acesso a produtos e serviços mutualistas complementares de Segurança Social e de Saúde.

Neste espírito de partilha e cooperação, surgiu a RedeMut da APM, uma rede de cuidados de Saúde e de Apoio Social que, independentemente da mutualidade a que os associados pertençam ou do local onde vivam, todos podem usufruir dos cuidados de saúde e serviços de apoio social.

A RedeMut é um projeto inovador, nascido por iniciativa de um conjunto de associações mutualistas portuguesas que decidiram unir esforços em torno do objetivo comum de prestar cuidados de saúde à comunidade de associados que as integram. Na RedeMut, independentemente da mutualidade a que os associados pertençam ou do local onde vivam, todos podem usufruir dos serviços e cuidados de todos. Reforça-se a proteção social garantida a todos os associados, num esforço de entajuda orientado para uma vida melhor, e garante-se a prestação de cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados, além de serviços de apoio domiciliário e ação social.

Tal como o entrevistado anterior, também a opinião e a experiência de contacto com as várias mutualidades do Presidente da APM, era fundamental para o presente estudo.

Assim no dia 26/09/2019, Presidente do conselho de administração da APM, Cassiano Galvão; teve a amabilidade de nos receber para aplicarmos as 5 perguntas da entrevista exploratória.

O Presidente da APM, começou por nos referir que uma das dificuldades do mutualismo na área da saúde, como presidente da Mutualidade Clínica de São Cristóvão, uma mutualidade na área da saúde, é o reconhecimento pelo estado do papel das Mutualidades como parceiros e os atrasos no pagamento do Serviço Nacional de Saúde e SIGIC, quando trabalham em parceria. O que conduz a escassez de auxiliares de enfermagem e exige um rejuvenescimento dos médicos que procuram as clínicas privadas que oferecem condições financeiras mais apelativas.

O Presidente, afirmou que a realidade das mutualidades mudou bastante nas últimas décadas, tendo diversificado na carteira de produtos apresentados e áreas de intervenção.

Para que as mutualidades continuem a ser uma opção é necessário investir-se na valorização dos colaboradores, com formações, garantindo um crescimento sustentado e consolidação financeira, defendendo assim, os princípios da identidade e interesses das

Instituições que integram a APM-RedeMut junto das entidades públicas, privadas e sociais.

Apontou como maiores desafios às mutualidades, a perda de associados, o envelhecimento da população e a concorrência de seguradoras e hospitais privados.

O entrevistado, referiu como pontos fracos, as mutualidades atuarem longe dos holofotes o que dá pouca visibilidade ao papel fundamental das Mutualidades na área social. Também foi apontado como ponto fraco, as estruturas antigas e a dificuldade de fixar pessoal técnico qualificado para além de enfrentar uma concorrência dos privados muito forte.

Esta nova realidade pode criar às mutualidades, (através de marketing, valorização profissional e certificação da qualidade complementar), a oportunidade de se apresentarem à sociedade como uma solução para colmatar as falhas e limitações do SNS e de outros sectores de atividade, sendo estes os pontos fortes referidos pelo Presidente da APM.



Figura 3- Logótipo da Associação Internacional das Mutualidades.

1.3- Associação Internacional das Mutualidades (AIM)

A Associação Internacional das Mutualidades (AIM), é como um “chapéu” de proteção internacional.

É uma organização de federações maioritariamente da área da saúde contando atualmente com 59 membros de 30 países da Europa, América Latina, África e Médio Oriente.

Todos os membros da AIM, são Organizações sem fins lucrativos, que garantem a saúde a mais de 240 milhões de pessoas em todo o mundo, algumas delas garantindo saúde e serviços de segurança social.

Todos os excedentes são usados em benefício dos seus membros e todos contribuem para o princípio da solidariedade entre membros.

São independentes de entidades privadas, são organizações democráticas onde cada membro tem o direito de voto. São organizações públicas ou privadas, geridas por representantes ou parceiros sociais.

A missão da AIM é negociar com Instituições Europeias e internacionais a promoção internacional do acesso universal aos cuidados de Saúde.

A AIM pretende, promover a proteção da saúde e bem-estar baseada na solidariedade e na democracia. Neste há partilha de práticas através de diálogo entre parceiros, fortalecendo a inovação social e promovendo um modelo mútuo de economia social solidária.

A AIM atua na área da saúde pública, política social e cooperação internacional.

Tendo presente o objetivo deste estudo, “Desafios à Organização e Gestão das Mutualidades em Portugal”, considerou-se fundamental apurar não só os desafios nacionais como os desafios na Europa, uma vez que Portugal é um dos Estados membros da União Europeia desde 1986 e desde essa data que as normas europeias têm sido introduzidas na legislação nacional, influenciando profundamente a realidade portuguesa.

No entanto não há a pretensão de realizar um estudo tão exaustivo, considerando, no entanto, um bom tema a desenvolver a futuro.

Para evitar perder o foco no tema principal, optou-se por contactar o atual vice presidente da AIM (representante do Montepio Geral atual maior mutualidade Portuguesa na AIM) que é de nacionalidade portuguesa e reside em Lisboa.

No dia 26 de setembro de 2019, realizou-se a entrevista com Vice Presidente da AIM Pedro Bleck Silva, que começou por fazer um resumo da história da AIM.

A AIM tem 30 anos de existência, e há 20 anos que está estabelecida em Bruxelas próximo da União Europeia, a maioria das mutualidades da AIM estão ligadas à área da saúde as da área da previdência são maioritariamente originárias de Portugal e Espanha.

A AIM tem dois tipos de intervenção, primeiro o reconhecimento político, e segundo a vertente operacional, pretende desenvolver os temas da saúde, cuidados de longa duração, fraude e negociação política.

Procura ter voz activa (influenciar) na Comissão Europeia, no entanto enfrenta um grave entrave:

O mercado único da Europa não permite que as mutualidades, como Entidades sem fins lucrativos, se possam deslocar no mercado livre (art.º 54 do Tratado não reconhece às

entidades de economia social a liberdade de circulação, “O Direito de Estabelecimento”).

As mutualidades não podem circular no mercado interno, mas em tudo o resto aplica-se a legislação do mercado interno, não têm cidadania Europeia só nacional.

«O movimento mutualista na Europa tem se esforçado por um reconhecimento pela União Europeia do papel fundamental das Mutualidades que representam cerca de 10% do PIB da União Europeia.

Nestes 20 anos, foram feitos vários progressos, existe hoje um grupo na UE que defende princípios de solidariedade e não rendibilidade. Estão na forja dois relatórios sobre as mutualidades, mas os deputados têm que também eles pressionar o parlamento para criar políticas europeias que reconheçam o papel das Mutualidades.

Têm sido dados passos fundamentais, mas ainda há um longo percurso pela frente e assiste-se hoje a Mutualidades que abandonam a sua natureza e tornam-se cooperativas (como é o caso de várias Mutualidades Italianas), porque de acordo com o art.º 20 do Tratado de Roma, promove-se a cooperação reforçada.

Em França tem se assistido a fusões entre mutualidades, para criar atratividade no produto e ultrapassar um problema grave do mutualismo, o rejuvenescimento dos dirigentes e dos associados das mutualidades.

A AIM ao nível Europeu “luta” pelo reconhecimento do Estatuto Europeu às mutualidades, esse será um passo fundamental para o movimento Mutualista em toda a Europa afetando a atuação das mesmas em Portugal e criando novos desafios às mesmas.

Atualmente assiste-se ao desenvolvimento das Mutualidades em África, com a divulgação e expansão dos ideais mutualistas principalmente por parte de mutualidades Francesas e Belgas e assiste-se também a experiencias de Entidades de Economia social como as mutualidades também na América do Sul.

Este tem sido o novo desafio da AIM nos últimos anos a internacionalização não só à Europa como África e América Latina.

1.4- Resultados da Entrevista

De forma a apresentar uma visão mais abrangente da realidade mutualista optou-se por aplicar a entrevista aos presidentes das duas Mutualidades de Grau superior, representativas em Portugal (União das Mutualidades Portuguesas e Associação Portuguesa de Mutualidades). Da mesma forma também foi aplicada a mesma entrevista ao representante da Vice-presidência da Associação Internacional das Mutualidades para obtermos a visão europeia dos desafios às mutualidades de 1990 a 2018.

As perguntas e respetivas respostas serão seguidamente transcritas para o presente estudo.

1.4.1- Respostas à entrevista pela UMP, APM e AIM

Pergunta 1- Qual o balanço que faz dos últimos anos sobre a evolução da Mutualidade?

UMP- “A evolução é positiva. Desde 2012, as Mutualidades sentiram-se mais identificadas com a sua entidade representativa e, para isso muito contribuiu o trabalho de proximidade realizado desde então, a realização de eventos de âmbito nacional nas sedes das Mutualidades, o esforço de proporcionar oportunidades de capacitação dos seus dirigentes, técnicos e colaboradores, e o trabalho em rede, que se traduz por exemplo na criação de uma rede mutualista de assistência médica, através do protocolo e plataforma Mutual In”.

APM- “O paradigma das mutualidades, nas ultimas décadas mudou radicalmente com a diversificação da carteira de produtos e as áreas de intervenção, este quadro exige respostas e propostas múltiplas, num modelo organizacional moderno, para promover a qualidade, a valorização dos seus colaboradores, o crescimento sustentado e a consolidação financeira, na prossecução da defesa dos princípios, da identidade e dos interesses das Instituições que integram a APM-RedMut, junto das entidades públicas, privadas e sociais”.

AIM – “A AIM tem tido um papel fundamental na promoção e defesa do modelo mutualista, não só no espaço da União Europeia, mas também em África e na América do Sul.

Poucas pessoas na estrutura da Comissão Europeia estavam identificadas com o modelo mutualista, essencialmente assente na solidariedade, não lucratividade, democracia e modelo de governo próprio.

Hoje, as mutualidades são conhecidas e reconhecidas no espaço europeu. Mas, muito embora representem cerca de 200 Milhões de cidadãos, sofrem de um não reconhecimento oficial como parceiros no mercado interno. Com efeito, o Tratado da União Europeia, art. 54, não permite, não reconhece, o direito de estabelecimento, um

dos pilares do mercado interno, às organizações com fins não lucrativos. Caso das mutualidades.

Daí que, o grande objetivo das mutualidades, na Europa, seja o seu reconhecimento como entidade para circular no espaço europeu, no mercado interno. Ainda não se conseguiu, mas em conjunto com outras entidades do sector da Economia Social, está-se no bom caminho, assim se espera.”

Pergunta 2- Na sequência da resposta anterior, quais as principais causas / determinantes? Algo que deseje destacar?

UMP- A realização de reuniões regulares com os Órgãos Associativos de cada uma das Associações Mutualistas, nas suas sedes, permite ouvir e conhecer os seus constrangimentos, aconselhar medidas no sentido de ultrapassar obstáculos e potenciar valências e proporcionar apoio técnico nas áreas de gestão mais sensíveis. A organização de eventos, dando espaço, à aquisição e disseminação de conhecimentos e à partilha de boas práticas, tem sido um recurso importante na alavancagem do Movimento Mutualista”

APM- “Os pontos fortes são: Oportunidades, Marketing, valorização profissional, certificação da qualidade complementar, colmatar falhas e limitações do SNS e de outros sectores de atividade.

Os pontos fracos são: As mutualidades desenvolverem-se longe dos holofotes, pouca visibilidade, estruturas antigas com condicionantes afetas à infraestrutura. Dificuldade em fixar pessoal técnico qualificado e a concorrência.

Os atrasos nos pagamentos do SNS, SIGIC, ARS, a abertura de hospitais particulares com captação de profissionais e os custos associados ao marketing conduzem à situação das mutualidades atualmente”.

AIM – “Obviamente que a batalha política pelo reconhecimento como parceiro de pleno direito no espaço europeu é o grande desiderato. Mas, as mutualidades na Europa, desenvolvendo sobretudo sistemas de seguros de saúde, estão profundamente empenhadas nos vários temas que este sector compreende, desde a defesa do direito à saúde para todos até ao preço dos medicamentos, novas tecnologias, preço dos medicamentos, luta contra a fraude, cuidados de longa duração, etc.

Pergunta 3- Quais os principais desafios que tem de enfrentar no quotidiano da Mutualidade?

UMP- “O Movimento Mutualista, por razões históricas e pela sua menor dependência relativamente a outras entidades, ainda vive relativamente fechado em si mesmo, revelando alguma resistência a abrir-se às comunidades onde está inserido. Uma parte significativa das Associações Mutualistas nasceu no século XIX para

garantir o apoio às famílias na morte de um dos seus membros, mas, com a evolução demográfica e do Estado Social, a modalidade de subsídio de funeral deixou de ser atrativa e sustentável. Uma boa parte das Mutualidades foi encontrando alternativas, não só através do lançamento de novos produtos mutualistas, como de novas respostas na área da prestação de cuidados de saúde, farmácias sociais, apoio à infância e terceira idade, turismo social, formação profissional, entre outras. O rejuvenescimento e a capacitação das Associações são dois eixos importantes na ação da UMP de forma a criar condições para que melhor se preparem para acompanhar as mudanças do mundo, que levantam novos e cada vez mais complexos problemas e exigem novas respostas”

APM- “Os principais desafios, são a perda de associados, porque assiste-se ao envelhecimento da população e a concorrência de seguradoras e hospitais privados.”

AIM- “Os principais desafios não deixam de ser o reconhecimento do modelo próprio, obviamente concorrente das entidades da pura economia de mercado, que prosseguem a mesma atividade.

E, no espaço europeu, a gravidade do problema tem que ver com o facto de às mutualidades, que não estão no mercado interno, serem aplicáveis regras que disciplinam esse próprio mercado. É uma incongruência e é, inequivocamente, um fator de desequilíbrio na concorrência, onde todos devem beneficiar das mesmas regras e possibilidades.”

Pergunta 4- Em termos de perspetiva futura, quais os principais objetivos / metas que a Mutualidade deseja ver alcançados?

UMP- “O Movimento Mutualista tem uma necessidade imperiosa de se rejuvenescer, atraindo mais jovens e mulheres para os seus Órgãos Associativos, que acrescentem diferentes mundividências. Por outro lado, precisa de prosseguir o seu esforço de capacitação, através da intensificação da formação dos seus Dirigentes, Técnicos e Colaboradores, aliando a sua experiência a novas práticas e favorecendo a sua adaptação aos constantes e cada vez mais complexos desafios que a sociedade coloca às Entidades da Economia Social. Outro eixo que merece uma atenção especial é a comunicação, de forma a dar visibilidade ao relevante papel que as Mutualidades desempenham em áreas, como a Proteção Social, a Saúde, Educação e Ação Social, entre outras, as suas boas práticas e projetos inovadores e diferenciadores, e conferir peso institucional ao Movimento. A UMP, que recentemente foi empossada na Vice-Presidência da União Mundial das Mutualidades, em representação do Continente Europeu, abraça também o desafio de difundir e expandir o Mutualismo na Europa e conquistar o reconhecimento das entidades e organizações do “Velho Continente”, sem esquecer as suas responsabilidades no apoio à introdução do mutualismo na CPLP, nomeadamente em São Tomé e Príncipe”.

APM- “Os principais objetivos, é a sustentabilidade e autonomia financeira, apresentar serviços de qualidade, diversificar serviços e a fixação de pessoal”.

AIM- “Assim, o principal objetivo em termos políticos é a defesa e o reconhecimento legal do modelo a nível europeu.”

Pergunta 5- Que sugestão apresentaria, para num futuro próximo, elevar o número de associados na Mutualidade?

UMP- “Enquanto Associação de grau superior, a UMP tem um importante e diversificado papel a desempenhar. No relacionamento com o Estado, procurando eliminar constrangimentos de ordem legal que afetam o desenvolvimento da atividade das Mutualidades e aprofundando a cooperação nas mais diversas frentes para a resolução de problemas e preocupações da sociedade. Ao nível da representatividade do Movimento, divulgar e difundir o Mutualismo enquanto modelo de resposta moderno, credível e sustentável aos problemas das pessoas. No seio do Movimento, impõe-se que trabalhe, com as Associações, na credibilização das modalidades e respostas que atualmente disponibiliza, no desenvolvimento de novas modalidades, serviços e respostas.”

APM- “Para continuar a elevar o número de associados é fundamental continuar a apostar em serviços diferenciados e a apostar no marketing.”

AIM- “A formação e informação sobre “outra forma de estar no mercado “ que é o mutualismo é, claramente, um objetivo a prosseguir no curto prazo. Em França, um dos bastiões do mutualismo europeu, já se ensina mutualismo nas escolas, já se pratica...com experiências de pequenas mutualidades organizadas no espaço das escolas!

O mutualismo e os seus valores e princípios aprendem-se e...aprendem-se.”

2) Desafios à Gestão e Organização das Mutualidades do Distrito de Santarém e Leiria

Tal como já foi referido anteriormente o objetivo principal deste estudo é responder à pergunta: “ Os desafios à gestão e organização das mutualidades aquando da vigência do I código das Associações Mutualistas, mantêm-se atualmente?

Caracterizar tais desafios implica, na prática, esclarecer quais os pontos fortes e oportunidades e pontos fracos e ameaças do Mutualismo em Portugal.

Dessa forma pretende-se apurar se o Mutualismo está preparado para enfrentar os desafios do século XXI, se estarão as mutualidades preparadas para se adaptar às novas necessidades sociais e aos novos princípios da sociedade contemporânea, mais individualista e tecnológica.

Desde o início, pretendeu-se aplicar presencialmente o questionário misto com perguntas de escolha múltipla, mas também com perguntas abertas que permitissem ao entrevistado responder sem limitações.

Optou-se por aplicar o questionário do mestre Rui Sequeira “Associações Mutualistas em Portugal: aspetos históricos e prospetivos”, nesta tese foram aplicados questionários mistos com 10 grupos de perguntas de escolha múltipla.

Estas perguntas questionam a atividade da Mutualidade, pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças e desafios futuros. A entrega destes questionários aos dirigentes das 4 mutualidades com sede em Santarém e Leiria, foi sempre presencial para que o dirigente tivesse a possibilidade de responder às perguntas de escolha múltipla e explicar o porquê de algumas respostas.

As entrevistas também foram presenciais mas como os entrevistados não autorizaram a gravação as respostas foram confirmadas pelos entrevistados antes da sua publicação.

Uma vez que o mestrado para o qual o presente estudo se destina é ministrado no Instituto Politécnico de Santarém, optou-se por aplicar o questionário às Mutualidades do distrito de Santarém indicadas no portal da Direcção Geral da Segurança Social (DGSS).

Iniciou-se então, a pesquisa sobre cada uma destas mutualidades. No entanto, enfrentou-se várias dificuldades: algumas mutualidades, não tinham informações na Net e não havia registo de contactos, outras estavam encerradas para obras e também não tinham contactos, uma das mutualidades não tinha qualquer indicação de existência, mas pelo NIPC (contribuinte) conseguiu-se apurar que tinha alterado a sua denominação em 2005, passando a ser uma associação cultural e desportiva.

Conforme é possível verificar no quadro 8 a DGSS indica 4 mutualidades com sede no distrito de Santarém mas a Associação de Socorros Mútuos de Benfica do Ribatejo é hoje a Associação Cultural e Desportiva de Benfica do Ribatejo - (ACDBR).

Nos anexos do presente estudo estará toda a tabela das Mutualidades registadas em Portugal.

Quadro 8- Mutualidades do Distrito de Santarém registadas no Portal da DGSS (novembro 2019)



Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Nosso Senhor dos Aflitos de Valadares	Avenida António Coelho Moreira 4405 - 528 Valadares	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1902	501147012
Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim e Freguesias Circunvizinhas	Rua do Calvário, 673 4415 - 913 Sandim	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1903	501687530
Associação Fúnebre de Socorros Mútuos de Santa Marinha de Gaia	Rua Cândido dos Reis, 32 - 1ª 4400 - 069 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1894	501398430
Associação Mutualista de Arcozelo	Rua do Corvo, 778 - Apartado 9 - Arcozelo 4410 - 439 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1897	501056262
Associação Oliveirense de Socorros Mútuos	Rua D. Maria da Costa Basto, 590 - Oliveira do Douro 4430 - 381 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1894	501092161
Associação Vilanovense de Socorro Mútuos	Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 412 4400 - 217 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1882	501057307
Liga das Associações de Socorros Mútuos de Vila Nova de Gaia	Rua Marquês Sá da Bandeira, 344 4400 - 217 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1905	501064974
Montepio Vilanovense de Socorro Mútuos Costa Godoolfim (Associação de Socorros Mútuos)	Rua Serafim Rodrigues da Rocha, 39 4400 - 306 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1921	501406107
Associação de Socorros Mútuos Montepio Abrantino Soares Mendes	Largo General Avelar Machado, 51 - 1ª 2200 - 358 Abrantes	Abrantes	Santarém	Associação	1856	501119418
Associação de Socorros Mútuos de Benfica do Ribatejo	Rua Igreja Matriz - Urbanização do Alqueve - Benfica do Ribatejo 2080 - 398 Almeirim	Almeirim	Santarém	Associação	1930	503591220
Associação de Socorros Mútuos Benaventense	Travessa da Praça do Município 2130 - 038 Benavente	Benavente	Santarém	Associação	1887	501427007
Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
Associação de Socorros Mútuos Montepio de Nossa Senhora da Nazaré	Largo José Lopes dos Santos 2350 - 686 Torres Novas	Torres Novas	Santarém	Associação	1862	500985162

Fonte DGSS- novembro 2019

Face a estas dificuldades iniciais, optou-se por alargar o raio de intervenção ao distrito limítrofe de Leiria abrangendo, assim, mais uma mutualidade na presente pesquisa.

Quadro 9- Mutualidades do Distrito de Leiria registadas no Portal da DGSS (novembro 2019)

Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
Montepio Rainha D. Leonor Associação Mutualista	Rua do Montepio Rainha D. Leonor, 9 2500 - 253 Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	Leiria	Associação	1860	501094164

Felizmente, após vários contactos, obteve-se retorno da parte das mutualidades e em agosto de 2019, realizou-se a primeira entrevista à Presidente da Associação de Socorros Mútuos Benaventense (ASMB), seguindo-se a entrevista ao vogal da Associação de Socorros Mútuos Montepio Abrantino Soares Mendes (ASMB) em Abrantes. De seguida, fez-se a entrevista ao Secretário-geral do Montepio Rainha D.

Leonor nas Caldas da Rainha (MRDL). Por fim em setembro, realizou-se a entrevista ao Presidente da Direcção da Associação de Socorros Mútuos da Nossa Senhora da Nazaré em Torres Novas (MNSN).

Embora a Associação de Socorros Mútuos de Benfica do Ribatejo (ASMBR) já não atue na área do mutualismo, considerou-se fundamental aplicar o questionário e a entrevista ao presidente desta antiga mutualidade uma vez que esta alterou a sua denominação em 2005 e o presente estudo situa-se no momento temporal da aplicação do Primeiro Código das Associações Mutualistas de 1990 a 2018.

O presente estudo também pretende analisar desafios à gestão e organização destas mutualidades neste período de tempo e desafios futuros, pelo que se fez a referida entrevista.

No entanto, não se contabilizou as respostas da ASMBR nos resultados apresentados, uma vez que algumas das perguntas não se adequavam à nova realidade desta antiga Mutualidade.

Considerou-se ainda que para além das entrevistas a estas quatro mutualidades (que atuam todas maioritariamente na área da saúde), e uma vez que se pretendia fazer um retrato do Mutualismo, optou-se por aplicar as 4 perguntas abertas ao presidente da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), o presidente da Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista, Luís Alberto Silva e ao presidente da Associação Portuguesa das Mutualidades (APM) o Presidente da CSC – Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa, Cassiano Galvão

Por fim, procurou-se complementar o estudo com uma visão europeia da situação do Mutualismo, desafios futuros pelo que se aplicou novamente as 4 perguntas abertas ao representante do Montepio Geral actual vice-presidente da AIM (Associação Internacional das Mutualidades), Pedro Bleck Silva.



Figura 4- Logótipo da Associação de Socorros Mútuos Benaventense

2.1- Associação De Socorros Mútuos Benaventense (ASMB)

A Associação de Socorros Mútuos Benaventense é uma Associação Mutualista com uma dimensão associativa relativamente pequena, mas com uma história centenária.

Fundada em 16/02/1887, pelo Dr. Ventura e Dr. Pedrosa, com ajuda do Montepio Geral e outras pessoas e entidades, a ASMB teve em tempos um papel fundamental na prestação de serviços médicos a todos os munícipes, uma vez que, na altura, nem todos tinham acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

Outrora chegou a ter mais de mil associados. A ASMB garantia consultas na sua sede e ainda tinha protocolos com médicos em outros locais, o que assegurava saúde com custo reduzido para os associados.

Atualmente tem cerca de 132 associados, 4 colaboradores, 11 dirigentes, no total 12 elementos, a gestão é desenvolvida em regime de voluntariado.

A atual direção da instituição, é presidida por Celeste Dinis, que foi eleita para o triénio 2018-2020, esta, aposta na revitalização da ASMB, que atualmente presta serviços de assistência médica na sua sede.

A Presidente Celeste Dinis já está ligada à mutualidade há 32 anos, antes apenas como funcionária e há cerca de um ano e meio como Presidente.

Os associados da ASMB pagam uma quota de 8€ mensais e têm ao seu dispor uma consulta de clínica geral semanal sem qualquer custo, não há limite de idade.



Figura 5- Logótipo da Associação de Socorros Mútuos Montepio Abrantino Soares Mendes.

2.2- Associação Socorros Mútuos Montepio Abrantino Soares Mendes (MASM)

Nascida em meados do século XIX, aquela que começou por se intitular Sociedade Filantrópica Abrantina (Montepio Abrantino, Livro nº1, f.1, Arquivo Histórico Municipal Eduardo Campos - Abrantes (AHMEC), integrou-se num vasto movimento nacional de fundação de associações de socorros mútuos, muitas delas designadas por montepios.

A 15 de Setembro de 1856, em Abrantes, em casa de António Alves da Luz, na Rua Marquês de Pombal, reuniu-se um grupo de dezoito abrantinos, "precaríssimos cidadãos, burgueses de boa têmpera" (Breve História Montepio Abrantino Soares Mendes.

Da reunião, organizada por iniciativa de Miguel Fialho de Castro, estudante da Universidade de Coimbra, de 28 anos, defensor das ideias mutualistas "que estavam então na moda", nasceu a primeira semente para aquilo que viria a ser o Montepio Abrantino. Sob a presidência do Administrador do Concelho, Manuel Augusto de Almeida Valejo, essa primeira assembleia, após as explicações de Miguel Fialho de Castro — que propôs que se formasse "uma sociedade com o fim de socorrer os sócios que fizessem parte da mesma" —, decidiu nomear uma comissão para elaborar os estatutos (Montepio Abrantino "Soares Mendes"- Boletim comemorativo do I Centenário, 29-9-1956, p.1.A listagem dos associados fundadores da associação e respetivas ocupações, constitui o anexo A).

A 29 do mesmo mês de setembro de 1856, reuniu novamente a Assembleia-geral, sendo então aprovados os estatutos e assumindo-se esta como a data de fundação da Sociedade Filantrópica Abrantina (SFA). Nesses estatutos fundadores, nos primeiros artigos, surgem-nos algumas informações relevantes:

- Podiam associar-se tanto a pessoas do sexo masculino como feminino, dos 14 aos 60 anos;
- Para usufruir da condição de sócio era necessário pagar uma jóia inicial de 480 réis no acto da inscrição e uma quota semanal de 40 réis e, de acordo com o artigo 4.º.
- "O fim desta Sociedade é socorrer os Sócios que se quiserem utilizar dos socorros que a mesma lhes oferecer" (Montepio Abrantino - Sócios, livro nº 1, f.1, Arquivo Municipal Eduardo Campos - Abrantes).

O articulado, depois destes e de outros elementos que caracterizam genericamente a sociedade, pormenoriza o seu funcionamento e os vários órgãos que a integram (Assembleia-geral, Direcção e Mesa Administrativa). Apesar de se admitir a inscrição de mulheres, com plenitude de direitos a nível dos socorros, estas estão excluídas da participação nas Assembleias-gerais.

Estes primeiros estatutos assumem-se como uma excelente fonte para que possamos compreender exatamente onde pretendia chegar a recém-criada instituição. A assistência a que qualquer associado tinha direito, quando completasse seis meses sobre a data da sua inscrição, traduzia-se no seguinte:

- Em caso de doença, socorro de um médico, botica e subsídio diário (cento e quarenta réis em doença classificada aguda, cem réis nas doenças crónicas e oitenta réis no estado de entrevação); aqueles que por ordem do facultativo fossem mandados para "qualquer sítio, ou distância", a fim de tratarem do seu restabelecimento, duzentos réis por dia;
- Em caso de morte, um funeral "decente" e uma missa por sua alma, de esmola, de duzentos e quarenta réis.
- Os partos estavam excluídos de qualquer tipo de apoio. Houve, desde logo, necessidade de estabelecer uma série de regras para evitar abusos destes direitos, a ponto de se punir com expulsão qualquer associado que desse parte de doente sem o estar.

O artigo 32.º dos estatutos, deixava em aberto a possibilidade de a sociedade vir a ter também funções de crédito: "Logo que esta Sociedade tenha fundos que excedam os duzentos mil réis, dará a razão de juro o excesso sobre penhores de Ouro, ou prata, ou sobre hipotecas de bens de raiz, sem ónus, cujos penhores ou escrituras serão guardados no cofre da mesma Sociedade.

Mais tarde abriu uma Caixa Económica que em 1985 foi integrada no Montepio Geral nessa data foi aberto o Balcão do Montepio Geral nas instalações do Montepio Abrantino, onde continua ainda hoje a funcionar, sendo uma das fontes de rendimento do Montepio Abrantino.

Atualmente os associados pagam uma quota de 2€ e têm acesso a consulta de clínica geral, não tem limite de idade mas tem limites geográficos, os associados têm que habitar em Abrantes ou concelhos limítrofes.

Tem cerca de 2.000 associados, a maioria dos associados têm uma idade avançada e residem fora da cidade de Abrantes, pelo que há dificuldades de se deslocarem à clínica do Montepio Abrantino e desde que o cobrador (que se deslocava a essas localidades para cobrar as quotas em atraso) faleceu muitas dessas quotas não são cobradas porque os associados não têm facilidade com as novas tecnologias como o cartão multibanco e *HomeBanking*.

Para além desta situação, alguns dos associados dada a idade têm se deslocado para casa de familiares ou lares de idosos, não voltando à clínica, e conseqüentemente não

pagando as quotas. Alguns dos associados acabam mesmo por desistir da sua qualidade de associada.

Atualmente o MASM, está encerrada para obras mas tem 3 edifícios, 2 arrendados, não há indicação de quando será a reabertura. Apesar de encerrado foi possível aplicar o questionário ao atual vogal do MASM, o Sr. Pedro António.



Figura 6- Logótipo da Associação Mutualista Rainha Dona Leonor

2.3- Montepio Rainha D. Leonor (MRDL)

O Montepio Rainha D. Leonor é uma Associação Mutualista, fundada em 11 de março de 1860 e tem a sua sede em Caldas da Rainha.

Em 1862 iniciou a sua atividade associativa, com o nome de Montepio Caldense, com proteção na saúde e empréstimos aos associados, para apoio na construção e reparação de residências, existindo registos de empréstimos (capitais mutuados) desde 1863 a 1895, ano em que se admite tenha sido abandonada essa regalia aos associados.

Em 1864 o Montepio Caldense admitiu um médico privativo e em 1893 passa a denominar-se Associação de Socorros Mútuos Rainha D. Leonor, tendo, em 1933 passado a dispor de dois médicos.

Em 1936 nasce a ideia de se criar uma Casa de Saúde e em 1937 é inaugurada a sua Sede própria, construída graças aos esforços dos associados que se juntaram numa comissão designada Pró-prédio, constituída em 1922.

Em 1938 nasce a ideia da compra de uma aparelhagem de RX e são admitidos médicos especialistas em otorrinolaringologia e em oftalmologia.

Em 1940 são montadas duas enfermarias (uma para cada sexo), como preâmbulo da futura Casa de Saúde e em 1942 é inaugurada com o serviço de RX e é feita a primeira intervenção cirúrgica a Casa da Saúde, é inaugurada oficialmente em 1947.

Em 1948 é inaugurado o serviço de Banco, com 24 horas de funcionamento diário, aberto à comunidade.

Em 1953 foi feito o projeto para o novo edifício, que veio a ser inaugurado em 1960, também nesse ano, festejou-se o primeiro centenário da Associação, sendo este novo edifício equipado com Bloco operatório, quartos e enfermarias, etc. Nesta data o Montepio é agraciado pelo Sr. Presidente da República, com a Comenda da Ordem da Benemerência.

Em 1973 é inaugurado o Serviço de Ecografia e em 1982 o Serviço de Endoscopia Digestiva.

Em 1995 é inaugurado o Centro de Apoio aos Idosos Dr. Ernesto Moreira e em 1998 entra em funcionamento a UDTO (Unidade de Diagnóstico e Tratamento Oftalmológico).

A 15 de Maio de 2011, o Montepio inaugurou o seu mais recente projeto, o Condomínio Residencial do Montepio – Residências assistidas, composto por 96 frações de apartamentos de tipologia T1 e T0, para além de albergar ainda a Cozinha e a Lavandaria central da Instituição.

Atualmente tem 7.308 associados, tem 217 colaboradores, 3 dirigentes (Conselho Administração), e os dirigentes são remunerados.

Não têm limite de idade exceto para o subsídio de funeral só até aos 45 anos

Tem atualmente 3 edifícios, para além dos serviços clínicos, também tem um centro de dia, um lar e um condomínio residencial. No edifício principal têm alguns espaços alugados a outras entidades da área da saúde com as quais têm parcerias e das quais recebem valores.

Adquiriram ainda um terreno e está em estudo a construção de um centro de cirurgia, mas não há ainda indicação de datas.

O Questionário foi aplicado ao Secretário-geral, José Manuel Netas.



Figura 7- Logótipo da Associação de Socorros Mútuos Montepio da Nossa Senhora da Nazaré

2.4- Associação de Socorros Mútuos Montepio de Nossa Senhora da Nazaré de Torres Novas (MNSN)

O Montepio Nossa Senhora da Nazaré é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos, na forma jurídica de Associação de Socorros Mútuos ou Mutualidades.

Juridicamente, as Mutualidades, que têm o estatuto de Pessoas Coletivas de Utilidade Pública, são IPSS sem fins lucrativos com um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, através das cotizações dos seus associados praticam, no interesse destes e das suas famílias, fins de auxílio recíproco.

Montepio designa as associações com fins de ajuda mútua, com objetivos previdenciais ou assistenciais, como as Associações de Socorros Mútuos. Na primeira metade do séc. XIX, estas associações eram vocacionadas prioritariamente para a proteção nas situações de falecimento dos associados.

Estatutos:

A Associação de Socorros Mútuos Montepio Nossa Senhora da Nazaré de Torres Novas, foi constituída por alvará a 30 de Maio de 1862, está sediada em Torres Novas no Largo José Lopes dos Santos, sendo a sua área de ação no concelho de Torres Novas e limítrofes.

Objetivos da Instituição:

Objetivos Gerais: A Associação tem como objetivo fins de providência e de auxílio recíproco, através da quotização dos seus associados, prossegue, no interesse destes e das suas famílias.

Objetivos Específicos: Garantir a assistência médica e medicamentosa aos associados e familiares e Garantir outras formas de proteção social através de prestações de serviços diretas ou mediante a celebração de convénios com outras entidades de economia social, numa perspetiva de desenvolvimento do ideal mutualista e da solidariedade.

População – Alvo:

Todas as pessoas que se associam à associação e a população em geral.

Respostas Sociais

A Associação tem como respostas sociais a prestação de cuidados médicos e de enfermagem (a preços reduzidos para os seus associados). Atualmente dispõe de uma vasta equipa de profissionais de saúde e de instalações novas equipadas com o material necessário para o desenvolvimento de consultas de especialidade e atendimento de enfermagem.

Destacam-se as consultas médicas das seguintes especialidades: Gastrenterologia, Pediatria, Enfermagem, Ginecologia, Obstetrícia, Reumatologia, Urologia, Fisioterapia, Medicina Dentária, Dermatologia, Terapia da fala, Cardiologia, Oftalmologia, Psicologia, Clínica, Otorrinolaringologia, Ortopedia, Clínica geral.

E os seguintes serviços de enfermagem: medição de tensão arterial; tratamentos injetáveis; realização de pensos de várias dimensões; nebulizações; imobilizações; algaliação, realização de testes de glicemia.

Evidencia-se ainda, o benefício na aquisição de medicamentos que tem como principal objetivo possibilitar aos sócios a aquisição de medicamentos a custos mais reduzidos.

Estrutura Física: Instalações e Equipamentos

A sede do Montepio de Nossa Senhora da Nazaré usufrui de instalações próprias com equipamentos adequados às suas funções. Dos gabinetes equipados para as consultas médicas e cuidados de enfermagem são de destacar o Gabinete de Oftalmologia, o Gabinete de Cardiologia, o Gabinete de Medicina Dentária, Gabinete de Ginecologia / Obstetrícia e o Gabinete de Gastroenterologia com unidade de recobro.

O Edifício possuiu ainda um auditório, Gabinete de Reuniões, duas Secretarias (uma central e uma auxiliar) e Salas de Espera.

Recursos Humanos

A Associação conta com os elementos que compõem a Direcção e com a colaboração de quatro funcionárias (três de Secretaria e Apoio Médico e uma de Limpeza)

Durante o ano de 2008, contou ainda com a colaboração de uma Técnica de Serviço Social, em regime de Programa Ocupacional.

Atualmente tem cerca de 3000 associados, não há limite de idade, pagam uma quota de 2€ mensais e têm descontos de 10 a 15% nas consultas e nos actos clínicos.

Têm 3 colaboradores e 7 dirigentes, estes últimos em regime de voluntariado, mesmo porque o estatuto não permite a remuneração dos mesmos. Os excedentes que têm advêm dos serviços prestados com consultas e exames, têm 1 único edifício mas neste têm duas lojas arrendadas a outras entidades.

2.5- Associação de Socorros Mútuos de Benfica do Ribatejo (Associação Cultural e Desportiva de Benfica do Ribatejo - (ACDBR)

A Associação de Socorros Mútuos de Benfica do Ribatejo foi fundada em 22/02/1926, mas em 5/09/2005 alterou os seus estatutos e a designação para Associação Cultural e desportiva de Benfica do Ribatejo.

Tal como referido, esta Associação continua a surgir na tabela da DGSS como uma mutualidade do distrito de Santarém, mas na verdade nem o CAE das mutualidades (65112) mantém, o seu CAE principal é 94991- Associações Culturais e Recreativas.

No entanto solicitou-se uma entrevista com o atual presidente (José Manuel Nunes), desta associação que continua com o seu cariz social ainda que não como uma mutualidade.

O Presidente, teve a amabilidade de responder às 5 perguntas da entrevista aberta, no entanto as suas respostas não foram contabilizadas na análise do presente Estudo.

Ainda assim, o seu testemunho é fundamental para entendermos o porquê da alteração na associação, uma vez que o Presidente é associado desta antiga mutualidade há 30 anos, testemunhando a realidade desta Associação.

O Presidente referiu que a Associação de Socorros Mútuos de Benfica do Ribatejo tinha o único médico da terra e por isso tinha vários associados. Estes pagavam uma quota mensal e tinham direito a consulta de clínica Geral com o Dr.

Quando o associado ficava impossibilitado de trabalhar era a Associação que lhe atribuía um montante mensal para que o associado e sua família pudessem sobreviver.

Essa contabilização tinha em atenção o tempo de baixa e os valores entregues, no decorrer da entrevista chegámos a ver algumas paletas de baixas datadas de 1986.

No entanto a partir da aplicação do seguro social obrigatório muitos desistiram de ser associados e com o falecimento do médico e o número reduzido de associados a associação começou a tentar rentabilizar o edifício que tinha.

Fez várias festas abertas a associados e a não associados, mas dava um grande desconto nas entradas dos associados. Na época a associação conseguiu receber muitos valores que permitiram melhorar o edifício da Associação em benefício dos associados, criando uma escola de danças de salão que também obteve ótimos resultados nacionais.

Mas após a morte do médico e uma vez que já não se realizava qualquer atividade mutualista e para impedir o encerramento da associação e continuar a prestar um serviço social à comunidade a Associação Socorros Mútuos de Benfca do Ribatejo optou por alterar os seus estatutos e a sua denominação e atividade, para Associação Recreativa e cultural Ribatejana e mais tarde para Associação Cultural e Desportiva de Benfca do Ribatejo.

Atualmente não tem colaboradores, tem 11 dirigentes cerca de 300 associados que pagam uma quota de 1€ e têm a possibilidade de fazer festas no salão grande do edifício com um custo menor que um não associado.

A Câmara Municipal e a Junta também atribuem um donativo e é neste espaço que são feitas muitas das festas das escolas e outras entidades camarárias.

O Presidente lamenta que a Associação cada ano tenha vindo a perder associados, não conseguindo captar jovens nem como associados nem como dirigentes.

Afirmando que a atual sociedade, perdeu o interesse em ajudar o próximo, é egoísta e fechada e não valoriza a ajuda mútua.

2.6- Resultados do Questionário e Entrevista

2.6.1- Aplicação do Questionário de escolha múltipla

Para o presente estudo e com o objectivo de apresentar uma visão local da evolução das mutualidades entre 1990 e 2018, foi aplicado um questionário da autoria de Rui Sequeira, composto por 10 grupos de perguntas, sendo que a primeira se subdivide em quatro, nestas pretende-se obter a identificação da atividade principal e população alvo da Mutualidade questionada.

Na pergunta dois questionam-se os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças. Na pergunta três apuram-se formas de captação de associados, nas perguntas quatro, cinco e seis questiona-se quais os desafios atuais e se a Mutualidade está preparada para enfrentar os desafios contemporâneos.

Na pergunta sete, questiona-se sobre qual o futuro para as Mutualidades, na pergunta oito e nove, questiona-se a existência ou não de excedentes e como são aplicados.

Por fim a pergunta dez, tem sete alíneas, onde são preenchidos os dados gerais como ano de fundação, número de associados, colaboradores, dirigentes e edifícios da Mutualidade.

Como referido anteriormente, a presente tese não pretende avaliar os desafios de uma mutualidade específica e sim do movimento mutualista pelo que os questionários foram estrategicamente aplicados a dirigentes das Mutualidades do distrito de Santarém e Leiria, que para além de terem acesso aos valores quantitativos, têm conhecimento privilegiado das mudanças que ocorreram e consequências das mesmas na Organização e Gestão das Mutualidades em Portugal.

Após responderem às respostas de escolha múltipla do questionário, seguiram-se cinco perguntas abertas que os dirigentes das quatro mutualidades analisadas responderam, por escrito, mas como o questionário foi aplicado presencialmente puderam justificar o porquê de certas respostas.

Em suma, o 1º grupo de perguntas pretende obter a identificação da Mutualidade, os serviços que disponibiliza e a quem os disponibiliza.

No 2º grupo de perguntas pretende-se identificar os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças às mutualidades.

Na terceira pergunta são apresentados vários contributos para cativar os associados e as mutualidades puderam indicar os três que consideravam mais relevantes.

A pergunta quatro, questiona se as mutualidades estão preparadas para os desafios contemporâneos.

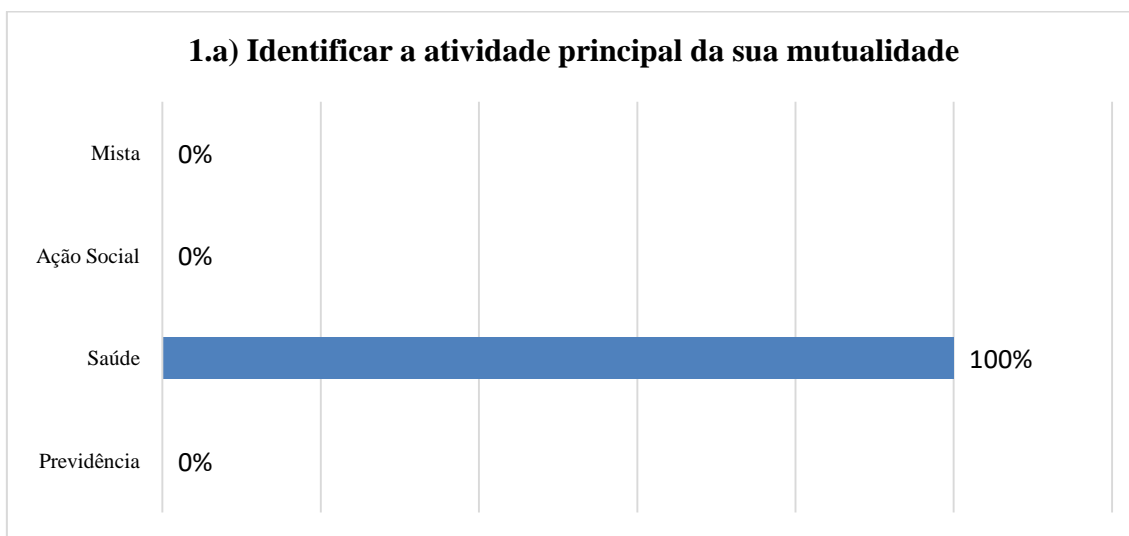
O grupo de perguntas que constituem a quinta pergunta pretende apurar os desafios atuais que as mutualidades enfrentam. A pergunta seis pede que sejam indicadas as condicionantes, do sucesso ou não, das mutualidades. Na pergunta sete é questionado o futuro das mutualidades e na pergunta seguinte apura-se se os proveitos das

Mutualidades advêm maioritariamente dos associados ou dos não associados a quem as mutualidades prestam serviços.

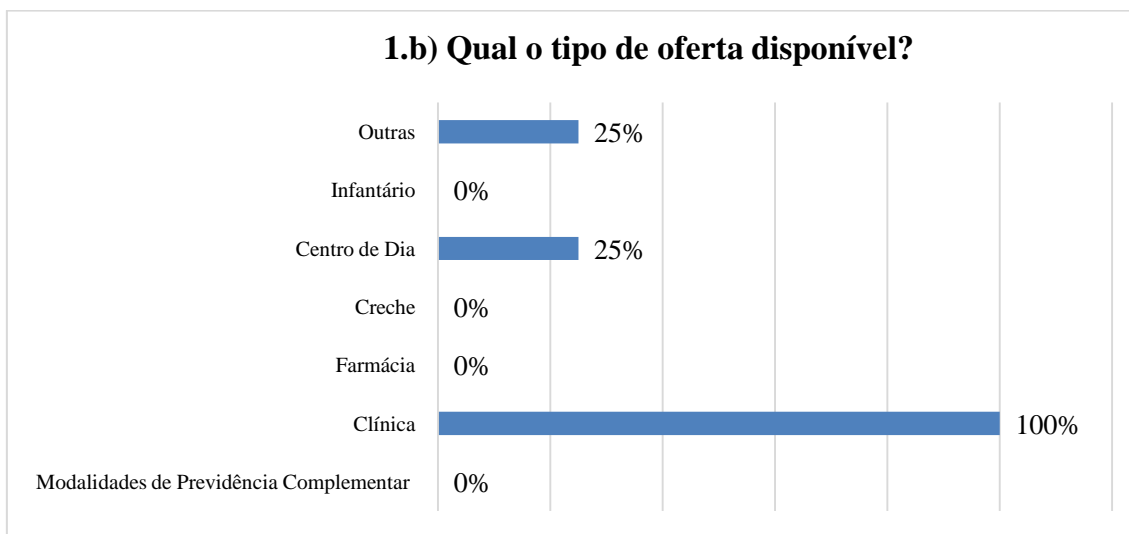
Na nona pergunta é questionado caso haja excedentes técnicos como são aplicados.

Por fim a pergunta dez tem várias alíneas e pretende apurar dados gerais como o ano da fundação e número de Associados entre outros dados gerais.

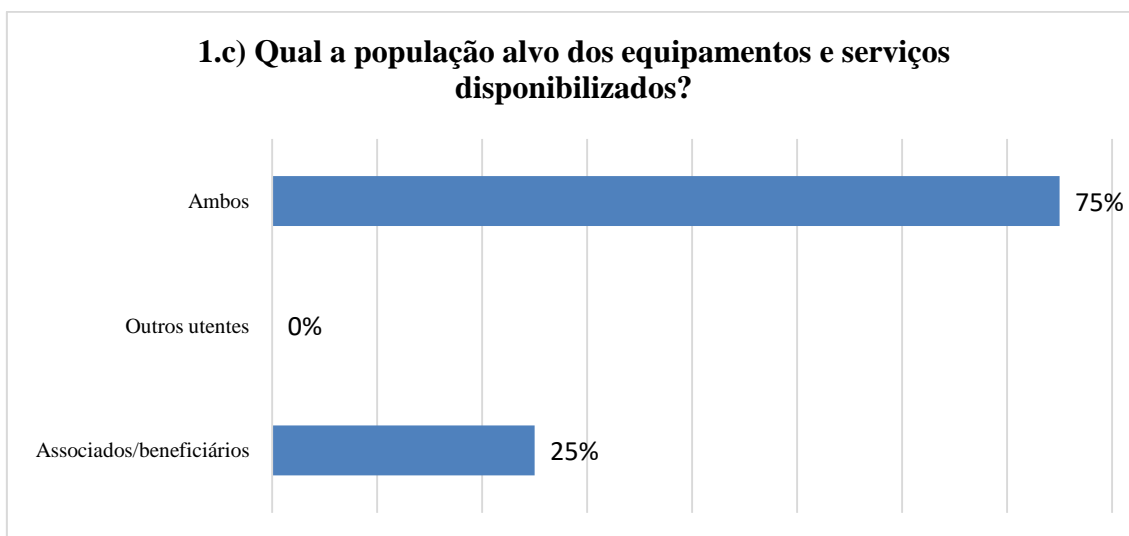
Em seguida serão apresentadas as perguntas e apurados os resultados com representação gráfica das respostas em percentagem de 0 a 100%, tendo presente, que o universo de estudo foram as 4 Mutualidades com sede no distrito de Santarém e Leiria.



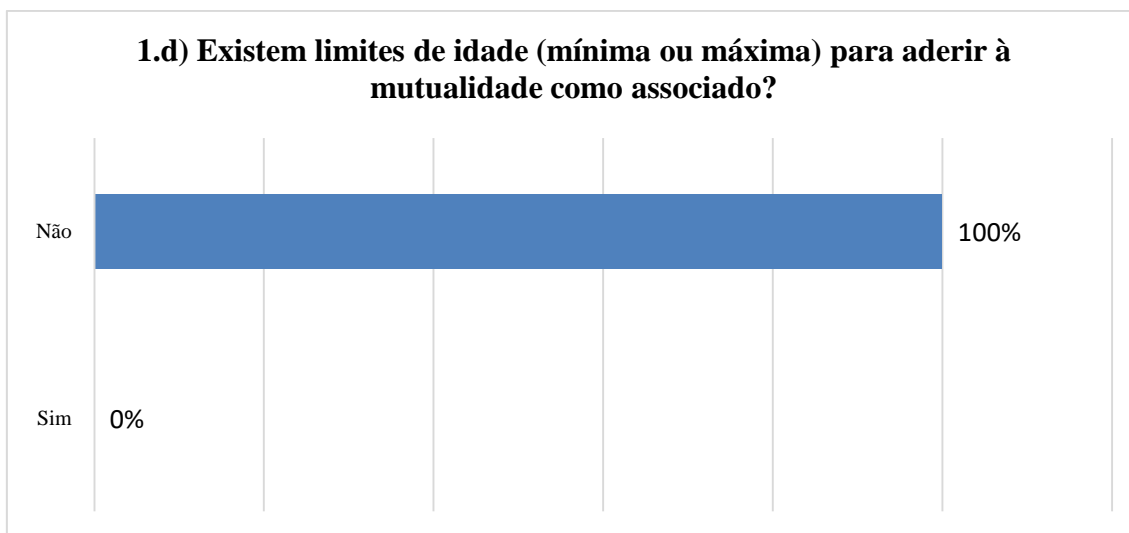
As 4 Mutualidades questionadas têm como atividade principal a saúde, o Montepio Rainha D. Leonor (MRDL) tem ainda como atividades secundárias o centro de dia, o lar de idosos e o condomínio residencial.



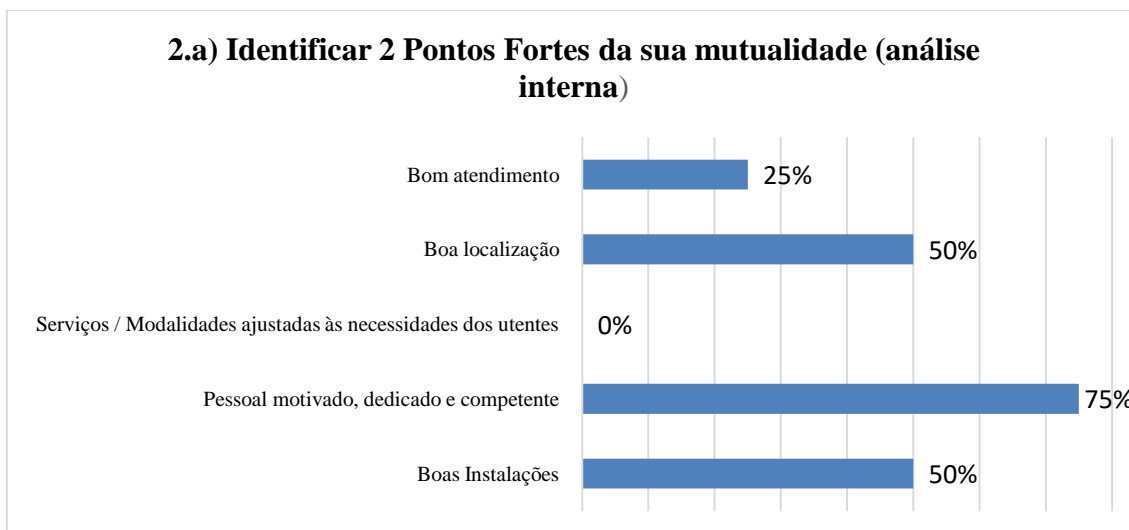
Tal como referido na pergunta anterior, as 4 mutualidades (100%) questionadas apresentam como oferta principal a clínica e só uma mutualidade (25%) exerce outras atividades Centro dia e outras (lar de idosos e condomínio residencial).



Na pergunta 1.c- apurou-se que 3 das mutualidades (75%) questionadas apresentam os seus serviços para associados e não associados. Apenas uma associação, a ASMB, disponibiliza os seus serviços exclusivamente para associados.

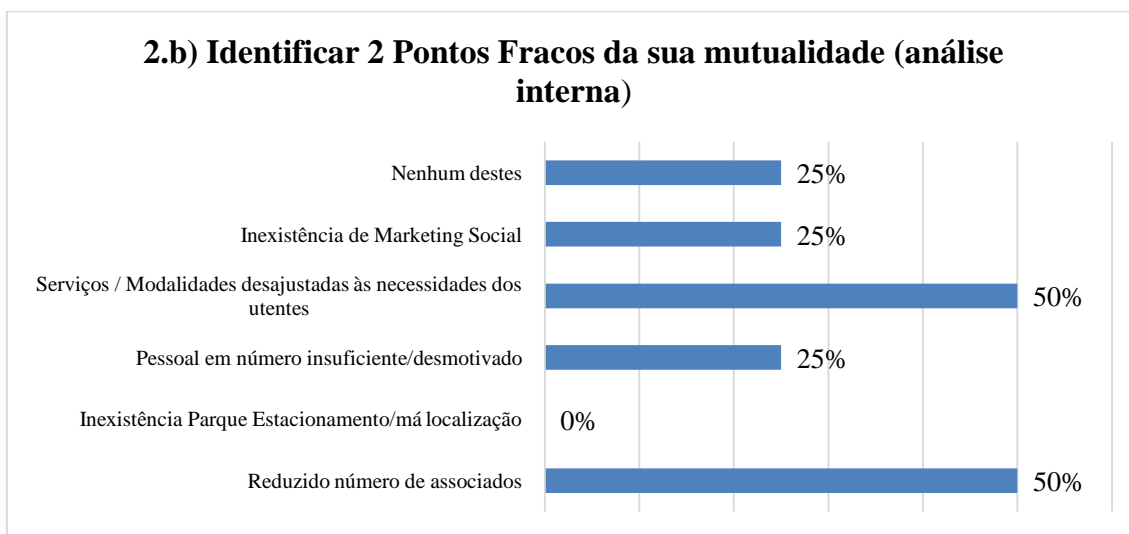


Na pergunta 1.d) observa-se que nenhuma das mutualidades tem limite de idade no entanto o MASM, tem limite geográfico apenas os associados residentes em Abrantes ou concelhos limítrofes podem ser Associados desta Associação. No caso do MRDL existe um limite até aos 45 anos para o fundo de falecimento.



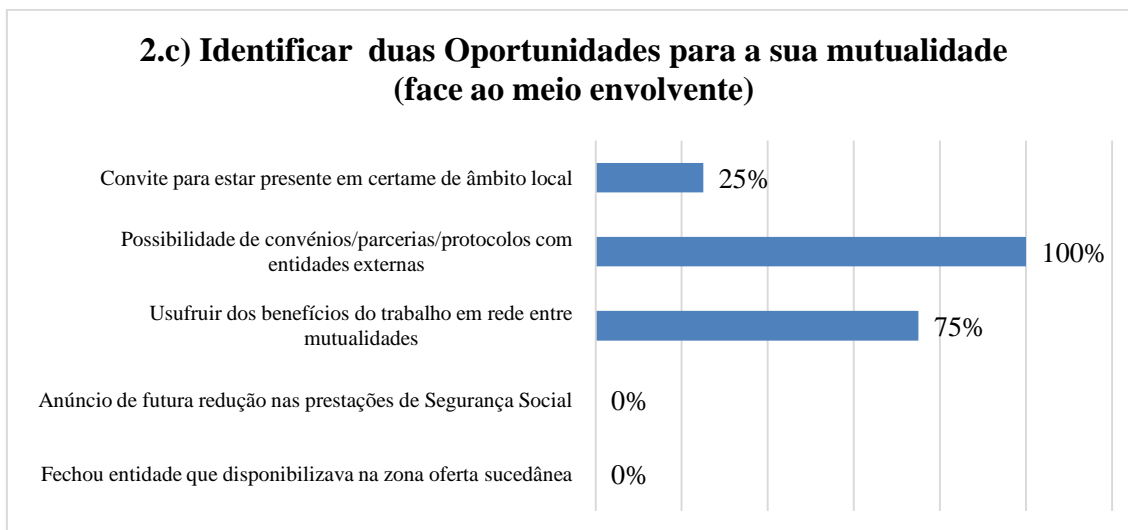
Na pergunta 2.a) foi solicitado ao entrevistado que referisse 2 pontos fortes da sua mutualidade, 3 mutualidades (75%) responderam que o pessoal, motivado, dedicado e competente é um dos pontos fortes, aliás esse foi apontado como fundamental para o funcionamento das mutualidades.

As boas instalações e a boa localização foram apontadas por duas das mutualidades (50%), uma (25%) respondeu o bom atendimento, nenhuma respondeu os serviços e as modalidades ajustadas às necessidades dos utentes.



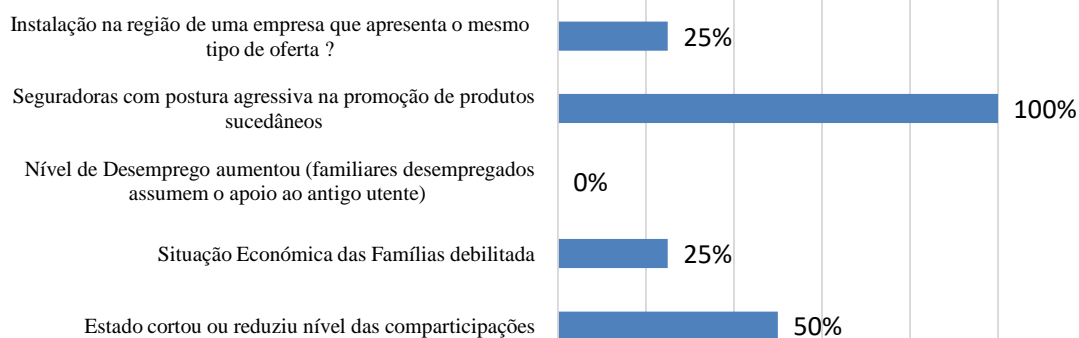
Na pergunta 2.b) solicitou-se a indicação de dois pontos fracos. As respostas foram mais díspares, nenhuma resposta obteve 100%; no entanto o reduzido número de associados e os serviços e modalidades desajustadas às necessidades dos utentes obteve metade das respostas.

Uma (25%) das mutualidades questionadas respondeu a Inexistência de marketing social, o pessoal em numero insuficiente ou desmotivado. (A associação que optou por esta opção referiu que optou por esta resposta apenas por ter um numero insuficiente de pessoal e não por estar desmotivado). Uma das mutualidades considerou que nenhuma das opções era um ponto fraco da sua mutualidade. Por fim, nenhuma das mutualidades aponta a inexistência de parque de estacionamento como ponto fraco.



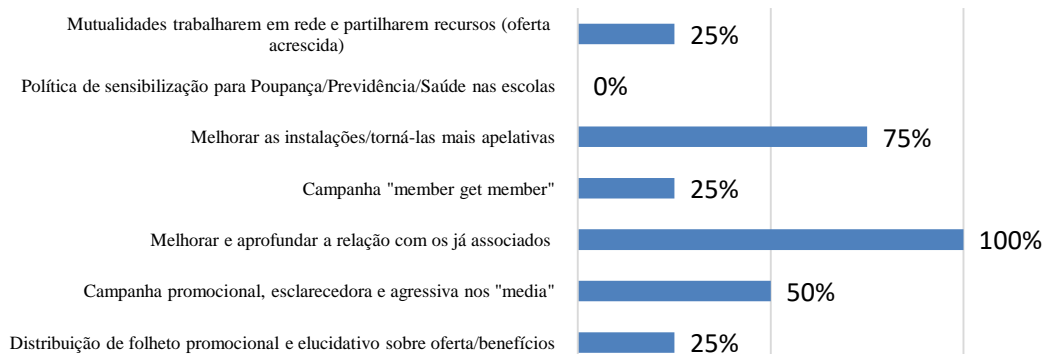
Na questão 2.c) era solicitado aos representantes das mutualidades identificar 2 oportunidades face ao meio envolvente. Todas escolheram a possibilidade de efetuar convénios, parcerias ou protocolos com entidades externas. Três das mutualidades optaram pela opção, de “usufruir dos benefícios do trabalho em rede entre mutualidades”. Muitas delas afirmaram que já funcionam em rede, através da RedeMut (as que pertencem à APM) e através da MutualIN (as que pertencem à UMP) em ambas um associado de outra mutualidade poderá ir a qualquer mutualidade e terá um preço reduzido face a um não associado. Apenas uma mutualidade considerou como oportunidade, o convite para estar presente em certame de âmbito local.

2.d) Identificar 2 Ameaças para a sua mutualidade (face ao meio envolvente)



Na pergunta 2.d) foi solicitada a identificação de 2 ameaças às mutualidades. Todas as 4 mutualidades referiram como ameaça as seguradoras com produtos sucedâneos e com postura mais agressiva. Metade (50%) das questionadas, respondeu que “o Estado cortar ou reduzir a comparticipação” também era uma ameaça, principalmente para as mutualidades que têm atividades secundárias nas quais têm acordos com o Estado. Uma mutualidade (25%) referiu que “a situação económica debilitada das famílias” também era uma ameaça. A ASMB afirmou que nenhuma das opções de escolha apresentadas correspondiam à sua realidade e acrescentou uma nova ameaça; a falta de oferta nos serviços prestados.

3.) Que pensa poder ser feito (quais os 3 contributos) de forma a "seduzir" a população-alvo e permitir uma adesão voluntária, massiva e consciente às mutualidades

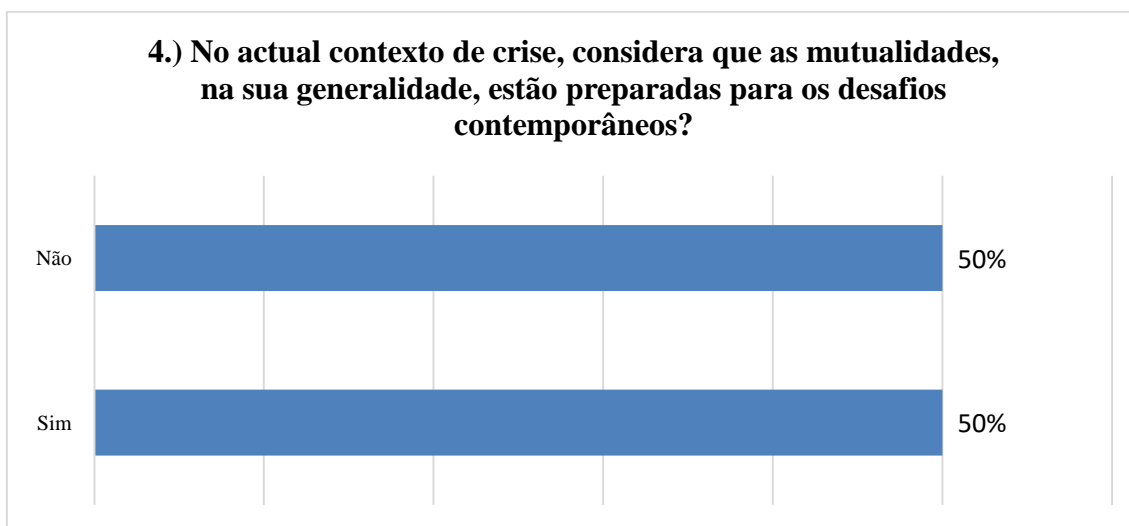


Após a identificação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, na pergunta 3 foram solicitados 3 contributos. As 4 questionadas (100%) optaram pela opção, “melhorar e aprofundar a relação com os já associados”, três mutualidades (75%)

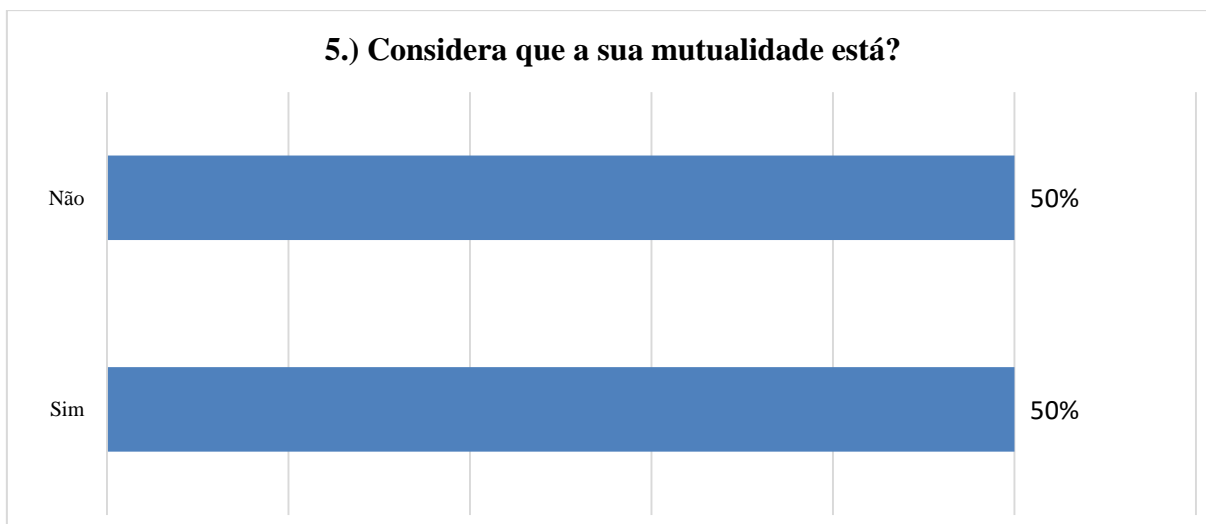
optaram pela resposta “melhorar as instalações e torná-las apelativas”, metade das mutualidades considera que uma campanha promocional, esclarecedora e agressiva nos média cativaria mais associados.

O terceiro contributo apurou 25% das respostas, ou seja, uma das mutualidades considerou a “distribuição de folhetos promocionais elucidativos sobre a oferta”, como um contributo para seduzir a população, a opção campanha “*member get member*”, (também foi a opção de outra das 4 mutualidades questionadas, mas neste caso a maioria das mutualidades referiu que fez e ainda faz campanhas de “*member get member*”, mas os resultados segundo as mesmas surtem pouco efeito.

A opção “as mutualidades trabalhem em rede e partilhem recursos” também obteve uma resposta (25%). Nenhuma das mutualidades optou pela resposta “política de sensibilização para poupança, previdência ou saúde nas escolas”.

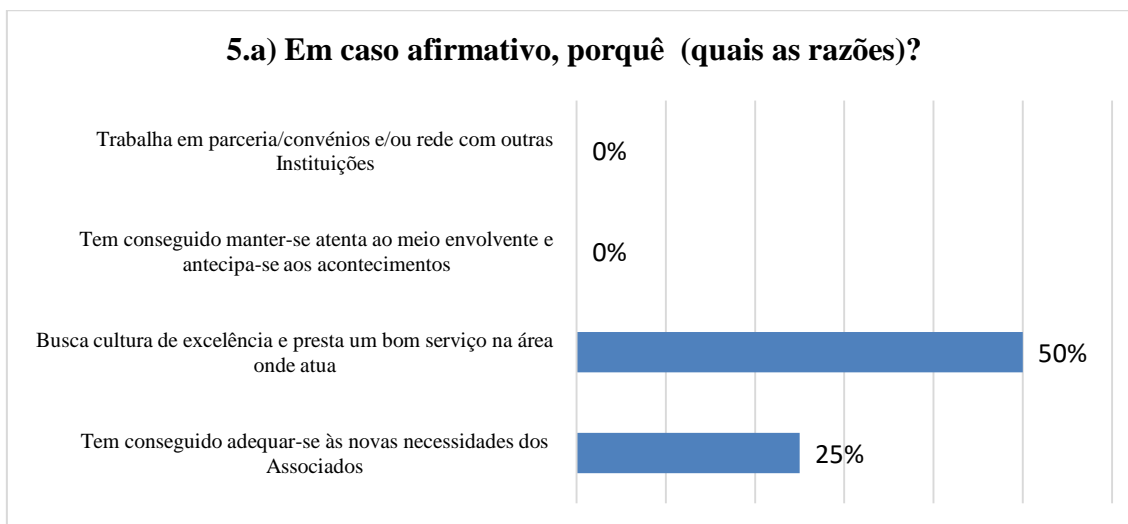


Na quarta pergunta as respostas foram de 50/50, metade das questionadas considera que as mutualidades estão preparadas para os desafios contemporâneos a outra metade considera que não estão preparadas.



Da mesma forma na pergunta 5 que questionava se a própria mutualidade estaria preparada, mais uma vez assistiu-se a percentagem 50/50, metade afirma-se preparada enquanto a outra metade diz não estar.

As Mutualidades que responderam que “as mutualidades no seu geral não estão preparadas para os desafios contemporâneos”, foram as que responderam que a sua mutualidade não estava preparada e são as mutualidades com menor número de associados, ASMB e MASM.

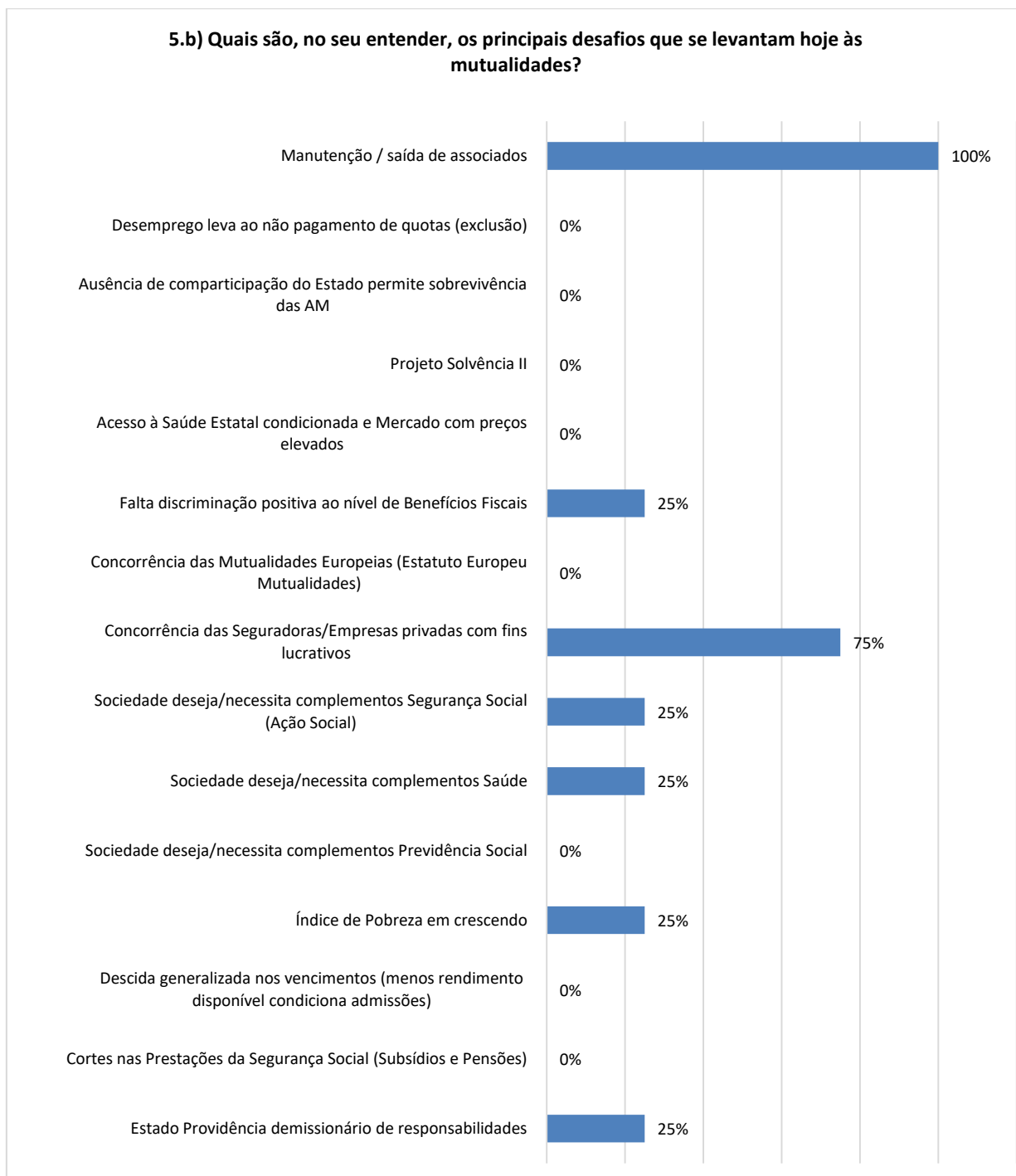


A questão 5.a) era apenas respondida pelas mutualidades que consideravam que a sua mutualidade estava preparada para os desafios contemporâneos.

Como verificámos na questão anterior, metade das mutualidades (duas das quatro mutualidades questionadas, correspondendo a 50% do universo de pesquisa), consideram-se preparadas para os desafios e destas, as duas (50%,) consideram que estão, porque buscam a cultura de excelência e prestam um bom serviço na área onde atuam.

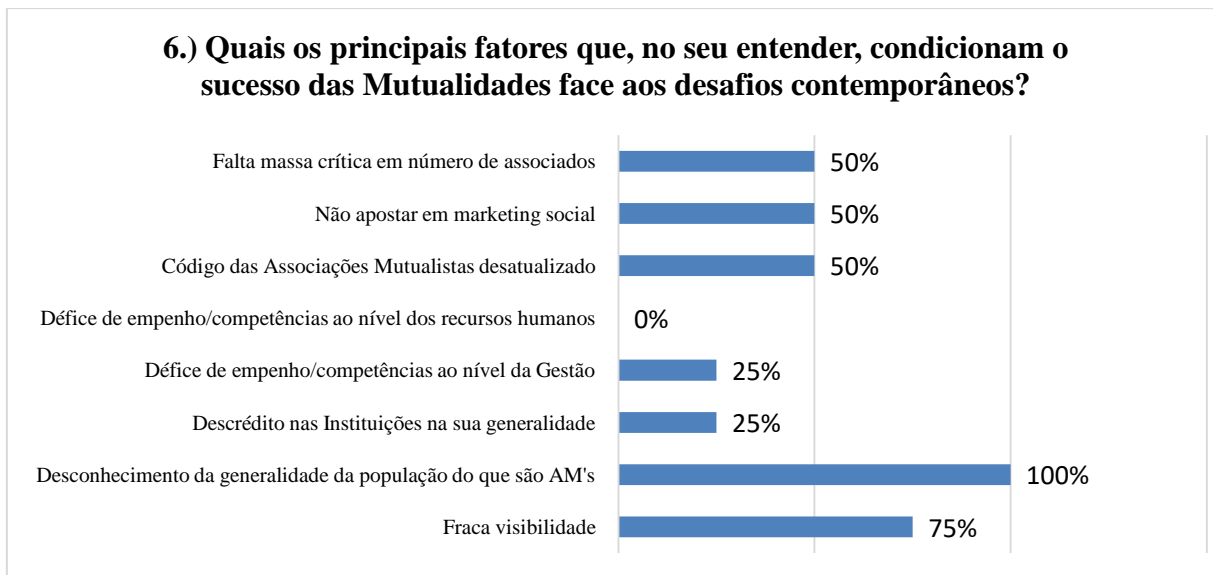
Uma delas (25%) para além desta opção também afirma, que se “tem conseguido adequar às novas necessidades dos Associados”, tendo obtido a Certificação de Qualidade ISO 9001, apresentando assim Serviços com uma maior qualidade agora reconhecida.

As Mutualidades que responderam estar preparadas, foram as mutualidades com mais associados e que disponibilizam várias especialidades e serviços médicos como o MRDL e o MNSN.



Relativamente aos desafios que se levantam hoje às mutualidades, todas (100%) as questionadas consideram “ser um desafio manter os associados atuais”, três das mutualidades (75%) consideram um desafio a “concorrência das seguradoras e Empresas privadas com fins lucrativos”.

“O índice de pobreza em crescendo”, “a falta de discriminação positiva ao nível de benefícios fiscais”, e a “sociedade que necessita de complementos à saúde e à Segurança Social” foram outras opções que foram escolhidas por uma associação cada (25%).



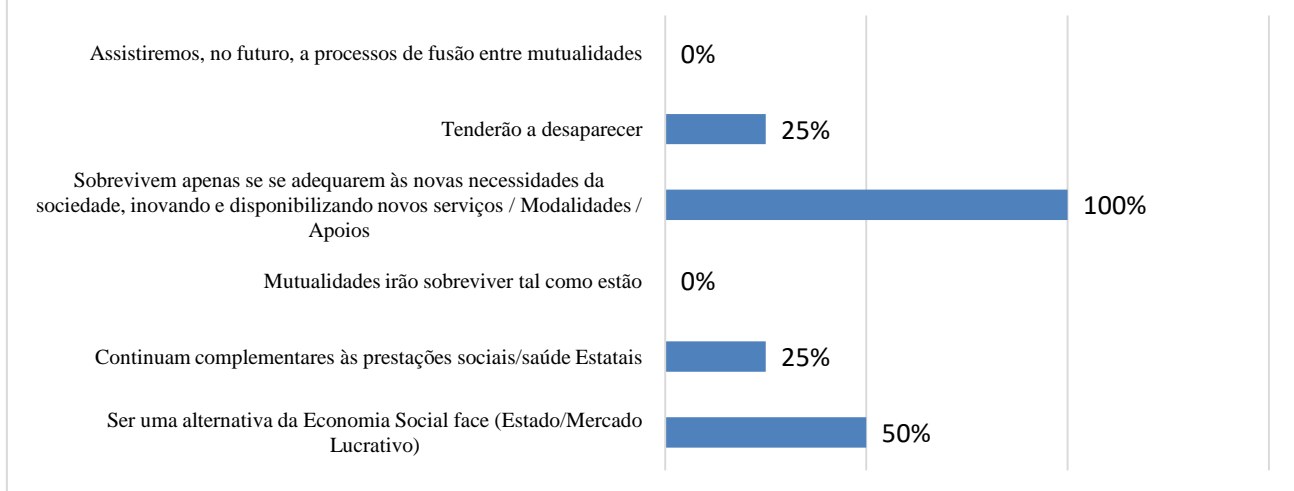
Quanto aos fatores que condicionam as mutualidades, as quatro (100%) mutualidades responderam que o desconhecimento da população sobre o que é uma mutualidade e quais os seus objetivos é um dos fatores que condicionam o sucesso das Mutualidades.

Três das mutualidades (75%), responderam ser a “fraca visibilidade das Mutualidades”.

Metade (50%) das questionadas, indicou “a falta de massa critica” (Associados), “o não apostar no marketing social” e um “código de associações mutualistas desatualizado” como fatores que condicionam o sucesso das mutualidades.

O “défice de empenho e competências ao nível de gestão assim como ao nível de recursos humanos” obteve, apenas a escolha de uma das mutualidade (25%).

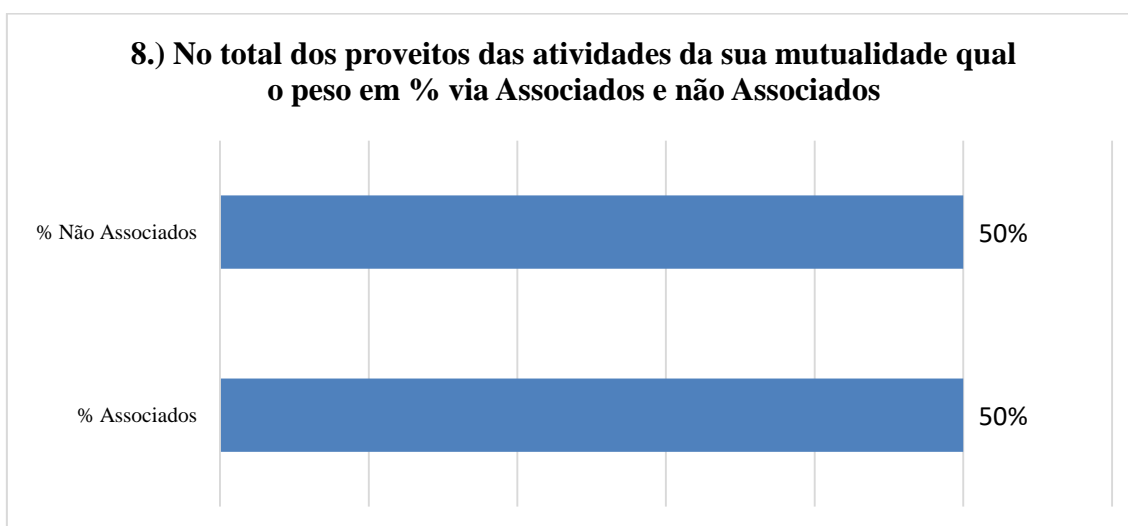
7.) Face à crise atual qual pensa ser no futuro o papel das Mutualidades?



Todas as mutualidades consideram que o mutualismo só irá “sobreviver se se adequar às novas necessidades disponibilizando novos serviços para cativar os associados”. Metade (50%) das questionadas considera que o Mutualismo terá que se manter como uma alternativa da economia social face ao Estado, Seguro Social Obrigatório (SSO) e as Entidades privadas que procuram o lucro.

Uma das mutualidades (25%) considera que o Mutualismo de futuro continuará a ser complementar às prestações sociais e outra das mutualidades (25%) considera que o mutualismo tenderá a desaparecer.

8.) No total dos proveitos das atividades da sua mutualidade qual o peso em % via Associados e não Associados

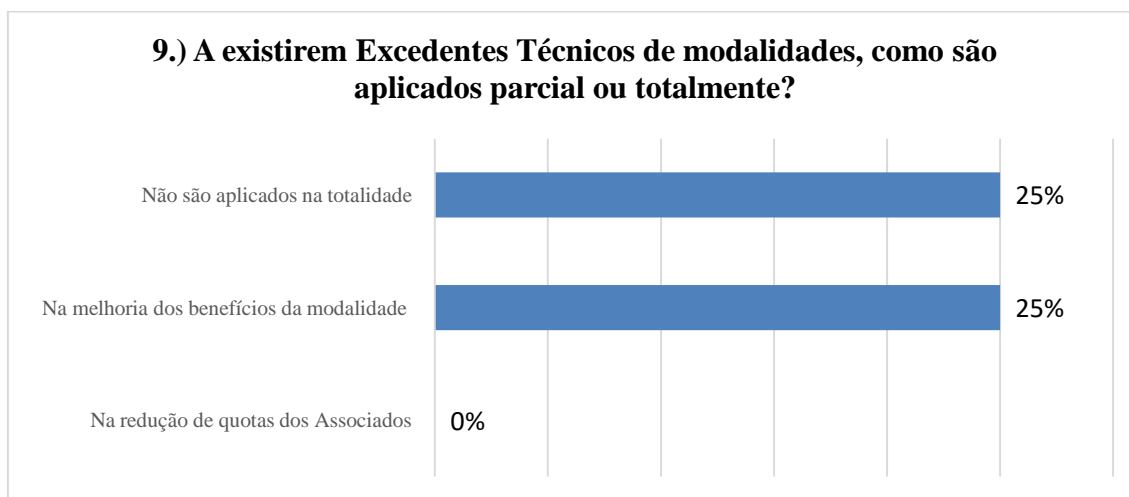


Nesta questão novamente assiste-se a um resultado de 50/50 das respostas. A ASMB só concede os seus serviços a associados e o total dos proveitos advêm dos serviços prestados aos mesmos através das quotas, o MASM atualmente como não tem os seus

serviços clínicos a funcionar tem o total dos seus proveitos a ter origem no aluguer dos edifícios a não associados, motivo pelo qual optou pela resposta de não associados.

O MRDL recebe os seus proveitos numa proporção de 10% vindo da quotização e serviços prestados aos associados e 90% a aluguer de espaço e serviços prestados a não associados.

O MNSN, também aluga dois espaços, mas os seus proveitos advêm maioritariamente da quotização e serviços prestados aos associados.



Na questão sobre os excedentes técnicos duas das mutualidades (50%) dizem não ter excedentes, as restantes duas, o MRDL respondeu que os excedentes não são aplicados na totalidade, são acumulados como reservas para situações futuras, e o MNSN respondeu que os excedentes são aplicados na melhoria dos benefícios da modalidade, mais propriamente na melhoria de todos os serviços prestados aos associados.

A pergunta 10 do questionário de escolha múltipla aplicado, tinha 7 alíneas pelo que se optou por preencher um pequeno quadro com as respostas para facilitar a exposição dos valores apurados (Os dados indicados neste quadro foram-no pelos entrevistados, não havendo forma de confirmar alguns dados como o numero de associados de algumas mutualidades, apenas o MRDL nos disponibilizou o seu relatório de contas.)

Quadro 10- Quadro das respostas às 7 alíneas que compõem a pergunta 10 do questionário aplicado às Mutualidades do Distrito de Santarém e Leiria.

	ASNB	MASM	MRDL	MNSN
Ano Fundação	1887	1856	1860	1862
Nº Associados	132	2000	7308	3000
Nº Colaboradores	4	2	217	3
Nº Dirigentes	11	10	3	7
Nº total colaboradores e dirigentes	12	12	220	10
Gestão Voluntariado (S/N)	S	S	N	S
Dirigentes Profissionais(S/N)	N	N	S	N
Tempo Ligado Ec. Social	1 ano e meio	16 anos	17 anos	11 anos
Tempo ligado à mutualidade	32 anos	7 anos	17 anos	11 anos
Inscrita RedeMut/UMP	UMP	Redmut	Redmut	Redmut
Nº Polos	1	1	1	1
Edifícios	1	3	3	1
Função entrevistado	Presidente	Vogal	Secretário-Geral	Presidente Direcção

2.6.2) Aplicação da Entrevista Aberta

Após a aplicação do Questionário de escolha múltipla, e conforme referido anteriormente, a entrevista aberta foi aplicada não só às mutualidades de Grau superior (presidente da UMP, presidente da APM e ao Vice-presidente da AIM) como também aos dirigentes das mutualidades do distrito de Santarém e Leiria

Pelo que seguidamente, serão indicadas apenas as perguntas e transcritas as respostas escritas pelos representantes das 4 mutualidades do distrito de Santarém e Leiria

Pergunta 1- Qual o balanço que faz dos últimos anos sobre a evolução da Mutualidade?

ASNB- “O Balanço Geral da ASMB infelizmente é negativo, pois o número de associados diminui a cada ano”.

MASM- “Decadência da Mutualidade”

MRDL – “Em Balanço entre 2002/2019, sinto que as mutualidades perderam visibilidade (a exceção é a maior Associação Mutualista em Portugal), com perda substancial da sua massa crítica e uma intervenção cada vez mais similar ao dos privados (nas áreas assistenciais) ”.

MNSN- “Os últimos anos são vistos com uma certa apreensão relativamente ao futuro.”

Pergunta 2- Na sequência da resposta anterior, quais as principais causas / determinantes? Algo que deseje destacar?

ASNB- “No nosso caso particular, penso que esteja associado à falta de serviços oferecidos pela nossa associação”.

MASM- “Falta de Procura dos serviços devido à grande oferta. A estrutura Diretiva e Gestão desatualizada”.

MRDL – “A Sociedade mudou, os princípios “Mutualistas” deixaram de ser a motivação de adesão/constituição. A Sociedade tornou-se imediatista, ou seja, procura benefícios imediatos”.

MNSN- “A resposta anterior” (Os últimos anos são vistos com uma certa apreensão relativamente ao futuro).

Pergunta 3- Quais os principais desafios que tem de enfrentar no quotidiano da Mutualidade?

ASNB- “É difícil continuar a fazer face às despesas fixas e não fixas com esta diminuição de associados que temos vindo a presenciar.”

MASM- “Adaptar os estatutos à nova realidade, procurando captar pessoas através da maior abrangência dos serviços sociais. Fazendo novas parcerias/protocolos com Instituições particulares e com o Estado”.

MRDL – “No caso do MRDL, estão inseridos maioritariamente no sector da saúde, em verdadeira concorrência com os privados, sujeitos aos mercados, mas sem o acesso às mesmas fontes de financiamento, o que condiciona o crescimento, a modernização e a capacidade de enfrentar riscos”.

MNSN- “Necessidade de novos associados sobretudo jovens associados e dirigentes. Divulgação da existência das mutualidades e modernização das mutualidades e os serviços”.

Pergunta 4- Em termos de perspetiva futura, quais os principais objetivos / metas que a Mutualidade deseja ver alcançados?

ASNB- “Queremos aumentar a nossa oferta ao nível dos serviços prestados de forma a tornar a nossa associação mais apelativa”.

MASM- “Aumento dos associados, permitindo um maior contacto/ visibilidade com a população”.

MRDL – “O MRDL, tem um projeto de modernização (novas instalações hospitalares) para aí instalar/transferir a “Casa de Saúde”, tendo já assumido um edifício para requalificação”.

MNSN- “Concessão dos meios auxiliares/complementares de diagnóstico pelo Ministério da Saúde”.

Pergunta 5- Que sugestão apresentaria, para num futuro próximo, elevar o número de associados na Mutualidade?

ASNB- “Maior divulgação e mais serviço público”.

MASM- “Discussão Publica alargada à sociedade e patrocinada pelas Entidades Governativas”.

MRDL – “A Modernização da Instituição constituirá, por si um fator de mobilização da sociedade local, promovendo o aumento dos associados (assim esperamos)”

MNSN- “Também eu gostaria de saber”

3- Síntese conclusiva da aplicação dos questionários e entrevistas.

3.1- Resultados da aplicação do questionário às mutualidades de Santarém e Leiria.

Após a aplicação dos 4 questionários de escolha múltipla às 4 mutualidades (ASMB, MASM, MRDL e MNSN) e a entrevista aberta não só a estas 4 mutualidades como também aos presidentes da UMP e APM e por fim ao vice-presidente na AIM conclui-se que:

As mutualidades entrevistadas que pertencem ao distrito de Santarém e Leiria, atuam na área da saúde, e na sua maioria disponibilizam os seus serviços para associados e também para não associados, nenhuma apresenta limite de idade, embora algumas tenham limites geográficos.

Mais de metade aponta como ponto forte ter pessoal motivado, dedicado e competente, valorizam, no entanto, a boa localização da Mutualidade e as boas instalações.

Já quanto aos pontos fracos as respostas variaram pelas 6 opções de escolha, a maioria considera que as modalidades/serviços desajustados às novas necessidades dos associados, assim como o reduzido número de associados são o principal ponto fraco das mutualidades.

Aliás aquando da aplicação da entrevista era um ponto comum a todos os entrevistados a constante perda de associados, que ultrapassa largamente a aquisição de novos, assim como a idade avançada da maioria dos associados pelo que se torna urgente cativar novos associados, de camadas jovens.

Todas as mutualidades consideraram a possibilidade de efetuar convénios, parcerias e protocolos com Entidades externas como a principal oportunidade para as mutualidades, face ao meio envolvente. Algumas destas mutualidades já o fazem alugando espaços a entidades externas, fazendo acordos de prestação de serviços ou obtendo reduções de preços para os associados das suas mutualidades.

O trabalhar em rede para todas é já uma realidade através da RedMut e do MutualIN e consideram fundamental para uma maior interligação entre as mutualidades.

A maior ameaça é a postura agressiva das seguradoras (privados), que fazem concorrência direta com condições mais apelativas não só para os associados como para a própria equipa de enfermagem e médica o que conduz a uma equipa médica reduzida e envelhecida.

Algumas das mutualidades já realizam alguns serviços de saúde em parceria com o Estado e o atraso ou redução nos pagamentos por parte de Estado também é apontado como uma ameaça ao mutualismo.

Quando questionadas como seduzir a população alvo, todas referiram que é fundamental aprofundar a relação com os já associados, melhorar as instalações e implementar uma campanha promocional esclarecedora e agressiva.

As mutualidades com mais associados consideram que as mutualidades, no seu todo, estão preparadas para os desafios contemporâneos e consideram que a sua mutualidade está preparada, devido a constante busca da cultura de excelência e prestam um bom serviço na área onde atuam assim como têm procurado adequar-se às novas necessidades dos associados.

As mutualidades com menos associados não se consideram preparadas para os desafios contemporâneos nem as mutualidades no seu todo.

Quando questionadas quanto aos desafios que se levantam hoje às mutualidades, foram apresentadas 15 opções e todas as mutualidades optaram pela opção que referia a manutenção/saída dos associados, como já foi referido.

Também o fazer face a uma concorrência agressiva das seguradoras, suas concorrentes diretas, foi apontado como um dos grandes desafios contemporâneos das mutualidades.

Todas as questionadas consideram que o desconhecimento da população sobre o que é uma mutualidade e seus objetivos sociais é o principal fator que condiciona o sucesso das mutualidades, assim como a fraca visibilidade das mutualidades. Consideram urgente adequar os seus serviços às novas necessidades para cativar novos associados e satisfazer os atuais.

Afirmam que o mutualismo tem que marcar o seu papel de complemento ao seguro social obrigatório do estado.

Quanto aos proveitos que advêm da atividade, uma das mutualidades depende 100% das quotizações dos associados, outra tem espaços alugados, mas os seus proveitos vêm maioritariamente dos associados.

As restantes mutualidades têm proveitos que advêm de serviços prestados a não associados, a parcerias ou ao aluguer de espaço a Entidades terceiras.

Apenas as 2 mutualidades com mais associados, afirmam ter excedentes técnicos, numa são usados para benefícios dos serviços prestados, na outra são feitas reservas para situações futuras.

3.2- Análise local versus nacional da evolução, ameaças e objetivos do mutualismo de 1990 a 2018

Para além deste questionário também foi entregue uma entrevista exploratória com 5 perguntas, não só aos representantes das 4 mutualidades referidas anteriormente, mas também aos presidentes das duas organizações nacionais (representativas) que representam e defendem os interesses de todas as mutualidades a nível nacional e ao vice-presidente da Associação Internacional das Mutualidades (AIM).

Os presidentes da UMP e APM, apresentam uma visão de âmbito Nacional como representantes das várias mutualidades não só da área da saúde como também da previdência, por outro lado as mutualidades do distrito de Santarém e Leiria actuam maioritariamente num universo geográfico limitado e apenas na área da Saúde tendo por isso uma visão de âmbito local.

Neste ponto são comparadas as respostas de âmbito nacional com as de âmbito local.

Quando questionados sobre a evolução das Mutualidades desde 1990, os presidentes das duas mutualidades superiores fazem um balanço positivo das mutualidades.

Referem que atualmente as mutualidades, estão mais identificadas com a sua Entidade Representativa, porque têm sido realizados vários eventos de âmbito nacional. Estes têm capacitado os dirigentes, técnicos e colaboradores a enfrentarem os novos desafios.

O trabalho em rede foi outro dos pontos positivos referidos, uma vez que ambas as mutualidades representativas criaram um serviço na área da saúde que permite uma ligação online entre as Mutualidades.

A UMP criou o Mutual IN e a APM a REDMUT, ambas permitem que associados de uma mutualidade possam se dirigir a outra Mutualidade e usufruir de condições idênticas às obtidas na sua própria mutualidade e uma maior ligação entre as mutualidades.

Também a diversificação da carteira de produtos e da área de intervenção, foram referidos como pontos positivos nestes cerca de 30 anos.

Ao nível europeu o Vice-presidente da AIM, também faz um balanço positivo da evolução do mutualismo nestes últimos anos, dando como exemplo o actual reconhecimento no espaço europeu, do papel das mutualidades que representam actualmente cerca de 200 milhões de cidadãos na Europa.

O que inevitavelmente, conduz a resultados positivos para a generalidade das mutualidades.

Também no continente Africano e na América do sul assiste-se ao surgimento de novas mutualidades e à divulgação dos ideais mutualistas.

Pelo contrário os entrevistados das mutualidades do distrito de Santarém e Leiria, expõem uma visão local negativa da evolução do mutualismo desde 1990.

Esta está associada à perda de associados que ultrapassa em larga escala a entrada de novos, sendo este o principal ponto negativo referenciado por todas as mutualidades.

Também a existência de duas mutualidades representativas, a perda de visibilidade, a perda da massa crítica e a intervenção cada vez mais similar dos privados com condições financeiras mais favoráveis a concorrer principalmente com as mutualidades da área da saúde, conduzem a um balanço local negativo da evolução das mutualidades durante a vigência do primeiro código das Associações Mutualistas.

Quando questionados sobre as principais causas da evolução negativa ou positiva das mutualidades.

Os presidentes da UMP e da APM, continuam a apontar para uma evolução positiva do mutualismo nacional, focando as reuniões regulares com os órgãos associativos na sede das mutualidades como elemento chave.

Esta descentralização, segundo os presidentes, tem permitido aos vários dirigentes das mutualidades nacionais, conhecerem a realidade das outras mutualidades, partilhando vivências, constrangimentos, e boas práticas.

Também referem que o mutualismo tem colmatado as limitações do Serviço Nacional de Saúde.

Por sua vez, as mutualidades questionadas de âmbito local, continuam a fazer um balanço negativo dos últimos anos. Indicando novos motivos para esta avaliação tais como a falta de serviços para satisfazer os associados em oposição a uma crescente oferta da concorrência, uma estrutura directiva desatualizada, e a quebra do interesse pelos princípios de solidariedade do mutualismo que actua sobre uma sociedade cada vez mais egocêntrica.

Quando questionados sobre os desafios do quotidiano que as mutualidades enfrentam, os representantes das mutualidades de Santarém e Leiria referiram como desafios, fazer face às despesas fixas da mutualidade, adaptar os estatutos das mutualidades à nova realidade e captar mais associados oferecendo maior abrangência dos serviços sociais.

Para tal referem que é necessário novas parcerias e protocolos com o Estado ou com outras Entidades, cativando novos associados e dirigentes e por fim divulgando a existência das mutualidades.

Neste ponto tanto a nível local como a nível nacional os entrevistados, indicam como desafio do quotidiano o rejuvenescimento, e uma maior capacitação das mutualidades para fazer face às novas necessidades.

Considerando-se urgente lançar novos produtos mutualistas na área da saúde, farmácias sociais, apoio à infância ou à terceira idade.

Também o envelhecimento dos associados, a perda constante dos mesmos e a concorrência feroz das seguradoras e hospitais privados, são apontados como desafios quotidianos da generalidade das mutualidades.

Ao nível Europeu, conseguir o reconhecimento do modelo próprio do mutualismo como único e eficaz e obter o Direito de Estabelecimento são os principais desafios do quotidiano.

Quanto aos principais objectivos futuros das mutualidades, existe convergência nas respostas de âmbito nacional e nas de âmbito local, todas as mutualidades referem como metas futuras, aumentar a oferta de serviços, aumentar o número de associados, principalmente jovens e mulheres e aumentar a visibilidade e o contacto com a população portuguesa.

Ao nível local e como Mutualidades que actuam na área da saúde, consideram fundamental o Estado conceder o direito de concessão dos meios complementares de diagnóstico.

Ao nível nacional também são referidas como metas futuras, as mutualidades obterem autonomia financeira e apresentarem serviços de qualidade.

Ao nível europeu os objectivos futuros são a defesa e reconhecimento legal do modelo mutualista.

Por fim como sugestões para cativar mais associados tanto a nível local como nacional, os entrevistados consideram que é necessário proceder a uma maior divulgação do mutualismo como resposta sustentável aos problemas da sociedade,

Os presidentes da APM e da UMP, referem ainda como fundamental uma boa negociação com o Estado tentando eliminar os constrangimentos que afectam o desenvolvimento da actividade das mutualidades.

Assim como a credibilização das modalidades actuais, o desenvolvimento de novas modalidades, serviços e respostas, apostando em serviços diferenciados, e marketing e difundindo a ideia que o mutualismo é “outra forma de estar no mercado” (Bleck Pedro)

As mutualidades de Santarém e Leiria, referem ainda a necessidade de realizar uma discussão publica alargada à sociedade onde o papel do mutualismo é referenciado e consideram que se as mutualidades se modernizarem cativarão novos associados.

Em suma, após a aplicação da entrevista às quatro mutualidades do distrito de Santarém e Leiria e aos presidentes da UMP, da APM e ao vice presidente da AIM, verifica-se que tanto a nível local como nacional considera-se que as mutualidades necessitam de se modernizar (rejuvenescer), divulgando as modalidades existentes e criando novas modalidades adaptadas às atuais necessidades da sociedade, cada vez mais egoísta.

Novas modalidades que actuem em novas áreas como farmácias sociais, apoio à infância, à terceira idade, ao turismo social entre outros. Para tal será necessário proceder a novas parcerias com entidades estatais ou particulares.

Todos referem como ameaça a concorrência feroz das Instituições privadas principalmente na área da saúde, pelo que essas parcerias tornam-se fundamentais.

Também a constante perda de associados e a necessidade de captação de novos principalmente jovens e mulheres são apontados como ameaças tanto a nível local como nacional.

Todos os entrevistados consideram que a divulgação do papel do mutualismo na sociedade, e a sua actuação como complemento da segurança social são fundamentais para cativar novos associados.

No entanto quando questionados sobre o balanço da actuação das mutualidades nos anos da vigência do I Código das Associações Mutualistas 1990 a 2018, a visão local é negativa, porque o numero de associados reduziu, a visibilidade também e nestes anos os privados foram apresentando soluções semelhantes às mutualistas e têm condições financeiras mais atractivas.

Por sua vez os presidentes das mutualidades superiores apresentam uma visão nacional positiva face á evolução do mutualismo de 1990 a 2018.

Esta visão positiva está ligada a uma maior interligação entre as várias mutualidades através de encontros de dirigentes de Mutualidades, onde se assiste à partilha de experiencias e formações sobre variadas áreas sociais, e à criação de plataformas digitais de apoio legislativo e interligação entre mutualidades através do Mutual IN e Redmut.

O reconhecimento do papel do mutualismo ao nivel Europeu e a actual promoção e divulgação do modelo mutualista em Africa e na América do Sul foram apontados como exemplos de evolução positiva do mutualismo durante estes 28 anos.

4) Análise SWOT ao Mutualismo

A análise SWOT surgiu em Harvard em 1969, bastante antes de Porter dar o seu contributo para o campo da estratégia, e tornou-se muito popular na década de 70.

Na década de 80, com o aparecimento do trabalho de Porter e o seu modelo das 5 forças que privilegia o ambiente externo da empresa (PESTEL), a análise SWOT fica ligeiramente esquecida.

Mas na década de 90 reaparece e ainda hoje é recomendada como principal metodologia de análise de casos em alguns dos principais textos de referência de gestão e de marketing, (Novicevic e Harvey, 2004).

A sua popularidade quase instantânea deveu-se ao facto da sua sugestão inerente de que os gerentes podem definir uma estratégia que alinhe os recursos da empresa (fatores internos) com o seu ambiente (fatores externos) (Novicevic e Harvey, 2004).

O nome SWOT resulta de uma simples mnemónica, em que:

S (Strengths) representa as forças (capacidades para a empresa competir e crescer de forma sustentada);

W (Weaknesses) representa as fraquezas (deficiências intrínsecas que prejudicam o crescimento, podendo mesmo pôr em causa a sobrevivência);

O (Opportunities) representa as oportunidades (melhores oportunidades e possibilidades existentes de crescimento futuro);

T (Threats) as ameaças (desafios externos que podem conter forças inerentes, acelerar fraquezas ou impedir oportunidades de serem exploradas) (Gupta e Mishra, 2016).

A segregação do ambiente empresarial é, então, dividida em, fatores internos relacionados com imagem, estrutura, disponibilidade de recursos tangíveis e intangíveis, capacidade e produtividade e em fatores externos como a situação política, volatilidade económica e social, as mudanças tecnológicas e as preocupações ambientais (Talib e Hamid, 2014).

No entanto o grande mérito desta análise é ajudar a perceber como transformar as fraquezas em forças aproveitando as oportunidades e em perceber como as ameaças se podem transformar em oportunidades, usando as forças (Talib e Hamid, 2014).

Esta facilidade em encontrar uma relação ambiental entre ambiente interno e ambiente externo faz com que seja uma análise útil, não só para organizações, mas também para países e indústrias (Proctor, 1992 cfr Talib e Hamid, 2014).

Para qualquer um dos casos, a análise SWOT pode ajudar a tomar uma decisão estratégica, quer esta decisão se prenda com um problema que exija melhorar e afinar a estratégia atual, quer com a necessidade de conseguir uma melhor implementação estratégica global, podendo ainda servir para ambas (Gupta e Mishra, 2016)

No entanto, tal como acontece com o trabalho de Porter, também a análise SWOT, apesar da sua popularidade, é bastante criticada.

Novicevic e Harvey revelam que um dos principais defeitos da matriz SWOT é o facto de esta ter pouco poder prospectivo para a prática e por isso pouco útil para a pesquisa, sendo capaz de gerar e levantar questões interessantes, mas não tendo depois a capacidade de guiar os gestores no sentido de uma resposta concreta.

Existem ainda críticas ao facto da SWOT se basear em intuições subjetivas, não ser sistemática, evitar qualquer tipo de quantificação e não ter qualquer poder preditivo, (Agarwal, 2012).

É fundamental aproveitar as forças, reduzir as fraquezas, tirar vantagem das oportunidades e por fim monitorar e adaptar-se às ameaças.

4.1-SWOT ao mutualismo (baseado nas respostas à entrevista das Mutualidades do distrito de Santarém e Leiria e das Mutualidades Superiores representativas, UMP, APM e AIM)

Tendo presente a importância da aplicação da análise SWOT ao mutualismo, e após a aplicação dos questionários às mutualidades locais, as entrevistas a estas mutualidades e aos presidentes das mutualidades de grau superior que apresentam uma visão nacional e ao vice presidente da AIM (visão europeia), foi possível apresentar duas análises SWOT uma de âmbito nacional e outra de âmbito local.

Neste primeiro quadro de análise SWOT, são referidos os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e desafios das mutualidades como um todo, no âmbito nacional.

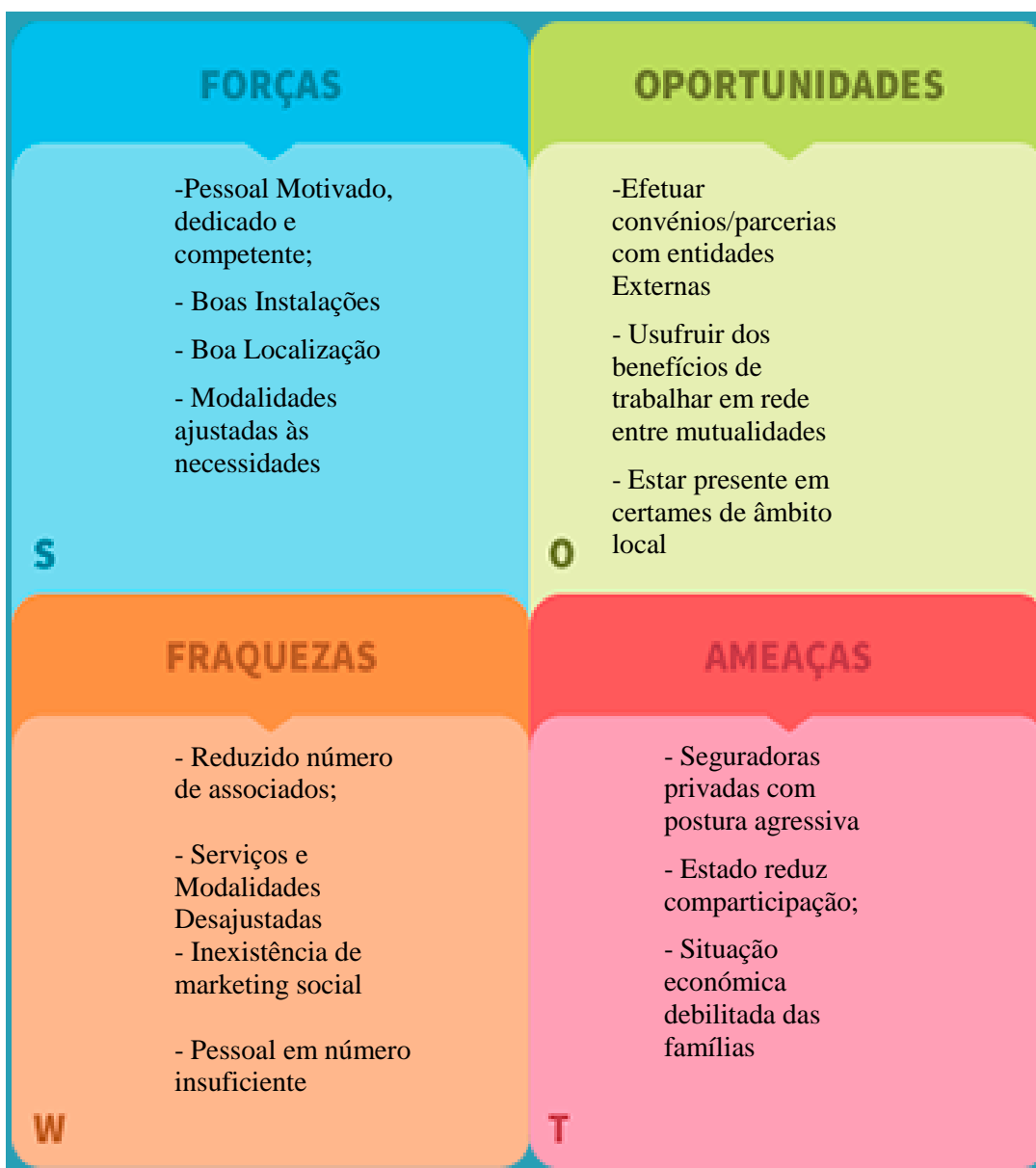
Quadro 11- Análise Swot ao Mutualismo (baseado nos questionários e entrevista aplicados neste estudo)



4.2- SWOT ao mutualismo no distrito de Santarém e Leiria.

De seguida é apresentado um quadro de análise, SWOT, baseado nas respostas ao questionário de escolha múltipla aplicado aos dirigentes das 4 Mutualidades, ASMB, MASM, MRDL e MNSN dos dois distritos, referidos.

Quadro 12- Quadro Analise Swot ao mutualismo nos distritos de Santarém e Leiria



Capítulo IV- Conclusão

O Mutualismo tem várias definições ao nível biológico, de economia, de Gestão e Sociológico.

“Meum Tuum”, o meu é teu, é a mensagem, que origina o mutualismo. Em Portugal desde o século XIII que há registo de atuação de mutualidades em Portugal. O movimento mutualista teve um papel fundamental no apoio em caso de doença ou morte.

Distinguindo-se das restantes entidades de economia social pelos seus princípios, o de solidariedade ou de não lucratividade, baseia-se na entreatajuda voluntária, contribuindo para um fundo comum que beneficiará quem de futuro necessitar. A liberdade de adesão, é o segundo princípio - o associado pode entrar ou sair da Associação livremente. A democraticidade é outro dos princípios um homem, um voto é o princípio fundamental e por fim o último princípio, é o da independência de qualquer poder público ou privado.

Seguindo estes princípios o movimento mutualista foi tendo um papel fundamental no apoio social, mas a independência nem sempre foi interpretada como positiva e durante o período do Estado Novo (1926-1974) muitas foram as mutualidades que não resistiram às constantes perseguições e torturas aos seus dirigentes.

O 25 de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição portuguesa, a reconhecer o mutualismo, foram vistos como uma nova oportunidade para o reerguer do mutualismo em Portugal.

Mas o quadro normativo imperfeito e fragmentado em 3 decretos-lei também não contribuía para o desenvolvimento do Mutualismo.

A criação em 1979 da Segurança Social Portuguesa com o Seguro Social Obrigatório (SSO), para muitos ditava o fim anunciado do mutualismo, mas este movimento nunca pretendeu substituir a Segurança Social e sim ser um complemento à mesma.

O I Código das Associações Mutualistas (CAM) é criado para fazer face aos novos desafios do final do século. Aprovado e publicado em 1990, referiu 7 orientações fundamentais entre elas a de incentivo a uma constituição de Associações Mutualistas integrando trabalhadores de Empresas ou grupo de Empresas.

Pretendia-se alargar a empresas e não apenas a particulares, previa-se a criação de novas modalidades de benefícios coletivos.

Permitia-se que para além do complemento à segurança Social e apoio na área da saúde as mutualidades pudessem desenvolver outras atividades.

Da mesma forma que as mesmas deixariam de depender apenas da quota para a sua sustentabilidade.

Este I Código foi recebido com muita expectativa, mas será que os desafios do início da vigência deste código se mantêm no final da vigência deste, 28 anos depois?

A resposta a esta questão torna-se ainda mais importante quando, o novo CAM, atualmente em vigor considera que o CAM de 1990 mantém a sua atualidade e mantém as 7 grandes linhas de orientação.

Na introdução do II CAM é referido que durante os 28 anos de vigência deste, aumentou o número de associações, em 15, aumentou o número de associados de 720.000 para 1.100.000, manteve-se o panorama mutualista onde a maioria das Associações são de base local e de pequena dimensão (só oito mutualidades têm mais de 20.000 associados), e outra atingiu cerca de 600 000 associados.

Segundo o artigo “o novo Código das Associações Mutualistas: fundamentos e principais alterações” no Jornal de Negócios, da autoria de José Pitacas, a mutualidade referida (a Associação Mutualista Montepio Geral), tornou-se uma grande mutualidade de âmbito nacional com mais de 600 mil associados e 3. 700 milhões Euros de Ativo Líquido (Pitacas, 2019).

A Associação Mutualista em 1990 tinha 17.700 associados e gerou 67 milhões de Euros.

Esta nova realidade conduziu ao aumento da complexidade da gestão das mutualidades e à exigência de profissionalização e qualificação dos seus dirigentes.

O novo CAM, mantém muitas das disposições do código anterior. No entanto, surgem três novos capítulos, o primeiro o dos Agrupamentos, o segundo o do Processo eleitoral e o último intitula-se alterações normativas, estas dividem-se em quatro domínios.

O primeiro intitula-se identidade mutualista, neste é feita uma reformulação do conceito de associação mutualista, destacando a sua natureza associativa e o seu objetivo mutualístico e só depois a sua integração no espaço das IPSS e no conjunto das restantes Entidades.

O segundo capítulo denomina-se Governança, neste novo CAM introduziram-se normas que possibilitam uma participação mais alargada dos associados e um maior controlo da sua ação. Tornou-se obrigatório a criação de uma Assembleia de representantes nas mutualidades com 100 000 ou mais associados.

O terceiro domínio é o da sustentabilidade económica e financeira. Foram instituídos procedimentos a adotar no momento da constituição da Mutualidade, e na gestão quotidiana da mesma

E por fim o quarto domínio é o da supervisão financeira. É definido um regime especial para as mutualidades com maior dimensão financeira.

As duas maiores mutualidades, Associação Mutualista e o Montepio Nacional da Farmácia, passarão a ser supervisionadas pela Autoridade de supervisão de seguros e fundos ainda que sob um regime especial que salvguarde as especificidades de natureza jurídica das mutualidades. As restantes mutualidades mantêm-se a cargo do Ministério do trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Recordando a questão principal, os desafios ao mutualismo apurados nos anos 90 se mantêm no final da vigência do I CAM?”

Para poder responder a esta questão foram feitas entrevistas aos presidentes da UMP e da APM assim como ao vice-presidente da AIM, dando uma visão dos desafios mutualistas não só em Portugal como na Europa.

De forma a confirmar estas visões nacionais no ambiente local, foram aplicadas para além das 5 perguntas da entrevista um inquérito com 10 grupos de perguntas aos dirigentes de quatro mutualidades com sede no distrito de Santarém e Leiria.

Desta análise apurou-se que todas as mutualidades questionadas referiram como ponto fraco o desconhecimento do Mutualismo e sua atuação. Todos referem a perda de associados como uma constante e uma massa associativa envelhecida e escassez de jovens nas direções das Mutualidades como ponto fraco das mutualidades. Também o sector privado agressivo e com condições mais apelativas é outra das ameaças.

Por fim a abertura dos seus serviços a não associados e a realização de convénios e parcerias com entidades externas ou estatais são a forma de sustentação de muitas destas mutualidades.

Mas esta situação põe em risco alguns dos princípios do mutualismo entre eles o da independência. Ainda assim, vários são os artigos da área social que referem a necessidade urgente das mutualidades se adaptarem à nova realidade (uma sociedade individualista que procura a satisfação imediata das suas necessidades).

No final da vigência do I CAM, verifica-se que na sua maioria os desafios permanecem, principalmente o desconhecimento do Mutualismo e sua actuação na sociedade assim como o da massa associativa envelhecida são desafios que não foram ultrapassados e pouco tem sido feito nessa área.

Algumas mutualidades, mantêm-se fiéis aos princípios não tendo apresentado novos produtos, trabalhando apenas com os associados sem oferecer novas modalidades e serviços, estas correm o risco de encerrar, se não conseguirem captar novos associados.

Pelo contrário, outras mutualidades especializaram-se em certas áreas da saúde, fizeram acordos com entidades externas, apresentaram os seus serviços, não só para associados como para não associados.

Atualmente apresentam resultados positivos que lhes permitem alcançar o objetivo principal de qualquer mutualidade, o de apresentar um serviço de qualidade que colmate as necessidades de saúde e previdência dos seus associados.

Quando comparadas as respostas dos presidentes das Associações de Grau superior que representam as várias mutualidades a nível nacional, com as respostas das 4 mutualidades locais do distrito de Santarém e Leiria, as respostas divergem.

A visão nacional é positiva da evolução da Organização e Gestão das mutualidades nos últimos 28 anos, já a local é negativa.

Os primeiros (visão nacional) apresentam uma visão positiva, por haver uma maior identificação entre as mutualidades e a Entidade representativa e uma maior proximidade entre mutualidades, suas realidades, desafios e forma de os ultrapassar. Através do MutualIN ou da REDMUT, os associados passaram a poder usufruir dos serviços mutualistas não só na sua mutualidade como também em qualquer outra mutualidade a nível nacional.

Também a nível Europeu o vice presidente da AIM, Pedro Bleck Silva, afirma que têm sido dados passos fundamentais para o reconhecimento europeu do papel fundamental das mutualidades na área social.

Os segundos (visão local), apresentam uma visão negativa, porque se assiste a uma diminuição do número de associados, à perda de visibilidade, perda da massa crítica e uma concorrência feroz dos privados com serviços muito semelhantes aos das mutualidades.

Como resposta à pergunta principal desta tese, qual a evolução dos desafios à organização e gestão das Mutualidades desde o início da vigência do I Código das Associações Mutualistas em 1990 até 2018 quando terminou a sua vigência.

Nos anos 90 foram indicados 4 desafios, o desconhecimento do mutualismo, o envelhecimento da massa associativa e gerentes, a incompreensão do poder público e por fim académicos pouco conhecedores do movimento mutualista.

Após a aplicação das entrevistas e do questionário, apurou-se que o primeiro e segundo desafios se mantêm desde 1990.

A constante perda de associados e a dificuldade de captar novos, principalmente jovens e mulheres são indicados pelo Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades, Luís Alberto Silva como um desafio constante.

Também o desconhecimento do mutualismo continua a ser indicado como desafio actual.

O mutualismo tem uma intervenção activa na economia social mas os seus resultados são pouco divulgados como refere a Maria de Belém Roseira “ o mutualismo vive com a preocupação de fazer cumprir os objectivos e não de se dar a conhecer” (Roseira Maria Belém, 2008).

Da mesma forma o Presidente do Conselho de Administração da Associação Portuguesa de Mutualidades, Cassiano Calvão, referiu na entrevista aplicada, como ponto fraco actual das mutualidades o “actuarem longe dos holofotes”(Calvão Cassiano,2019).

Ao nível local as mutualidades entrevistadas também referem que é urgente implementar uma campanha promocional esclarecedora e agressiva sobre o papel do mutualismo na área social.

Quanto ao terceiro desafio, a incompreensão do poder publico do papel do mutualismo na realidade social como um complemento e não como uma ameaça.

O principio da independência política, característico do mutualismo, dificulta as negociações com o estado.

Segundo o Dr Luis Alberto Silva a União das Mutualidades Portuguesas negociam com vários ministérios o que é complexo, principalmente porque essas negociações não vinculam obrigatoriamente todas as mutualidades estas têm sempre a opção de adesão ou não a determinada decisão.

Ao contrário de outras Entidades Sociais o Estado não tem poder de influencia sobre a actuação das mutualidades e essa independência dificulta a negociação com o Estado.

No entanto nestes últimos anos várias são as mutualidades que fizeram parcerias com o Estado principalmente na área da saúde, mas não reconhecem a estas o direito de concessão dos meios complementares diagnósticos, sendo essa uma das ameaças invocadas pelas mutualidades locais.

Ainda assim, “em Portugal foram criados nos últimos anos, três dispositivos decisivos para a organização e afirmação social e política deste setor da economia...a nível

legislativo foi aprovada em 2013 por unanimidade, na Assembleia da República a Lei de Bases da Economia Social lei nº 30/2013 que permite, pela primeira vez, a delimitação deste setor no seu artº 4 e na alínea b) refere as Associações Mutualistas como uma Entidade de Economia Social...A nível de contabilidade, autonomizou-se no INE, uma conta satélite cujos dados reportam a 2010...2013...2016 e a nível organizativo e de representação política é de assinalar a criação...da Confederação Portuguesa de Economia social.” (Pitacas José e Capa Luis Reto, 2020)

Na entrevista da revista Mut em Outubro de 2017, o à data ministro da Segurança Social, Vieira da Silva, à pergunta ...”de que forma o mutualismo poderia complementar na gestão dos regimes complementares de Segurança social?”, respondeu que “o modelo é maioritariamente de matriz pública mas que a lei de bases da Segurança Social prevê sistemas complementares a ser promovidos por organizações da Economia Social, “existe abertura do ponto de vista Constitucional e do ponto de vista jurídico-legal” no entanto também reconheceu que enfrentam “uma concorrência também muito pesada, muito dura em particular do setor financeiro e privado que está associado a ofertas muito agressivas na área dos instrumentos complementares de proteção”. ”(Silva Vieira 2017).

Também a nível europeu, segundo Pedro Bleck Silva, as mutualidades, através da Associação Internacional das Mutualidades, procuram ter voz activa na Comissão Europeia, existindo hoje um grupo na União Europeia que defende princípios de solidariedade e não rendibilidade, mas enfrenta um grande entrave, o mercado único da Europa não permite que as mutualidades como entidades sem fins lucrativos se possam deslocar no mercado livre, (Direito de estabelecimento), a luta por este Direito também depende da actuação dos deputados nacionais.

Por fim o quarto desafio referido nos anos 90 foi “os académicos pouco conhecedores do movimento mutualista”.

Desde 2013 que se assistiu à criação de vários mestrados na área da economia social onde se integra as mutualidades como agentes da Economia Social.

Consultando a página do CIRIEC, existe a indicação de 3 Universidades onde são ministrados mestrados na área de economia social desde 2013 a 2017 a Universidade do Minho, disponibiliza para consulta 29 teses na área da economia social, o Instituto Universitário de Lisboa, 84 teses e por fim o Instituto Politécnico de Santarém, 17 teses.

Também em 2017, na entrevista ao à data ministro da segurança social Vieira da Silva este concordou “com a importância estratégica da Educação, do sistema de Ensino e em particular das Universidades na afirmação do setor da Economia Social e

especificamente do Mutualismo”(Silva Vieira, 2017), referindo que actualmente no currículo dos jovens é valorizado não só a qualidade académica mas também o percurso cívico, de voluntariado, associativo e de envolvimento na comunidade.

Em 2019 o Ministro da Educação Tiago Brandão Rodrigues, afirmou que existem várias parcerias da Direcção-Geral de Educação com iniciativas que permitem às escolas trabalharem as questões relacionadas com a Economia Social de forma aprofundada...também os “cursos profissionais de nível secundário, promovidos por escolas públicas ou por escolas profissionais privadas com subvenções públicas, permitem obter uma certificação para o exercício de profissões no setor social, como é o caso dos cursos técnico de apoio psicossocial, técnico de apoio à família e à comunidade, técnico de geriatria entre outros.”(Rodrigues Tiago Brandão, 2020).

Este reconhecimento publico da valorização de parcerias entre as escolas e as Entidades de Economia Social e da promoção dos valores sociais junto dos jovens é fundamental para a divulgação do papel das mutualidades na sociedade.

A entrada em vigor do II Código das Associações Mutualistas, e o surgimento de novos desafios como ameaças à sustentabilidade ambiental, a estagnação do crescimento económico e dos níveis de bem estar entre outros numa sociedade cada vez mais egoísta e individualista torna fundamental apurar se os desafios anteriores se mantêm ou se foram ultrapassados.

A realização de uma análise SWOT, torna-se fulcral nesta nova etapa das mutualidades em Portugal tendo sido esse o objectivo da presente tese.

Bibliografia

AIM – Healthcare na social benefits for all / Associação Internacional das Mutualidades(AIM), 2017. Informação “quem somos”. [Online]

-Available at: <https://www.aim-mutual.org/who-we-are/>
[Acedido em 10 Outubro 2019]

Análise SWOT. [Online]

available at: https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_SWOT
[Acedido em 12 Fevereiro 2019]

Associação Socorros Mútuos Benaventense (ASMB) – Informação. [Online]

Available at: <https://empresite.jornaldenegocios.pt/ASSOCIACAO-SOCORROS-MUTUOS-BENAVENTENSE.html>

[Acedido em 10 Agosto 2019]

Barros, Ana Paula Pinto (2015). Práticas de Gestão em Organizações sem fins Lucrativos (OSFL)- O caso das Mutualidades, Tese de mestrado, Porto, Universidade Lusofona do Porto, Faculdade de Ciências Económicas, Sociais e da Empresa.

Barros, Carlos Pestana e Santos J C Gomes (1998). O Mutualismo Português: solidariedade e Progresso Social. Lisboa.Vulgata

Calvão Cassiano (2019) Sessão de abertura do Dia Nacional do Mutualismo com o lema “Mutualismo- uma resposta de proximidade” Coimbra, Outubro, 2019

CASES (2017). Conta Satélite da Economia Social 2013, Portugal, (edição 2017), Lisboa, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social sob autorização do INE- Instituto Nacional de Estatística.

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, 2015. DL n.º 72/90, de 03.03 - Introdução ao I Código das mutualidades- [Online]

Available at: <https://www.cases.pt/codigodasassociacoesmutualistas/>
[Acedido em 23 Agosto 2019]

Costa, Francisco Ramalheira (2011), A Responsabilidade Social numa instituição mutualista: O Montepio, tese de mestrado, Lisboa, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

DGSS – Direção Geral da Segurança Social, 2019. Tabela de Associações Mutualistas Registadas. [Online]

Available at: www.seg-social.pt/documents/10152/864429/Lista+AM/053592b8-06be-4067-8546-b56353701b6f

[Acedido em 15 Março 2019]

Economias.pt, 2017. Análise SWOT: o que é e para que serve? [Online]

Available at: <https://www.economias.pt/analise-swot-o-que-e-e-para-que-serve/>
[Acedido em 12 Fevereiro 2019]

Empresite Jornal de Negócios – Informação sobre a Associação Socorros Mutuo Benaventense. [Online]

Available at: <https://empresite.jornaldenegocios.pt/ASSOCIACAO-SOCORROS-MUTUOS-BENAVENTENSE.html>

[Acedido em 22 Agosto 2019]

Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, <https://escritosdispersos.blogs.sapo.pt/novo-estatuto-das-instituicoes-467332>

Garrido, Álvaro e Pereira, David. (2018). A Economia social em Movimento, uma história das Organizações. Lisboa. Tinta da China.

Gonilha, António Maldonado, 1998, Discurso de encerramento sob o tema “ O Mutualismo no virar do Século: A tradição renovada, retirado do livro de Barros, Carlos Pestana e Santos J C Gomes (1998). “O Mutualismo Português: solidariedade e Progresso Social. Lisboa”.Vulgata

Graça, Eduardo “A Conta Satélite da Economia Social”, Jornal de Negócios, Setembro de 2017 [Online]

Available at: <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/economia-social/detalhe/a-conta-satelite-da-economia-social>

[Acedido em 7 Outubro 2019]

ISCTE (2012), Guia de Apoio ao utilizador – Referencias Bibliográficas- Manual de Normas e Estilos: APA 6ª direcção), Lisboa, Bibliografia ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa,

LinkedIn, 2015. Análise PESTEL - Ferramenta estratégica para sua Cadeia de Suprimentos. [Online]

Available at: <https://www.linkedin.com/pulse/análise-pestel-ferramenta-estratégica-rodilson-silva-green-belt>

[Acedido em 12 Fevereiro 2019]

Melícias P. Vitor, 1990, Apresentação do Código das Associações Mutualistas

Montepio Nossa Sra. da Nazaré (MNSN) – “Informação Quem somos”

Available at: <https://www.mnsnazare.pt/2018/04/15/quem-somos/>

[Acedido em 9 Agosto 2019]

Montepio Rainha D. Leonor (MRDL) – “Informação sobre nós”. [Online]

Available at: <http://www.montepio-rdl.pt/sobre-nos-2/>

[Acedido em 8 Agosto 2019]

MUDIP – Associação Mutualista Diplomática Portuguesa, 2019. O Mutualismo Faz Sentido nos tempos de hoje, Dr. Vasco de Mello [Online]

Available at: https://www.mudip.pt/Documentacao/CSC_ASMECL_9_Nov_2019.pdf

[Acedido em 15 Setembro 2019]

Mutualidades Portuguesas – 131º Aniversário da Associação Socorros Mútuos Benaventense. [Online]

Available at: <http://www.mutualismo.com/portal/index.php/pt/website/item/1502-associacao-de-socorros-mutuos-benaventense-cumpriu-131-aniversario>

[Acedido em 12 Agosto 2019]

Mutualidades Portuguesas, 2019. Informação sobre ASMB, Gaia recebe comemorações do Dia Nacional do Mutualismo [Online]

Available at: http://www.mutualismo.pt/anexos/info/113/Info_113UMP_Mar2019.pdf (Site [Acedido em 28 Junho 2019])

Mutualidades Portuguesas - União das Mutualidades Portuguesas -(UMP). [Online]

Available at: <http://www.mutualismo.pt/portal/index.php/pt/uniao-das-mutualidades-portuguesas>

[Acedido em 7 Outubro 2019]

Mutualidades e a Educação- http://mutualismo.pt/anexos/mut/11/RevistaMut_11.pdf

(accedido em Janeiro 2020)

Pitacas, José Alberto, 2009, Utilidade social e eficiência no mutualismo, Tese de mestrado, Lisboa: ISEG- UTL.

Pitacas, José Alberto, 2011, Evocação do 100º aniversário do 1º Congresso Nacional de Mutualidade, Outubro 2011

Pitacas, José Alberto, 2017, Mutualismo e Mutualidades: Conceitos, fundamentos e funções, Santarém, Associação Mutualista Montepio

Pitacas, José Alberto, 2019, O novo código das Associações Mutualistas : fundamentos, Jornal de Negócios, Março de 2019

Pitacas, José Alberto, 2019, o novo código das Associações Mutualistas: principais alterações, Jornal de Negócios, Abril de 2019

Pitacas, José Alberto e Capa Reto Luis, 2020, A Economia Social numa visão plural, Lisboa, Aos Papeis

Quivy Raymond e Van Campenhout Luc (2008), Manual de Investigação em Ciências sociais (5ª direcção), Lisboa, Gradiva.

Rosendo Vasco, (1996). O Mutualismo em Portugal, dois séculos de história e suas origens, Lisboa.

RedeMut, 2017. Informação sobre Montepio Abrantino Soares Mendes (MASM). [Online]

Available at: <https://apmredemut.pt/associacoes/montepio-abrantino-soares-mendes/> [Acedido em 7 Agosto 2019]

RedeMut da Associação Portuguesa de Mutualidades (APM – redeMut). [Online]

Available at: <https://www.redemut.pt/>

[Acedido em 7 Outubro 2019]

Repositório Aberto, Henrique Guilherme de Amaro Coelho, Lobato Dominguez, 2016.

Diagnóstico e recomendações estratégicas numa empresa da restauração: contributos da análise de Porter, SWOT e PESTEL / Análise PESTEL. [Online]

Available at: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/87173/2/159722.pdf>
[Acedido em 12 Fevereiro 2019]

Roseira, Maria de Belém, Solidariedade – Jornal da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, 2008. As Mutualidades são escolas de democracia e solidariedade, por Maria de Belém Roseira, presidente da União das Mutualidades Portuguesas. [Online]

Available at: <http://www.solidariedade.pt/site/detalhe/3463>
[Acedido em 19 Dezembro 2019]

Saraiva, Ana Paula Rocha Costa, 2011, Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX, Tese Mestrado, Lisboa, ISCTE- IUL

Sequeira, Rui Paulo Reis Henriques, 2017, Associações Mutualistas em Portugal: Aspetos Históricos e Prospetivos, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE- IUL

Silveira, Jorge, 1994. O Mutualismo em Portugal 1990. Lisboa. União das Mutualidades Portuguesas.

Treasy.com.br, 2017, Renata Freitas Camargo, O que é Análise Pest e como elaborar uma Matriz Pestel? Contamos tudo aqui! [Online]

Available at: <https://www.treasy.com.br/blog/analise-pest/>
[Acedido em 12 Fevereiro 2019]

UMP - União das Mutualidades Portuguesas PT [Online]

Available at: <http://www.mutualismo.pt/portal/index.php/pt/uniao-das-mutualidades-portuguesas> (site UMP)
[Acedido em 20 Março 2019]

Wikitejo, 2006. Montepio Abrantino Soares – 150 anos de acção mutualista [Online]

Available at: <http://wikitejo.mediotejo.pt/index.php/geografia-biografia-historia/168-montepio-abr-ant-ino-soar-es-mendes-150-anos-de-accao-mutualista>
[Acedido em 1 Agosto 2019]

Anexos

Anexo I- Modelo de Questionários aplicado aos Dirigentes das mutualidades.

Anexo II- Guião da Entrevista Exploratória.

Anexo III- Tabela de Associações Mutualistas Registadas na DGSS

Anexo I- Modelo de Questionários aplicado aos Dirigentes das mutualidades.

Nome da Mutualidade:

Dirigente:

Região:

Localidade:

Data:

Questões:

1- a) Identificar a atividade principal da sua mutualidade

- Previdência
- Saúde
- Ação Social
- Mista

b) Qual o tipo de oferta disponível

- Modalidades de Previdência Complementar
- Clínica
- Farmácia
- Creche
- Centro de Dia
- Infantário
- Outras

c) Qual a população alvo dos equipamentos e serviços disponibilizados?

- Associados/beneficiários
- Outros utentes
- Ambos
- Associações Mutualistas em Portugal: Aspetos Históricos e Prospetivos

d) **Existem limites de idade (mínima ou máxima) para aderir à mutualidade como associado?**

- Sim
- Não

2- a) **Identificar 2 Pontos Fortes** da sua mutualidade (análise interna)

- Boas Instalações
- Pessoal motivado, dedicado e competente
- Serviços / Modalidades ajustadas às necessidades dos utentes
- Boa localização
- Bom atendimento

b) **Identificar 2 Pontos Fracos** da sua mutualidade (análise interna)

- Reduzido número de associados
- Inexistência Parque Estacionamento/má localização
- Pessoal em número insuficiente/desmotivado
- Serviços / Modalidades desajustadas às necessidades dos utentes
- Inexistência de Marketing Social
- Nenhum destes

c) **Identificar 2 Oportunidades** para a sua mutualidade (face ao meio envolvente)

- Fechou entidade que disponibilizava na zona oferta sucedânea
- Anúncio de futura redução nas prestações de Segurança Social
- Usufruir dos benefícios do trabalho em rede entre mutualidades
- Possibilidade de convénios/parcerias/protocolos com entidades externas
- Convite para estar presente em certame de âmbito local

d) **Identificar 2 Ameaças** para a sua mutualidade (face ao meio envolvente)

- Estado cortou ou reduziu nível das participações
- Situação Económica das Famílias debilitada
- Nível de Desemprego aumentou (familiares desempregados assumem o apoio ao antigo utente)
- Seguradoras com postura agressiva na promoção de produtos sucedâneos
- Instalação na região de uma empresa que apresenta o mesmo tipo de oferta

3- **Que pensa poder ser feito (quais os 3 contributos)** de forma a “seduzir” a população-alvo e permitir uma adesão voluntária, massiva e consciente às mutualidades?

- Distribuição de folheto promocional e elucidativo sobre oferta/benefícios
- Campanha promocional, esclarecedora e agressiva nos “media”
- Melhorar e aprofundar a relação com os já associados
- Campanha “member get member”

- Melhorar as instalações/torná-las mais apelativas
- Política de sensibilização para Poupança/Previdência/Saúde nas escolas
- Mutualidades trabalhareem em rede e partilharem recursos (oferta acrescida)

4- No actual contexto de crise, considera que as mutualidades, na sua generalidade, estão preparadas para os desafios contemporâneos?

Sim Não

5- Considera que a sua mutualidade está?

- Sim
- Não

a) Em caso afirmativo, porquê? (Quais as razões)

- Tem conseguido adequar-se às novas necessidades dos Associados
- Busca cultura de excelência e presta um bom serviço na área onde atua
- Tem conseguido manter-se atenta ao meio envolvente e antecipa-se aos acontecimentos.
- Trabalha em parceria/convénios e/ou rede com outras Instituições

b) Quais são, no seu entender, os principais desafios que se levantam hoje às mutualidades?

- Estado Providência demissionário de responsabilidades
- Cortes nas Prestações da Segurança Social (Subsídios e Pensões)
- Descida generalizada nos vencimentos (menos rendimento disponível condiciona admissões)
- Índice de Pobreza em crescendo
- Sociedade deseja/necessita complementos Previdência Social
- Sociedade deseja/necessita complementos Saúde
- Sociedade deseja/necessita complementos Segurança Social (Ação Social)
- Concorrência das Seguradoras/Empresas privadas com fins lucrativos
- Concorrência das Mutualidades Europeias (Estatuto Europeu Mutualidades)
- Falta discriminação positiva ao nível de Benefícios Fiscais
- Acesso à Saúde Estatal condicionada e Mercado com preços elevados
- Projeto Solvência II
- Ausência de participação do Estado permite sobrevivência das AM
- Desemprego leva ao não pagamento de quotas (exclusão)
- Manutenção / saída de associados

6- Quais os principais fatores que, no seu entender, condicionam o sucesso das Mutualidades face aos desafios contemporâneos?

- Fraca visibilidade
- Desconhecimento da generalidade da população do que são AM's
- Descrédito nas Instituições na sua generalidade

- Défice de empenho/competências ao nível da Gestão
- Défice de empenho/competências ao nível dos recursos humanos
- Código das Associações Mutualistas desatualizado
- Não apostar em marketing social
- Falta massa crítica em número de associados

7- Face à crise atual qual pensa ser no futuro o papel das Mutualidades?

- Ser uma alternativa da Economia Social face (Estado/Mercado Lucrativo)
- Continuam complementares às prestações sociais/saúde Estatais
- Mutualidades irão sobreviver tal como estão
- Sobrevivem apenas se se adequarem às novas necessidades da sociedade, inovando e disponibilizando novos serviços / Modalidades / Apoios
- Tenderão a desaparecer
- Assistiremos, no futuro, a processos de fusão entre mutualidades

8- No total dos proveitos das atividades da sua mutualidade qual o peso em % via Associados e não Associados?

- % Associados
- % Não Associados

9- A existirem Excedentes Técnicos de modalidades, como são aplicados parcial ou totalmente?

- Na redução de quotas dos Associados
- Na melhoria dos benefícios da modalidade
- Não são aplicados na totalidade

10- Dados Gerais

- a) Ano da Fundação da sua Mutualidade _____
- b) Número de Associados Total ___ / Por Modalidade de Previdência ___ /
Por modalidade de saúde ___ Nº Utentes Ação Social ___ (se aplicável)
- c) Número de Colaboradores ___ / Nº Dirigentes ___ / total ___
- d) Gestão é desenvolvida em regime de voluntariado (S/N) nº ___ Dirigentes
Profissionais? (S/N) nº ___
- e) Há quanto tempo está ligado à Economia Social ___ E a esta mutualidade ___
- f) Mutualidade inscrita na RedeMut ___ ou UMP ___
- g) Número de Pólos / Edifícios / Sucursais ___

Anexo II- Guião da Entrevista Exploratória:

1. Qual o balanço que faz dos últimos anos sobre a evolução da Mutualidade?
2. Na sequência da resposta anterior, quais as principais causas / determinantes? Algo que deseje destacar?
3. Quais os principais desafios que tem de enfrentar no quotidiano da Mutualidade?
4. Em termos de perspectiva futura, quais os principais objetivos / metas que a Mutualidade deseja ver alcançados?
5. Que sugestão apresentaria, para num futuro próximo, elevar o número de associados na Mutualidade?

Anexo III- Tabela de Associações Mutualistas Registadas na DGSS

Os desafios à organização e gestão das Mutualidades (1990-2018)



ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS REGISTRADAS

Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
A Familiar de Espinho Associação Mutualista	Rua 22, 327 4500 - 273 Espinho	Espinho	Aveiro	Associação	1894	500953317
Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta	Rua da Tuna Musical de Anta, 987 4500 - 054 Anta	Espinho	Aveiro	Associação	1905	500964530
A Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista	Avenida 29 de Março, 652 3885 - 518 Esmoriz	Ovar	Aveiro	Associação	1897	501091637
Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Bracarense	Rua D. Gonçalo Pereira, 7 a 13 4700 - 032 Braga	Braga	Braga	Associação	1892	501121064
Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranesense	Rua Gil Vicente, 46 4800 - 151 Guimarães	Guimarães	Braga	Associação	1866	501409700
Associação de Socorros Mútuos Familiar Vimaranesense	Rua Serpa Pinto, 362 4800 - 455 Guimarães	Guimarães	Braga	Associação	1908	501070664
Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança	Praça Camões 5300 - 104 Bragança	Bragança	Bragança	Associação	1870	501393382
Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses	Rua Alexandre Herculano 5370 - 299 Mirandela	Mirandela	Bragança	Associação	1901	501644130
Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"	Rua Capitão João de Almeida, 9 6200 - 365 Covilhã	Covilhã	Castelo Branco	Associação	1925	501177981
A Previdência Portuguesa - Associação Mutualista	Rua da Sofia, 193, Apartado 29 3000 - 391 Coimbra	Coimbra	Coimbra	Associação	1929	500987416
Legado do Caixeiro Alentejano - Associação Mutualista	Rua Nova, 10-1º 7000 - 536 Évora	Évora	Évora	Associação	1926	500877386

d. DGSS/08

Elaborado em 18/11/2019



Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
O Legado do Operário de Évora Associação Mutualista	Rua João de Deus, 25 a 27 7000 - 534 Évora	Évora	Évora	Associação	1927	500844798
Associação de Socorros Mútuos Protectora dos Artistas de Faro	Rua do Montepio, 12 8000 - 300 Faro	Faro	Faro	Associação	1856	500746281
Mutualidade Popular - Associação Mutualista	Largo do Terreiro do Bispo, 1 - 1º Apartado 9 8001 - 901 Faro	Faro	Faro	Associação	1926	500746079
A Lacobrigense, Associação de Socorros Mútuos	Rua Adelina Glória Berger, Lote 8 - Loja F 8600 - 672 Lagos	Lagos	Faro	Associação	1939	501135677
Associação de Socorros Mútuos João de Deus	Rua Comendador Vilarinho, nº. 11 a 13 8300 - 128 Silves	Silves	Faro	Associação	1905	500875308
Monte-Pio Artístico Tavirense Associação de Socorros Mútuos	Rua Tenente Couto, 4 8800 - 379 Tavira	Tavira	Faro	Associação	1857	501163468
Montepio Rainha D. Leonor Associação Mutualista	Rua do Montepio Rainha D. Leonor, 9 2500 - 253 Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	Leiria	Associação	1860	501094164
Associação Mutualista da Freguesia do Vilar	Largo 16 de Dezembro, 2 2550 - 069 Vilar	Cadaval	Lisboa	Associação	2005	507230620
Associação Mutualista dos Profissionais de Jogo	Rua Banco, 4 - R/C, Monte do Estoril 2765 - 397 Estoril	Cascais	Lisboa	Associação	1993	504183656
Associação Mutualista Nacional dos Profissionais de Banca dos Casinos	Rua de Goa, 124 - R/C Esq.º, Amoreira 2645 - 203 Estoril	Cascais	Lisboa	Associação	1992	502924616

d. DGSS/08

Elaborado em 18/11/2019

2

Os desafios à organização e gestão das Mutualidades (1990-2018)



Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
"Mutuália - Federação Mutualista"	Praça Pasteur, nº 3 - 2º Esq.º 1100 - 238 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	2006	507264290
AMCTA Associação Mutualista dos Controladores de Tráfego Aéreo	Rua da Matola, 4 1800 - 270 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1992	502245450
AME - Associação Mutualista dos Engenheiros	Rua Andrade Corvo, 3 - 3º Dtº. 1050 - 007 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	2007	507967038
Associação de Socorros Mútuos Aliança Mutualista	Rua da Cruz dos Poiais, 33 - 1ºF 1200 - 135 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1943	501102671
Associação de Socorros Mútuos Almirante Cândido dos Reis	Largo do Intendente Pina Manique, 45-2º 1100 - 285 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1904	501407251
Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Estado	Praça do Comércio (Junto ao Arco), 47 1100 - 148 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1856	500935394
Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria	Rua da Palma, 237 1100 - 391 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1854	500032424
Associação de Socorros Mútuos dos Ourives de Lisboa	Rua da Atalaia, 61 - 1º 1200 - 037 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1943	500949212
Associação de Socorros Mútuos Montepio Filarmónico	Rua Serpa Pinto Edifício da Igreja dos Mártires, 10-D 1200 - 445 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1834	501362916
Associação de Socorros Mútuos Mutualidade Ocidental	Rua de Belém, 69 - 1º 1300 - 083 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1935	501405917
AMTA - Associação Mutualista Tributária e Aduaneira	Rua Terreiro do Trigo Edifício da Alfândega 1149 - 060 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1996	503864234

Elaborado em 18/11/2019

DGSS/08

3



Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e Segurança Social - MUSSOC	Praça Pasteur, 3 - 6º.Esqº. 1000 - 238 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	2000	504469304
Caixa Auxiliar de Socorros dos Operários da Cordoaria Nacional 2 de Maio de 1895 Associação de Socorros Mútuos	Rua da Junqueira Edifício da Cordoaria Nacional 1300 - 342 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1895	501434860
Caixa Auxiliar dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal, Associação de Socorros Mútuos	Rua do Alecrim, 25 - 1º 1200 - 014 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1914	500884781
Casa da Imprensa - Associação Mutualista	Rua da Horta Seca, 20 1200 - 221 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1905	500902356
Cofre de Previdência dos Arsenalistas da Marinha Associação de Socorros Mútuos	Antigo Quartel de Marinheiros Praça da Armada - Alcântara 1350 - 027 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1940	501500197
CSC - Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa	Largo de S. Cristóvão, 1 1149 - 053 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1872	500722250
MONAF- Montepio Nacional da Farmácia - Associação de Socorros Mútuos	Rua Marechal Saldanha, 1 1249 - 069 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1985	501733809
Montepio Comercial e Industrial Associação de Socorros Mútuos	Rua Augusta, 220, 2º Dt.º 1100 - 056 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1899	500734356
Montepio Geral Associação Mutualista	Rua do Ouro, 219 a 241 1122 - 806 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1840	500766681
MUDIP - Associação Mutualista Diplomática Portuguesa	Largo do Rivas, 1 1399 - 030 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1997	503084735
O Porvir da Família Telegrafo Postal - Associação Mutualista	Rua Arco Marquês do Alegrete, n.º 2, sala 7 1100 - 034 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	2017	501143874

Elaborado em 18/11/2019

DGSS/08

4

Os desafios à organização e gestão das Mutualidades (1990-2018)



Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
União das Mutualidades Portuguesas	Praça Francisco Sá Carneiro, 10 – 1º Dto./Esq. 1000 - 160 Lisboa	Lisboa	Lisboa	Associação	1984	501097350
Associação de Socorros Mútuos Dora	Rua da República, 128 - 1º Esq.º 2625-142 Póvoa de Santa Iria	Loures	Lisboa	Associação	1901	501405887
A Ordem de Cristo - Associação Mutualista	Caminho do Moinho, s/n 2705 - 788 São João das Lampas	Sintra	Lisboa	Associação	2011	509874002
Associação de Socorros Mútuos Fraternal dos Artistas Vilafranquenses	Rua Serpa Pinto, 131-A - 2º 2600 - 263 Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Lisboa	Associação	1853	501404724
AMUT – Associação Mutualista de Gondomar	Rua 5 de Outubro, 135 4420 - 086 Gondomar	Gondomar	Porto	Associação	2017	501634851
Associação de Socorros Mútuos de São Bento das Pêras de Rio Tinto	Rua da Boavista, 394 4435 - 123 Rio Tinto	Gondomar	Porto	Associação	1895	501071270
Associação Mutualista de Moreira da Maia e Freguesias Circunvizinhas	Rua Conselheiro Luís de Magalhães, 214 4470 - 616 Moreira da Maia	Maia	Porto	Associação	1897	501195521
Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta	Rua de Henrique Bravo, 6517 4465-166 São Mamede de Infesta	Matosinhos	Porto	Associação	1890	501140425
Associação de Socorros Mútuos Freamundense	Largo António José de Brito Apartado 104 4594 - 908 Freamunde	Paços de Ferreira	Porto	Associação	1916	501959599
Associação Fúnebre Familiar Penafidense de S.Mútuos	Rua Pedro Guedes, 77 – Cave, Dt:º 4560-452 Penafiel	Penafiel	Porto	Associação	1907	501433686
A "Benéfica e Previdente" - Associação Mutualista	Rua dos Bragas, 68 4050 - 122 Porto	Porto	Porto	Associação	2002	505992779

DGSS/08

Elaborado em 18/11/2019

5



Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
A Beneficência Familiar - Associação de Socorros Mútuos	Rua da Formosa, 325 - 1º 4000 - 252 Porto	Porto	Porto	Associação	1877	500746516
A Lutuosa de Portugal - Associação Mutualista	Avenida dos Aliados, 168 - 1º 4000 - 065 Porto	Porto	Porto	Associação	1927	500835195
A Previdência Familiar do Porto - Associação de Socorros Mútuos	Rua Coelho Neto, 75 4000 - 178 Porto	Porto	Porto	Associação	1876	500745617
A Restauradora de Ramalde - Associação Mutualista	Rua Dr. Pedro de Sousa, 721 - Ramalde 4100 - 392 Porto	Porto	Porto	Associação	1917	501539743
A Vencedora - Associação Mutualista	Rua da Firmeza, 48 4000 - 224 Porto	Porto	Porto	Associação	1905	500746796
APM/RedeMut - Associação Portuguesa de Mutualidades	Rua Júlio Dinis, 160 - 8º 4050 - 318 Porto	Porto	Porto	Associação	2012	510427820
Associação Comercial de Socorros Mútuos no Porto	Rua de Passos Manuel, 21 – 2º 4000 - 384 Porto	Porto	Porto	Associação	1858	501183710
Associação de Socorros Mútuos "A Prevenção do Porto"	Rua de Santa Catarina, 1011 4000 - 456 Porto	Porto	Porto	Associação	1996	503448729
Associação Mutualista da Auto-Sueco, Ld.º	Rua Manuel Pinto de Azevedo, 711 - 1º 4149 - 010 Porto	Porto	Porto	Associação	2002	506125394
Associação Portuense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas	Rua de Santa Catarina, 722 – 4º Esq.º 4000 - 446 Porto	Porto	Porto	Associação	1856	500746990
Casa do Artista A.M.A.R. Associação Mutualista dos Artistas	Rua Fernandes Tomás, 424 - 4º, Sala 1 4000 - 210 Porto	Porto	Porto	Associação	2003	506444600

DGSS/08

Elaborado em 18/11/2019

6

Os desafios à organização e gestão das Mutualidades (1990-2018)



Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
Glória Portuguesa (Associação de Socorros Mútuos)	Rua Álvares Cabral, 315-1º 4450 - 041 Porto	Porto	Porto	Associação	1892	500779082
Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto	Rua do Bonjardim, 260 4000 - 114 Porto	Porto	Porto	Associação	1905	500852413
Mealheiro Postal - Associação Mutualista	Rua Formosa, 156 - 1º 4000 - 247 Porto	Porto	Porto	Associação	1892	501210091
Previdência dos Ferrovieiros de Portugal (Associação de Socorros Mútuos)	Rua Chã, 128 a 136 - 2º 4000 - 165 Porto	Porto	Porto	Associação	1930	501094431
"A Familiar" - Associação de Socorros Mútuos da Póvoa de Varzim	Rua Cidade do Porto, 58 4490-506 Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Porto	Associação	1913	501293450
Associação de Socorros Mútuos e Fúnebre do Concelho de Valongo	Rua Sousa Paupério, 42 4440 - 697 Valongo	Valongo	Porto	Associação	1898	501181920
Associação de Socorros Mútuos em Modivas	Rua do Viso, 220 4485 - 593 Modivas	Vila do Conde	Porto	Associação	1902	501243755
A Familiar de Grijó - Associação Mutualista	Largo da Associação, 85 4415 - 486 Grijó	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1892	50118138
Associação de Socorros Mútuos "Restauradora" de Avintes	Rua 5 de Outubro, 1299 - 1º F 4430 - 804 Avintes	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1893	500989559
Associação de Socorros Mútuos de Serzedo	Rua da Igreja, 222 a 228 4410 - 059 Serzedo	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1905	501071890
Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar de Ambos os Sexos de Pedroso	Largo França Borges, 116 Carvalhos 4415 - 240 Pedroso	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1899	501091270
Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Nossa Senhora da Conceição	Rua Central, 2515 4415 - 638 Lever	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1907	501650245

DGSS/08

Elaborado em 18/11/2019

7



Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Nosso Senhor dos Aflitos de Valadares	Avenida António Coelho Moreira 4405 - 528 Valadares	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1902	501147012
Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim e Freguesias Circunvizinhas	Rua do Calvário, 673 4415 - 913 Sandim	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1903	501687530
Associação Fúnebre de Socorros Mútuos de Santa Marinha de Gaia	Rua Cândido dos Reis, 32 - 1º 4400 - 069 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1894	501398430
Associação Mutualista de Arcozelo	Rua do Corvo, 778 - Apartado 9 - Arcozelo 4410 - 439 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1897	501056262
Associação Oliveirense de Socorros Mútuos	Rua D. Maria da Costa Basto, 590 - Oliveira do Douro 4430 - 381 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1894	501092161
Associação Vilanovense de Socorro Mútuo	Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 412 4400 - 217 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1882	501057307
Liga das Associações de Socorros Mútuos de Vila Nova de Gaia	Rua Marquês Sá da Bandeira, 344 4400 - 217 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1905	501064974
Montepio Vilanovense de Socorro Mútuo Costa Godolfim (Associação de Socorros Mútuos)	Rua Serafim Rodrigues da Rocha, 39 4400 - 306 Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Porto	Associação	1921	501406107
Associação de Socorros Mútuos Montepio Abrantino Soares Mendes	Largo General Avelar Machado, 51 - 1º 2200 - 358 Abrantes	Abrantes	Santarém	Associação	1856	501119418
Associação de Socorros Mútuos de Benfica do Ribatejo	Rua Igreja Matriz - Urbanização do Alqueve - Benfica do Ribatejo 2080 - 398 Almeirim	Almeirim	Santarém	Associação	1930	503591220
Associação de Socorros Mútuos Benaventense	Travessa da Praça do Município 2130 - 038 Benavente	Benavente	Santarém	Associação	1887	501427007

DGSS/08

Elaborado em 18/11/2019

8

Os desafios à organização e gestão das Mutualidades (1990-2018)



Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
Associação de Socorros Mútuos Montepio de Nossa Senhora da Nazaré	Largo José Lopes dos Santos 2350 - 686 Torres Novas	Torres Novas	Santarém	Associação	1862	500985162
Associação Alcacerense de Socorros Mútuos	Avenida dos Aviadores, Travessa do Montepio - Apartado 23 7580 - 151 Alcácer do Sal	Alcácer do Sal	Setúbal	Associação	1883	501069364
Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro	Rua Capitão Leitão, nº 79 2800 - 136 Almada	Almada	Setúbal	Associação	1883	501723293
Associação de Socorros Mútuos Montepio Grandolense	Rua D. Nuno Álvares Pereira, 58 7570 - 239 Grândola	Grândola	Setúbal	Associação	1876	501284117
A Mutualidade da Moita - Associação Mutualista	Avenida Dr. Teófilo Braga, 1 a 3 2860 - 396 Moita	Moita	Setúbal	Associação	1895	501102531
União Mutualista Nossa Senhora da Conceição - Associação Mutualista	Rua do Hospital, 1 - 1º.Dtº. 2870 - 253 Montijo	Montijo	Setúbal	Associação	1872	501103457
Associação de Socorros Mútuos Marítima e Terrestre da Vila de Sesimbra	Rua Cândido dos Reis, 19 2970 - 724 Sesimbra	Sesimbra	Setúbal	Associação	1894	501393188
Associação de Socorros Mútuos Setubalense	Rua Major Afonso Pala, 63 a 67 2900 - 199 Setúbal	Setúbal	Setúbal	Associação	1888	500970998
Associação Instrutiva de Beneficência Familiar - Socorros Mútuos	Avenida 22 de Dezembro, 16 - 1º 2900 - 667 Setúbal	Setúbal	Setúbal	Associação	1923	500967938
Associação de Socorros Mútuos Artística Monçanense	Rua Dr. Adriano Machado 4950 - 430 Monção	Monção	Viana do Castelo	Associação	1870	502332662

DGSS/08

Elaborado em 18/11/2019

9



Denominação	Morada	Concelho	Distrito	Forma Jurídica	Ano Constituição	NIPC
Associação de Socorros Mútuos de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego	Rua Visconde de Arneiros, 15 5100 - 210 Lamego	Lamego	Viseu	Associação	1859	501414967
Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul	Avenida Dr. Sá Carneiro Edifício Avenida, 1º. Piso - Loja 6 3660 - 428 S. Pedro do Sul	S. Pedro do Sul	Viseu	Associação	2002	505782707
Associação Artística de Socorros Mútuos de "19 de Março"	Rua Poeta Tomás Ribeiro, 282 3460 - 616 Tondela	Tondela	Viseu	Associação	1894	501797840

DGSS/08

Elaborado em 18/11/2019

10